

MELISSA SILVA MENEZES

**Moedas Locais:
uma investigação exploratória sobre seus
potenciais como alternativa à exclusão financeira
a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES**

Belo Horizonte, MG
UFMG / Cedeplar
2007

MELISSA SILVA MENEZES

**Moedas Locais:
uma investigação exploratória sobre seus
potenciais como alternativa à exclusão financeira
a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Crocco

Belo Horizonte, Minas Gerais
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2007

BANCA EXAMINADORA

Carlos Eduardo Carvalho

Roberto Luís de Melo Monte-Mor

Marco Aurélio Crocco

Belo Horizonte, 23 de Fevereiro de 2007

Agradecimentos

Dois difíceis anos de renúncias e muitos momentos de tensão, incerteza, alguns de desânimo, outros de enfado. Recompensadores, ao final. Todos os que simplesmente cruzaram por mim ou caminharam ao meu lado nestes últimos dois anos ou em parte deles mereceriam menção aqui.

Espero poder retribuir a atenção das pessoas, algumas que, mesmo eu desconhecendo pessoalmente, se mostraram muito prestativas e desinteressadamente me apoiaram neste desafio: Jonas Bertucci (SENAES-MTE), Jeová Torres Silva Jr. (UFBA), , Joaquim de Melo Neto (Banco Palmas-Fortaleza-CE), Andressa Amorim e Ana Rita Esgario (Prefeitura de Vitória).

Aos componentes da banca examinadora desta dissertação, Prof. Carlos Eduardo Carvalho (PUC/SP) e Prof. Roberto Luís de Monte-Mor (Cedeplar/UFMG), pelas críticas positivas e enriquecedoras, além do orientador Prof. Marco Crocco, que me acompanha desde os tempos da graduação, sempre depositando sua confiança, dando total liberdade e incentivando a criatividade, tão rara no atual contexto da academia, sobretudo na Economia.

Aos que passam das idéias à ação, implantando com coragem projetos insólitos: Leonora, do Banco Bem, Letícia e Itamarcos do Banco Terra, que me receberam tão bem; Júnior, por suas caronas em Vitória e grande atenção. Admiráveis.

Aos professores da Face/Cedeplar, dentre os quais destaco aqueles que deixaram sua marca em minha trajetória acadêmica: Campolina, Fred, Rodrigo. Meu reconhecimento também à Professora Ana Hermeto, pela prestatividade a respeito da pesquisa de campo. Aos amigos e colegas do Cedeplar, em especial a toda turma de 2005, e aos que me ajudaram diretamente no desenvolvimento desta dissertação, com suas sugestões: Carol, Ly, Ana Tereza, Elisângela e Anderson. Aos integrantes do LEMTe (Laboratório de Estudos sobre Moeda e Território), principalmente ao Matheus, à Cristina e à Mara, que me foram solícitos diante de meus pedidos.

Por fim, embora especialmente, por se tratar não apenas de agradecimento mas também de amor: Às mais agradáveis companhias de várias horas, que são meu bem, meus amigos e minhas amigas; e aos meus queridos pais, irmãos e irmã, uma família pra lá de especial.

Enfim, mais um fim e um novo começo.

Índice

1	Introdução	1
2	Fundamentando a questão: Exclusão Financeira e a Importância do Local... 4	
2.1.	Exclusão financeira.....	4
2.2.	Local <i>versus</i> Global	14
3	Delimitando a questão: Sistemas de Moedas locais	21
3.1	Antecedentes.....	21
3.2	Sistemas de Moeda Local	26
3.2.1	Aspectos Gerais.....	26
3.2.2	Capital social, confiança e desenvolvimento.....	32
3.2.3	Experiências internacionais e nacionais: breve resumo.....	35
4	Elucidando a questão: estudo de caso	44
4.1	O objeto	44
4.2	Contextualização do local: as cidades, o estado, o país.....	48
4.3	O Banco Terra – Vila Velha-ES	57
4.4	O Banco Bem – Vitória-ES	59
4.5	As entrevistas.....	68
5	Ainda Algumas Considerações Relevantes	87
5.1	Sistemas de Moeda Local e Economia Solidária.....	87
5.2	Oposição ou Complementariedade?	89
5.3	SML e o Estado	91
6	Notas Conclusivas	95
7	Referências Bibliográficas.....	98
	Anexos.....	106

Resumo

A finalidade deste trabalho é explorar um tema ainda muito pouco investigado: os Sistemas Moedas Locais (SML), que são, grosso modo, um acordo feito entre pessoas de uma comunidade para o uso de um meio de pagamento com validade restrita ao espaço onde vivem. A riqueza destas experiências é imensa, assim como a variedade de objetivos que levam à criação desta moeda. Assim, a pretensão é atentar para a existência deste fenômeno em escala mundial e lançar as bases para o progresso da pesquisa acadêmica a respeito. Ademais, procurou-se associar, tanto teórica como praticamente, a ocorrência de moedas locais com a sujeição dos seus usuários à exclusão do sistema financeiro formal.

Para o alcance deste objetivo, procurou-se realizar um levantamento da literatura nacional e internacional existente acerca do tema, fez-se um exercício de teorização com base na teoria pós-keynesiana e efetuou-se o estudo exploratório de um caso brasileiro, o Banco Bem situado na cidade de Vitória/ES. O intuito não é inferir resultados concludentes - o que seria precipitado dado o seu caráter recente - mas aumentar a compreensão e apontar seus potencialidades e limites.

O quadro encontrado sugere que as moedas locais são percebidas pelos que as utilizam como uma forma de enfrentamento da exclusão não apenas financeira mas também social e econômica. Longe de ser a solução para os problemas gerados pela concentração capitalista, os SML devem ser vistos como uma tentativa de amenizar a situação de precariedade a que estão sujeitos os excluídos.

Palavras-chave: moeda local, exclusão financeira, desenvolvimento local, economia pós-keynesiana

Abstract

The aim of this paper is to investigate towards a relatively unexplored area: the Local Money Systems (LMS), that are, in short, an agreement amongst the population of a community to use a mean of payment which is valid only in that particular space where they live. These experiences are widely relevant, as well as the variety of the objectives that lead to the creation of the referred currency. Thus, the attempt here is to point out for the existence of this phenomenon worldwide, setting up the basis for the development of further academic research in this respect. Moreover, we tried to associate, in theory and practice, the occurrence of the local money with the exclusion of its users from the conventional financial system.

To achieve such objectives, it was made a survey of the existent national and international bibliography on this topic, an exercise of theorization based on the post-keynesian theory and an exploratory study of a brazilian case, the Banco Bem located in the city of Vitoria/ES. The goal was not to infer concluding results - which would be precipitate because of its early character - but to expand its understanding and to indicate its potentialities and limits.

The outcome suggests that the local currencies are perceived as a manner to confront not only the financial exclusion but also the economic and social exclusion. Far from being the solution for the problems caused by the capitalist concentration, the LMS must be seen as an attempt to soften the precarious situation of those that are excluded.

Key words: local money, financial exclusion, local development, post-keynesian economics.

1 – Introdução

*"A mente que se abre a uma nova idéia
jamais voltará ao seu tamanho original."*
Albert Einstein

A questão da importância da moeda para o desenvolvimento econômico ainda é largamente desconsiderada por grande parte das teorias em economia e por esta razão se abre um amplo leque de perspectivas para pesquisas. É evidente, além disso, quando se observa as teorias que lidam com a Economia Regional, que a maioria dos seus modelos também tende a negligenciar a influência de variáveis monetárias no desenvolvimento regional. A recorrência deste tipo de abordagem se deve, conforme SICSÚ E CROCCO (2003), à hegemonia das escolas ortodoxas que acatam a visão horizontalista da oferta de moeda: ela se acomodaria diante das pressões de variáveis reais (produção, emprego, salário), atendendo sempre satisfatoriamente à demanda.

Segundo MARTIN (1999), foi a partir da década de 80 que houve o surgimento de uma “geografia da moeda”. No Brasil, a pesquisa é incipiente mas encontra espaço crescente entre os economistas afeitos ao pós-keynesianismo, vertente que enfatiza a interferência da moeda na produção. Se pouca atenção tem sido dada ao papel da moeda na economia regional, quando se aborda questões como desenvolvimento local e de comunidades, ou seja, no que podemos incluir no âmbito intra-regional, esta deficiência é ainda mais acentuada. Este trabalho se insere neste contexto e pretende-se que ele cubra, ainda que parcialmente, estas lacunas.

Baseia-se aqui na concepção da Economia Monetária, assentada em Keynes, em que a moeda importa por influenciar, tanto no curto como no longo prazo, o comportamento e as decisões dos agentes econômicos. Isto ocorre porque a taxa de juros toma um significado diferente daquele que é atribuído pelas escolas clássicas: ela não é a taxa que equilibra a poupança e o investimento, e sim a que baliza a interação entre a oferta de moeda e a demanda pela mesma. Esta interação é pautada pela preferência pela liquidez, isto é, a preferência por deter o ativo mais líquido e seguro, a moeda, ao invés de investir nos demais ativos. Tal preferência, por sua vez, está diretamente relacionada à incerteza quanto ao desempenho futuro da economia. Quanto maior ela for, maiores serão as taxas de juros.

Assim, dessemelhante da economia ortodoxa, onde a moeda é encarada como um mero facilitador de trocas, neste caso ela não é neutra (CARVALHO, 2006). Sob este ponto de vista, é fácil perceber que o sistema financeiro é capaz de interferir enormemente na economia: pode tanto reduzir o grau de incerteza dos agentes, protegendo-os de oscilações e conseqüentemente incentivando a produção de riqueza real, quanto aumentar a preferência pela liquidez, quando é ineficaz ou pouco abrangente. A moeda, portanto, interfere no desenvolvimento econômico e por isto merece ser estudada.

Com este pano de fundo, surge a indagação sobre a forma como a vinculação da moeda ao espaço pode afetar a dinâmica da economia. Ao se observar o comportamento de variáveis financeiras no espaço, a não-neutralidade da moeda fica ainda mais evidenciada. Estudos recentes apontam para os efeitos deletérios a que incorrem regiões afetadas pela chamada exclusão financeira, que consiste na carência ou inexistência de serviços que facilitam e ampliam o uso da moeda, ou seja, os serviços bancários e financeiros.

A criação de uma moeda que se restrita a circular num determinado limite territorial desponta como a prova cabal de que a moeda não é simplesmente um “véu que encobre as trocas” numa sociedade capitalista, posto que a principal finalidade deste mecanismo é conservar a riqueza real, além de ampliar sua disposição no local. Esta criação, surpreendentemente, tem proliferado mundo afora numa infinidade de formas. A motivação deste estudo advém, portanto, do caráter recente da existência de moedas locais – os primeiros casos surgem nos anos 80 e se multiplicam a partir de meados dos anos 90 - e a conseqüente carência de trabalhos realizados, notadamente nas ciências econômicas. No Brasil, esta ausência é até mesmo maior.

Sem deixar de atentar para os inúmeros aspectos sociológicos destas experiências, o enfoque primordial será dado às características econômicas e espaciais dos mesmos. Mais especificamente, a intenção é enfatizar a possível relação entre exclusão financeira e o surgimento de iniciativas locais de criação de moedas próprias como alternativa para o desenvolvimento. O objetivo precípua é proporcionar um entendimento maior sobre este assunto, na expectativa de que se abram caminhos para a pesquisa e o tratamento do tema de forma idônea. Deve ficar bem claro que aqui o intuito é meramente

exploratório; não se pretende inferir resultados concludentes nem relações determinísticas, o que seria bastante precipitado dada a incipiência do tema.

No capítulo 2 subsequente, será erigida uma revisão da literatura relacionada aos temas que despertaram o interesse pela matéria desta dissertação, quais sejam, a exclusão financeira e a importância do local. O capítulo 3 aborda diretamente o bojo do trabalho, tratando do surgimento das moedas locais, citando as práticas existentes e recorrendo aos fundamentos da teoria pós-keynesiana para aclarar os fatos. Por sua vez, o capítulo 4 reporta-se ao estudo de caso de moeda local no Brasil – o Banco Bem localizado em Vitória/Espírito Santo – caracterizando o local e o seu entorno e apresentando a compilação das entrevistas realizadas em campo. Derradeiramente, alguns tópicos considerados proeminentes para o fechamento do trabalho são debatidos no capítulo 5, enquanto o capítulo 6 encerra as principais conclusões desenvolvidas.

2 – Fundamentando a questão: Exclusão Financeira e a Importância do Local

“Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.”

Bertolt Brecht

A hipótese aventada aqui é a de que existe relação entre desenvolvimento econômico local e desenvolvimento financeiro, motivo pelo qual a exclusão financeira aparece como uma amarra às potencialidades locais. Desta maneira, a criação de uma moeda própria pode ser vista como algo que concede uma saída para o desenvolvimento. Antes, contudo, de introduzir a questão propriamente dita das moedas locais, faz-se mister discorrer sobre o contexto em que se desenvolve, contemporaneamente, a literatura sobre exclusão financeira e desenvolvimento local.

2.1. Exclusão financeira

A literatura em que se baseia a presente revisão sobre exclusão financeira está inserida na linha chamada de geografia econômica e parte de suposições marxistas acerca da lógica de competição do capital e busca de lucros. Como aponta LEYSHON (2003), o pioneiro em tratar da exclusão financeira nestes termos foi David Harvey, na década de 70. Para HARVEY (1985), o capital é organizado espacialmente como uma pré-condição à sua perpetuação. A concentração econômica é um dos resultados inexoráveis. CROCCO E JAYME JR. (2006) atestam que, em suas primeiras formulações, *“Harvey tenta mostrar como a lógica capitalista das instituições financeiras faz com que existam áreas super povoadas, de baixa renda, com oferta de imóveis a serem vendidos a baixo preço e a população sem acesso ao crédito para comprar tais imóveis (p. 14)”*¹.

A exclusão financeira pode ser definida como sendo a precariedade ou mesmo a ausência de acesso a serviços financeiros em geral, por uma parcela específica da população. Ela decorre, como elucidam LEYSHON & THRIFT (1996, 1997), do cálculo de risco feito pelos bancos em suas decisões de operações. Tais decisões são capazes de

¹ Para o entendimento mais aprofundado da concepção deste autor sobre acumulação geográfica do capital, ver HARVEY (1985).

gerar muitos problemas sociais e econômicos. Como as instituições financeiras assumem que o risco de prejuízo ou inadimplência é inversamente proporcional à renda e à riqueza de seus clientes, ocorre que, especialmente, a oferta de serviços é menor em locais economicamente mais atrasados e para indivíduos desprovidos.

Anjali KUMAR lembra que:

“A exclusão financeira – incapacidade de acessar os serviços financeiros necessários de forma adequada – pode resultar de dificuldades de acesso relacionadas a condições, preços ou comercialização de serviços financeiros, ou de auto-exclusão por populações marginalizadas, com frequência em resposta a experiências ou percepções negativas.” (KUMAR, 2004, p.7)

Ademais, a facilidade dos bancos em adquirir informações é outro determinante importante da alocação dos recursos financeiros, sendo evidente que os custos de se obter informações sobre clientes de renda e/ou riqueza reduzidas ou de pequenos empreendimentos são maiores. Antagonicamente, agentes econômicos poderosos, como corporações transnacionais, possuem grande visibilidade, sendo relativamente fácil a consecução de notícias a seu respeito.

Em termos regionais, a oferta de serviços bancários será maior quanto mais elevada for a confiança que os bancos depositam no desempenho futuro da economia da região e nos tomadores de empréstimo. Como afirma DOW (1999), esta confiança está diretamente relacionada à quantidade de conhecimento adquirido pelos bancos. De acordo com esta autora, “(...) *the key to the banks is knowledge. It is knowledge which determines not only the allocation of credit among potential borrowers, but also the total of credit insofar as this can be determined by the banks themselves.*”² (*op.cit.*, p.45).

Além dos custos de informação, os de transação são também relevantes na delimitação da exclusão. Como as transações advindas de clientes de pouca renda são menores em

² “(...) a chave para os bancos é o conhecimento. É o conhecimento que determina não apenas a alocação do crédito entre tomadores de empréstimo, mas também o total de crédito à medida em que podem ser determinados pelos próprios bancos” (Tradução nossa).

volume e mesmo em qualidade³, do ponto de vista do ofertante de serviço, o custo relativo é maior. Isto leva à cobrança de maiores taxas de juros e de serviços aos clientes menores, para que a lucratividade seja compensada. À guisa de elucidação, cabe citar a constatação do Banco Central do Brasil, em junho de 2006, de que o *spread* bancário não acompanhou a tendência de queda (mesmo que suave) da taxa básica de juros, a SELIC, devido à mudança da composição de carteira de empréstimos do sistema financeiro, tendo aumentado a participação de micro, pequenas e médias empresas e de pessoas físicas, para quem o crédito é mais caro, conseqüentemente permitindo o crescimento da rentabilidade dos bancos (BACEN, 2006).

Conforme LEYSHON E THRIFT (1997), a existência de uma infra-estrutura financeira é fundamental para o desenvolvimento regional, pois possibilita aos produtores incrementar sua produtividade através da realização de investimentos e atribui bem-estar aos indivíduos, que podem tomar decisões de consumo e poupança não só no curto como no longo prazo, além de serem mais capazes de se proteger de flutuações econômicas como recessões e inflação. Sem este acesso, a conduta da vida cotidiana numa sociedade capitalista contemporânea é bastante problemática.

Assim sendo, a exclusão financeira gera um processo circular vicioso, já que a falta de acesso aos serviços bancários entrava o desenvolvimento, o que por sua vez leva a uma posição ainda mais reticente por parte do sistema financeiro. O resultado é a exclusão não apenas financeira, mas também social e econômica. LEYSHON (2003) advoga que a exclusão financeira tem participação ativa na produção da pobreza urbana e rural. Não obstante, o desenvolvimento local é dificultado pois a ausência de uma infra-estrutura financeira aumenta os custos de informação e transação. Como descreve LEVINE (1997), as instituições financeiras propiciam o crescimento econômico visto que: i) diversificam e mitigam riscos associados ao capital; ii) alocam com mais facilidade recursos, através de informações adquiridas sobre negócios e investimentos; iii) mobilizam poupanças, permitindo empréstimos em grandes volumes; iv) facilitam comércio de bens, serviços e contratos, através de serviços como talões, transferências eletrônicas e cartões.

³ Grosso modo, clientes de pouca renda não realizam investimentos, limitando-se à manutenção de seu dinheiro em conta corrente ou poupança.

Cada vez mais, por razões de eficiência e segurança, a moeda-papel cede espaço a operações eletrônicas, o que dificulta a realização de transações sem acesso a algum tipo de instituição financeira e aumenta a discriminação contra aqueles que não têm condições de custear o uso de tecnologias como a internet. Vale acrescentar que o acesso a serviços bancários é dificultado ainda por impedimentos que vão das exigências burocráticas e de garantias até as variadas taxas, como por exemplo o cheque especial e as taxas de administração de contas, cartões e talões de cheque. O aumento de serviços especializados para clientes de alta renda, inclusive com agências exclusivas, se concebe também como uma forma de exclusão da população pobre e de “super-inclusão” de uma minoria rica. Advertem LEYSHON & THRIFT:

“The corollary of these process of inclusion are processes of financial exclusion, which disproportionately affect the poorer and more disadvantaged segments of society. Through direct and indirect means these groups are being erased from the customer bases of mainstream financial institutions.”⁴ (LEYSHON & THRIFT, 1996, p. 1151).

Os autores supracitados apresentam um histórico do “abandono financeiro” ocorrido nos Estados Unidos e na Inglaterra desde os anos 70 e intensificado a partir do início da década de 90. Para estes autores, surgiram “espaços vazios” na geografia da provisão de serviços financeiros em países desenvolvidos, o que tem importantes implicações do ponto de vista do aprofundamento do desenvolvimento desigual, já que estes espaços estão sempre associados a problemas econômicos e sociais e esta falta de acesso só faz agravar tais problemas.

Durante os anos 90 no Reino Unido, o sistema financeiro presenciou uma crise gerada pelo aumento da inadimplência e dos custos de operação, o que fez com que os bancos se voltassem para empréstimos de investimento. Por conseguinte, houve uma reorganização da localização das agências, de forma a evitar áreas de maiores custo e risco e de menor lucro. Nos Estados Unidos, o acirramento da competição entre firmas bancárias foi ainda maior durante este mesmo período, causando reestruturação e aumento da exclusão, com o abandono dos subúrbios de predominância de minorias.

⁴ “O corolário destes processos de inclusão são processos de exclusão financeira, que desproporcionadamente afetam os pobres e os segmentos mais desamparados da sociedade. Através de meios diretos e indiretos estes grupos estão sendo apagados das bases de clientes das instituições financeiras convencionais.” (Tradução nossa).

Em ambos os países, se mostrou clara uma forte relação entre renda, classe social, raça e exclusão financeira (LEYSHON & THRIFT, 1997).

É interessante mencionar a esta altura o trabalho de LI *et al* (2001), que retratam o surgimento dos “bancos étnicos” nos Estados Unidos⁵. Tais bancos, criados e comandados por comunidades de minorias étnicas, são o mais incontestável reflexo da exclusão financeira, já que surgem devido à oferta inadequada, em termos de quantidade e acessibilidade, de serviços por parte do sistema financeiro formal. Como alertam os autores, a segregação residencial, o acesso desigual e a concentração da posse de recursos sociais e econômicos são problemas que têm persistido através de gerações de comunidades étnicas.

AMIM *et al* (2003) avaliaram que, na Inglaterra, as empresas sociais, advindas do que chamam de “*Local Social Economy*”⁶, enfrentam grande dificuldade em se financiar de modo a manter a sustentação de suas atividades, sendo que apenas 3 % dos projetos de economia social conseguiram se manter sem forte suporte financeiro governamental. Também revelam que a natureza limitada de geração de lucros por parte destes empreendimentos os torna não atrativos ao capital privado. Um mapeamento da economia solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, mostra que, na média nacional, 49% dos empreendimentos econômicos solidários (EES) não teve oportunidade de adquirir ou não buscou crédito, enquanto que no Nordeste esta porcentagem cresce para 58% (SENAES, 2006). Ainda nesta direção, BERTUCCI (2005) observa em seus estudos de caso a precariedade de acesso e gerenciamento de crédito por parte deste tipo de empresa e atenta para a necessidade de se criar uma regulação apropriada ao desenvolvimento do financiamento à economia solidária.

Se o processo de exclusão em países desenvolvidos culminou na década de 90, nos países subdesenvolvidos ele já se fazia notar ainda nos anos 80. Entre 1980 e 1985, os

⁵ Seu estudo se concentrou mais especificamente no caso dos bancos chineses existentes em Los Angeles.

⁶ Segundo o próprio Ash Amim, em seminário realizado no CEDEPLAR em abril de 2006 e intitulado “*Regional policy in a global economy*”, a correspondência mais próxima, no Brasil, ao que se chama na língua inglesa de *Social Economy* seria a Economia Solidária. Para a referência do texto utilizado como base na apresentação, acessar: <http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/seminario/Brazil2006.pdf>

maiores bancos mundiais fecharam 24% dos seus escritórios localizados em países subdesenvolvidos. (LEYSHON & THRIFT, 1997, p.225). No Brasil, a década de 80 foi de forte crise econômica, marcando o início da crise dos bancos estaduais e a consequente onda de concentração no setor. Os anos 90 assistiram a um vasto programa de reestruturação dos bancos, resultando em forte redução nas despesas com pessoal, aumento de tarifas e diminuição do número de agências bancárias nas regiões mais pobres (SICSÚ e CROCCO, 2003).

Estimativa do IPEA indica que em 2004 somente um terço da população brasileira (cerca de 60 milhões de pessoas) possuía conta bancária. Quando se considera a população economicamente ativa do país, quase metade não é “bancarizada”. No âmbito regional, constata-se que 30% dos municípios não dispõem de agências bancárias, sendo que a maioria destes se encontra em regiões pobres, como Norte e Nordeste (KUMAR, 2004). Afora isto, vale realçar que a oferta de empréstimos e financiamentos pelas instituições financeiras, entre 1991 e 2005, se concentrou fortemente no Sudeste (e sobretudo em São Paulo), passando de 66,87% para 74,23%, ao passo em que a participação do Norte diminuiu de 1,80% para 1,59% e a do Nordeste passou de 10,95% para 6,59%. Somente o estado de São Paulo centralizava, em 2005, 58,5% do total de empréstimos e financiamentos do Brasil. (MENEZES e CROCCO, 2005).

O IPEA realizou ainda uma pesquisa com indivíduos urbanos que elucida bem o grau de exclusão financeira existente no país. As características destas pessoas⁷, em linhas gerais, são: baixa escolaridade (41% com menos de 11 anos de estudo e 7% com estudo universitário), renda baixa (mediana de R\$ 358,00 e média de R\$ 696,00) e habitação relativamente precária (2/3 dos entrevistados moram a mais de 5 quilômetros de serviços básicos como telefone público, ponto de ônibus e correios). Os principais resultados, para o objetivo aqui exposto, são que: somente 15% procurou crédito, dentre os quais 1/3 tiveram o pedido reprovado; 57% dos entrevistados não tinham conta bancária, sendo que, entre estes, 64% demonstraram interesse em possuí-la; da amostra total, somente 61% tinha acesso a talões de cheque, 20 % possuía cartão de crédito e 26% o de débito. Merece destaque, ainda, que o acesso a meios alternativos, como

⁷ Cerca de 2.000 pessoas residentes em 11 cidades de 11 diferentes estados foram entrevistadas. Trata-se, portanto, de uma amostra urbana. A população rural é evidentemente ainda mais excluída do sistema financeiro, cujo padrão de localização é eminentemente urbano.

cooperativas de crédito e microcrédito, se mostrou também bastante módico: somente 4% dos entrevistados declararam tê-lo (KUMAR, 2004).

A pequena porcentagem de indivíduos que buscam apoio financeiro no sistema formal corrobora a hipótese de que a exclusão financeira tem como uma de suas facetas a “auto-exclusão”, decorrente de percepções negativas que as pessoas têm com relação aos bancos e demais instituições financeiras, por terem medo de dívidas e taxas e por acharem que estes serviços não são condizentes com sua situação social e econômica. Isto fica claro na passagem de um artigo de um diretor do FMI sobre acesso a serviços financeiros: “*Some slum dwellers in Chennai told me they felt uncomfortable entering a bank; they were awed by the better educated and better-dressed bank clerk.*”⁸ (RAJAN, 2006). Segundo LEYSHON & THRIFT (1996), é importante considerar, no que tange ao fenômeno da exclusão, não apenas o lado da oferta de serviços mas também o comportamento dos consumidores. Considerando-se a existência de complexas relações sociais, é possível perceber que muitos indivíduos, em sua maioria pobres, preferem tomar empréstimos de pessoas conhecidas, como por exemplo do ‘vizinho que é agiota’, mesmo que o custo acabe sendo maior, por medo ou desconhecimento das condições de acesso ao sistema formal.

Outrossim, é preciso notar que, além de haver concentração do número de agências bancárias nas regiões mais desenvolvidas, existe também maior participação relativa destas regiões no volume de depósitos e créditos. Observa Adriana Amado (1997, p. 428) que:

“A literatura usa como padronizador da distribuição de depósitos a distribuição populacional, uma vez que esta é considerada um melhor parâmetro do que a distribuição regional da renda. No caso brasileiro há uma enorme discrepância entre essas duas variáveis, o que demonstra problemas com o sistema financeiro, mas guarda relação também com o problema das desigualdades das rendas regionais.”

Sobre a localização das agências, estudos comprovam grande relação entre sua quantidade e o PIB da região. Segundo SICSÚ E CROCCO (2003), as variáveis capazes de exprimir a localização bancária no Brasil são, principalmente, o volume de renda e sua

⁸ “Alguns moradores de bairros pobres em Chennai me disseram que se sentiam desconfortáveis ao entrar em um banco; eles se sentiam intimidados pelos bem educados e bem vestidos funcionários de banco.” (Tradução nossa).

distribuição espacial e pessoal, enquanto a população não se apresenta como um bom indicador. O fato de que 47% dos entrevistados pelo IPEA, em sua pesquisa sobre acesso a instituições financeiras citada acima, declararam que não podem ir a pé de suas residências aos bancos corrobora a idéia de que a decisão de localização por parte dos bancos, mesmo que no âmbito intra-urbano, tende a se concentrar e evitar áreas mais pobres. Algo que também evidencia esta tendência é a constatação de que os bancos públicos têm presença bem mais marcante do que os privados nas regiões Norte e Nordeste e se voltam mais para a população de baixa renda (KUMAR, 2004).

PARR & BUDD (2000) apontam as economias de localização e de urbanização como justificativas para a concentração da oferta de serviços financeiros, de forma similar ao que ocorre com as atividades do lado real da economia, este já bastante enfatizado pelas teorias clássicas de localização. As economias de localização são os benefícios que as firmas de um mesmo setor desfrutam por se aglomerar espacialmente, como mão-de-obra especializada e redução de custos por acesso facilitado a informação. Já as economias de urbanização concernem às vantagens obtidas pela aglomeração de firmas de diferentes atividades, nem sempre relacionadas. Dentre estas vantagens, destacam-se facilidades de comunicação e transporte e amenidades urbanas. Em vista disto, parece incontestável que a operação do sistema financeiro, inclusive o bancário, quando exercida segundo as forças de mercado, leva à concentração e à concomitante exclusão financeira.

Faz-se profícua, pois, a reflexão sobre formas possíveis de se combater a exclusão financeira. RAJAN (2006) defende que o governo deve apoiar a inovação tecnológica nos bancos para reduzir custos de transações e encorajar a competição no setor. KUMAR (2004) conclui em seu estudo que *“o acesso aumentará com políticas gerais orientadas para o crescimento porque uma distribuição financeira aperfeiçoada e o aprofundamento financeiro estão associados ao crescimento.”* (p.65) e sugere que os incentivos de aumento do acesso devem ser orientados pelo mercado, sem atentar para qualquer tipo de intervenção direta na atividade financeira. Neste tipo de diagnóstico, parece estar implícita a concepção de que existe uma direção de causalidade única que vai do lado real para o lado financeiro: promovendo expansão do primeiro, as variáveis monetárias se ajustariam automaticamente.

O enfoque pós-keynesiano, que permeia todo o presente trabalho, se diferencia deste argumento, pois além de consentir que diferenças entre rendas regionais têm fatores estruturais como causa, sugere que as variáveis monetárias podem manter ou ampliar estas desigualdades. Os bancos não são considerados meros intermediários financeiros, sendo ativos em sua alocação de recursos. Assim sendo, é importante mas não suficiente promover crescimento macroeconômico e realizar reformas que propiciem aumento da oferta de crédito pelos bancos, como a geração de um sistema mais amplo de informações sobre os clientes ou criar programas de educação financeira⁹, como sugere KUMAR (*op.cit.*). Segundo a nossa concepção, o mercado, por si só, mesmo se submetido a incentivos, não corrige as distorções.

LEYSHON E THRIFT (1997), mais em consonância com a linha de pensamento adotada aqui, vão além de sugestões paliativas e advogam que a exclusão financeira pode e precisa ser evitada pelo aparato estatal, através de leis reguladoras, e/ou por meio da implementação de uma infra-estrutura financeira alternativa. Quanto à primeira saída, a regulação de acordo com os autores deve se dar de forma a diminuir o poder do setor financeiro, e não pode ser baseada unicamente na eficiência econômica, pois isto só favoreceria o aumento da concentração de renda e riqueza. Políticas neo-liberais tendem a priorizar a mobilidade de capital, o que nem sempre é benéfico à economia local.

Instituições bancárias possuem a prerrogativa de ser o único tipo de empresa capitalista que não pode falir, pois neste caso comprometeria toda a engrenagem econômica. Por isto, contam com forte apoio governamental, capaz de imunizar crises e falências. Em contrapartida, argumentam os autores, seria razoável exigir destas instituições uma maior responsabilidade social e compromisso com o desenvolvimento econômico mais igualitário. Fala-se inclusive da necessidade de se incutir a dimensão de “cidadania financeira”, sendo designado por lei o direito universal de acesso a serviços financeiros e bancários. Outra de suas sugestões é a instituição de legislação que limite a atuação regional dos grupos e iniba o oligopólio. A organização em bases regionais tem fundamentação na proximidade que se estabelece com o cliente, o que propicia a construção de confiança e aumenta a possibilidade de oferta de crédito. Contudo, como

⁹ Educação financeira tem aqui o sentido de orientar as pessoas sobre as possibilidades e cuidados no uso de serviços financeiros. Pode ser um passo importante para diminuir a auto-exclusão, já mencionada neste texto.

lembram, esta medida não é por si só eficaz, vide o caso norte-americano, que mesmo com bancos estaduais testemunhou a exclusão financeira de maneira acintosa (*op.cit.*).

Por outro lado, LEYSHON E THRIFT (1996; 1997) apontam para o crescimento de “instituições alternativas de acumulação”, resistentes à exclusão. Elas são de tipos variados e poderiam ser classificadas em quatro categorias: 1) bancos de desenvolvimento comunitário, cuja prioridade seria a recuperação da infra-estrutura urbana e realização de empréstimos para negócios locais, e que existem com a finalidade de cobrir a ausência de fundos de desenvolvimento em comunidades carentes; 2) uniões de crédito, que oferecem pequenos empréstimos individuais e substituem a atuação de bancos de varejo¹⁰; 3) associações de crédito e poupança, que são agrupamentos informais que captam poupança e se emprestam ao longo do tempo; e 4) sistemas de troca e comércio locais, os LETS (*Local Exchange and Trading Systems*): “(...) *their emergence is symbolic of a wider movement which is reevaluating the role of money and finance, and which is intent on bringing it back to the social and cultural realm from which it should never have been allowed to escape*”¹¹ (LEYSHON & THRIFT, 1996, p.1155).

FULLER & JONAS (2003) introduzem uma pertinente discussão a respeito da consideração de tais instituições como verdadeiras alternativas, ressaltando a necessidade de se atentar para o real sentido de suas finalidades e práticas. Propõem uma categorização em três tipos, quais sejam: i) *alternativas-opositoras*, que seriam as instituições cujo propósito é a construção de valores e normas diferentes e negadoras da tendência dominante; ii) *alternativas-suplementares*, que seriam antes uma opção adicional do que uma escolha de contrapor-se à hegemonia; e iii) *alternativas-substitutas*, que ocupam espaços vazios ou antes ocupados por instituições convencionais.

¹⁰ Para uma discussão sobre o papel das uniões de crédito no Reino Unido, ver FULLER & JONAS, 2003. Segundo os autores, apesar da origem social e de raízes comunitárias, estas experiências vêm se tornando cada vez menos alternativas e mais inseridas no sistema financeiro convencional através de ações estatais. No mesmo sentido, a institucionalização das microfinanças vem sendo construída no Brasil, com esforços governamentais para a ‘bancarização’ do crédito popular e do microcrédito produtivo, mas ainda é fundamentalmente um fenômeno sustentado por organizações não governamentais. Ver SANTOS (2004).

¹¹ “(...) sua emergência é símbolo de um movimento mais amplo de reavaliação do papel do dinheiro e das finanças, que tenta trazê-los de volta ao domínio social e cultural do qual nunca deveriam ter sido permitidos a escapar”. (Tradução nossa).

Nestes termos, os tão e cada vez mais propalados “espaços econômicos alternativos” (LEYSHON *et al*, 2003) precisam ser diferenciados, para que se compreenda seu papel e assim evitar equívocos na consideração sobre possibilidades de formular políticas. Surge neste momento uma questão relevante ao propósito deste trabalho: os sistemas de moeda própria, como espaços alternativos, teriam então papel complementar, substituto ou opositor? Mais adiante, procurar-se-á buscar uma resposta.

2.2. Local versus Global

Neste ponto, dar-se-á ênfase ao papel do local em tempos globais, para que se elucide noções como local e comunidade, que são amplamente utilizadas neste trabalho, sem no entanto ter a intenção de estabelecer conceitos rígidos e precisos, tarefa delicada e controversa dada a complexidade do tema. Pretende-se tão somente fundamentar a discussão que se sucede a respeito da existência de moedas locais, realçando seu papel como um contraponto à chamada globalização.

A questão acerca da premência do desenvolvimento local ressurgiu de modo concomitante à globalização, processo demasiadamente estudado e, entretanto, de facetas ainda desconhecidas. Segundo SWYNGEDOUW (1989), o processo de globalização incorre na reconstrução da localidade, que atinge diversos domínios, dentre eles: a barganha entre trabalhadores e capitalistas, que deixa de ser mediada pelo Estado e passa a se incidir dentro da firma ou localmente; a desregulamentação da legislação trabalhista; a substituição de políticas redistributivas, antes nacionais, por um sistema privado e individual, o que abre espaço para o aumento das desigualdades sociais e espaciais; a mudança de um Estado intervencionista para um Estado simplesmente regulador. Em suma, a localidade tende a se tornar o lugar preponderante para a regulação da produção e da reprodução. Como salienta BERTUCCI:

“a reestruturação econômica e o reajustamento social advindo da flexibilização do mercado e dos processos de trabalho nas décadas de 70 e 80 confluem para uma gradual desmontagem do estado de bem-estar e para um crescente aumento do desemprego estrutural, do trabalho informal e precário, da subcontratação e dos contratos temporários.” (2005, p.29)

De fato, estas transformações têm início no pós-II Guerra, quando se tornou evidente a impossibilidade dos setores privado e público em responder ao crescimento do

desemprego e da desigualdade (WILLIAMS *et al*, 2001). Enquanto se presencia no setor privado uma crescente desvinculação entre produtividade e emprego, através de inovações tecnológicas que continuamente permitem a dispensa de mão-de-obra ao mesmo tempo em que se amplia a produção, o Estado sofre pressões para a minimização de sua intervenção (AMIM *et al*, 2006). LEVITT destaca:

*“Perhaps the most profound disappointment with success in economic growth was that it failed to do so, giving rise to the phenomenon of ‘growth without development’, reformist and radical critiques of developmentalism and the search for revolutionary solutions. (...) As it became evident that capital intensive technology could produce growth without employment, the significance of the informal sector-whether as problem or solution- came into focus.”*¹² (LEVITT, 2006, p. 40).

DICKEN *et al* (1997) pretendem se apartar do que eles consideram ser uma polarização desnecessária e prejudicial ao entendimento da realidade: de um lado, os fervorosos defensores da globalização, que são, em sua maioria, *“business gurus and/or neo-liberals”*¹³ (p.158), e de outro, críticos ferrenhos que chegam a negar que o fenômeno da globalização exista. A retórica a favor da globalização, consoante estes autores, advoga que ela traria o fim do estado-nação, a homogeneização completa de culturas, costumes, economias e políticas e a prevalência absoluta da “mão invisível” do mercado. Os críticos, por sua vez, têm por objetivo atacar estas concepções, consideradas por eles irrealistas, e afirmam que a globalização não é um processo novo e se apresenta tão somente como uma continuidade.

Para tais autores, seria preciso se afastar destes dois pontos de vista e construir um outro conceito de globalização, menos caricatural e simplificado. É neste sentido que eles se preocupam em distinguir globalização de conceitos como neo-liberalismo e internacionalização. Enquanto o primeiro seria fruto da retórica pró-liberalização, o segundo processo seria apenas uma das múltiplas facetas da globalização. Esta, neste

¹² “Talvez o mais profundo desapontamento com o sucesso do crescimento econômico foi que ele falhou em fazê-lo, dando nascimento ao fenômeno do ‘crescimento sem desenvolvimento’, a críticas radicais e reformistas ao desenvolvimentismo e à busca por soluções revolucionárias. (...) Assim que ficou evidente que a tecnologia capital intensiva podia gerar crescimento sem emprego, a significância do setor informal – seja como problema ou solução – se tornou foco.” (Tradução nossa).

¹³ “gurus de negócios e/ou neoliberais” (Tradução nossa).

novo paradigma construído pelos autores, é vista como um complexo de tendências interrelacionadas, não rígidas mas cambiantes.

Assim, a globalização põe em curso mudanças não apenas quantitativas mas sobretudo qualitativas. O debate deveria ter como prioridade a análise das (re)organizações e (re)construções em curso, em termos de relações de poder no espaço e do papel do Estado. Sobre este ponto, a despeito das teorias sobre o fim do Estado, os autores ressaltam que ele permanece, na globalização, ator de importância crucial. É aí que se encerra a idéia de paradoxo: os estados-nação são ao mesmo tempo agentes que transformam e que são transformados. Ademais, são contraditórios também os aspectos geográficos da globalização: quanto mais globais as relações, mais locais são as ações.

Enfim, acreditam que é necessário perceber a globalização como um conjunto de processos inerentemente dialéticos. Suas formas e efeitos são heterogêneos, o desenvolvimento é desigual no espaço. Seja em qual for a escala, a globalização está relacionada a movimentos desordenados e é por isto que os autores deixam subentendida a necessidade peremptória de ação política (DICKEN *et al*, 1997).

LEYSHON & LEE (2003) lembram que é preciso considerar que o desenvolvimento econômico e social não se dá de maneira linear no tempo e no espaço, e sim de modo proliferativo. Ao contrário do que a agenda neo-liberal prega, isto é, singularidade e uniformidade geográfico-econômica induzidas pelo mercado, existem inúmeras formas de organização que convivem com o capitalismo global, algumas opositoras a ele, outras não.

Similarmente a DICKEN *et al* (*op.cit.*), ALBAGLI (1999) contextualiza as diferenças entre visões da globalização: a “desterritorialização” *versus* a “reinvenção do local”. Claramente, a autora se posiciona favoravelmente à segunda percepção. É a partir daí que ela vai delinear as possibilidades de política. O cenário para a análise do local é a globalização, fenômeno de “*alongamento das relações entre o local/presente e o distante/ausente*” (p.185). Os estados-nação perdem sua posição de dominação e cedem espaço à relação (muitas vezes conflituosa) entre o global e o local. Entretanto, ao invés de aventar o fim do estado-nação, a autora fala da transformação do seu papel, que

passa a ser o de importante intermediador de interesses de diversos âmbitos (global, local, nacional). Não obstante, o local passa a ser um “*espaço privilegiado de resistência*” (p.190) aos poderosos interesses do capital.

Fica evidente que, para ALBAGLI (*op.cit.*), uma reconstrução espacial está em andamento e que a forma como a questão política se insere neste contexto depende fundamentalmente de como se interpreta a realidade. Sob a perspectiva neo-liberal, o local é o lugar da reprodução do sistema econômico e o Estado deve agir apenas para que isto seja garantido. Se, inversamente, considera-se a necessidade de implantar um modelo de desenvolvimento sustentável, o Estado deve ser intervencionista.

AMIM & THIRFT (1994) entendem que não há porque se imaginar que o global ameaça a existência do local. Os locais são o palco das relações sociais e são construído por elas. São importantes na produção pois permitem a integração social e cultural e o contato físico, desafiando o que é global com suas especificidades, lutas, culturas. Nas palavras dos autores:

*“At a concrete level, metaphors such as ‘global vilage’ and ‘one world’ are complicated, perhaps even contradicted, by the presence of villages, towns, districts, cities and regions which continue to tell their own stories of economic development and cultural or political distinctiveness.”*¹⁴ (*op.cit.*, p. 5).

CONTI & GIACCARIA (2001), por seu turno, destacam a existência de uma profusão de instituições, dependentes da forma como as relações sociais, econômicas e culturais se dão nos locais. Tal multiplicidade abre espaço para um também múltiplo conjunto de modelos de desenvolvimento. Enquanto a visão que considera o desenvolvimento exógeno estabelece que o local meramente reage a mudanças comandadas pelo mercado, sem influenciar os rumos de sua própria economia, o desenvolvimento endógeno é aquele determinado pelo próprio sistema local, específico por suas relações. Parece haver implícita, nestas idéias, uma defesa de que não é factível o estabelecimento de leis rígidas e universais para orientar políticas de desenvolvimento

¹⁴ “Em um nível concreto, metáforas como ‘aldeia global’ ou ‘mundo uno’ são complicadas, talvez até contraditas, pela presença de vilas, cidades, distritos, municípios e regiões que continuam a contar suas próprias histórias de desenvolvimento econômico e diferenciação cultural ou política.” (Tradução nossa).

local, já que este é singular caso a caso e dependente da forma como as pessoas se relacionam com o território onde vivem para a produção de valor.

Estes autores argumentam que na literatura sobre o tema há um certo consenso sobre a transição da noção de governo para a de governança, isto é, de uma administração do setor público nos níveis local e regional para uma gestão que é fruto de uma interação entre entes públicos e privados. Eles, no entanto, chamam a atenção para os riscos de uma desregulamentação, pois acreditam que uma governança que não desafie o funcionamento do capitalismo necessariamente leva à dominação da sociedade pelos atores cuja única preocupação é a reprodução do capital, isto é, as empresas (CONTI & GIACCARIA, 2001, p.250).

Fica patente, assim, a importância de se colocar ressalvas ao propalado processo de liberalização, muitas vezes confundido com globalização, como bem salientam DICKEN *et al* (1997). É interessante a perspectiva de CONTI & GIACCARIA (*op.cit.*) de considerar alternativas para o desenvolvimento local, dentre as quais os sistemas de moeda local podem ser incluídos. O chamado terceiro setor cresce em importância e uma alternativa cada vez mais considerada é a implementação de circuitos locais de transações com moedas paralelas às convencionais. Como se verá com mais desvelo adiante, são sistemas econômicos intencionalmente criados para fazer face aos problemas e limitações gerados pelas moedas oficiais, sejam elas nacionais ou globais (LINTON & SOUTAR, 1994).

Como levanta Anthony GIDDENS: “*The theme of community is fundamental to the new politics, but not just an abstract slogan. The advance of globalization makes a community focus both necessary and possible (...)*”¹⁵ (citado em AMIM *et al*, 2003, p.48). É preciso destacar que definições como local e comunidade estão associadas à noção de pertencimento, ou seja, a extensão geográfica não está precisamente delimitada, dependendo de como os indivíduos se vêem e se consideram inseridos. PURDUE *et al* (1997) explicam que a natureza simbólica da localidade requer, para continuar existindo, constante reprodução através de práticas sociais locais. Além da

¹⁵ “O tema da comunidade é fundamental para as novas políticas, mas não apenas como um lema abstrato. O avanço da globalização torna o foco na comunidade tanto necessário quanto possível.” (Tradução nossa).

proximidade física, estamos considerando aqui a existência de ligações sociais para traçar a existência do local e da comunidade: pode se tratar de uma cidade, uma vila, um bairro. ALBAGLI (1999) fala do local como um “conceito multifacético”, que engloba aspectos como tamanho/dimensão, diferenciação/especificidade e grau de autonomia (p. 182). Para LIEATER (2001), é oportuno considerar a noção de comunidade não como um estado mas como um processo, pois se não for continuamente alimentada por relações de reciprocidade, tende a desaparecer.

Segundo AMIN *et al* (2006), apesar do grande crescimento de experiências de desenvolvimento local, dentre as quais se incluem as comunidades com moeda própria, e de várias tentativas de estudar estes fenômenos, ainda são incipientes os estudos acadêmicos a respeito. Assim, acredita-se que haja um grande espaço para avanços na discussão. No Brasil, a produção acadêmica é embrionária, notadamente nas ciências econômicas.

De acordo com LEE (1999), concomitantemente à globalização vem ocorrendo um processo de universalização da moeda. Ele argumenta que o desenvolvimento de moedas universais causou a erosão de sistemas de valorização baseados no local e a concomitante imposição de medidas de valor e troca baseadas externamente. Vale salientar que se entende por “moeda universal” o resultado da convergência entre diferentes moedas, com a finalidade de expandir o espaço geográfico de trocas. As moedas nacionais têm perdido espaço para meios transnacionais de troca, como o Euro e o Dólar. Recentemente, os países do Mercosul demonstraram interesse em também criar uma moeda comum aos membros. A moeda global, segundo este autor, retira a autonomia econômica do local, ao mesmo tempo em que desvincula as relações de oferta e demanda do lugar.

LEE (*op.cit.*) fala também da existência, nos tempos modernos, de uma “comunidade universal da moeda”, em que é ela que provê os meios de validação da produção e reprodução. Em linha de pensamento acordante, David HARVEY (1985) descreve o “poder transcendental da moeda” na economia capitalista: “*Without money there could be no integrated commodity production, no elaborate division of labor, no price-fixing*

markets, no universalized exchange values, no medium of accumulation of capital, no urbanization, and so on.”¹⁶ (p. 84).

CHICK (2006) questiona a integração europeia do ponto de vista financeiro, defendendo que são muito incertas as consequências da criação de um mercado único de serviços financeiros e de uma moeda comum. Segundo a autora, o Euro tem causado profundas modificações na atividade bancária europeia, levando à convergência na taxa de empréstimos interbancários e ao aumento das fusões e aquisições, onde são os bancos de maior porte os dominadores. Ela avalia que “(...) *está claro que cresceu visivelmente a área que agora se considera apropriada para um banco operar, quer seja um superbanco, que almeje toda a União Europeia, quer seja um banco regional*” (op.cit., p.88). Por decorrência, há maior estímulo à fusão bancária e ao aumento dos custos aos pequenos clientes, sejam eles empresas ou consumidores, ou seja, tende a ser ampliada a exclusão financeira.

Em resumo, segundo a perspectiva adotada neste trabalho, a construção de uma moeda local recupera a capacidade dos agentes de influenciar a acumulação econômica e a reprodução social no espaço onde vivem, motivo pelo qual é valioso fazer um contraponto à “comunidade universal da moeda”. É com este pano de fundo que partimos agora para o aprofundamento da compreensão acerca do fenômeno das moedas locais.

¹⁶ “Sem moeda não poderia haver produção integrada de bens, divisão elaborada do trabalho, mercados de fixação de preço, valores de troca universalizados, meios de acumulação de capital, urbanização, e assim por diante” (Tradução nossa).

3 – Delimitando a questão: Sistemas de Moedas locais

“Não sabendo que era impossível, foi lá e fez”
Jean Cocteau

3.1 Antecedentes

A idéia da delimitação do uso da moeda no espaço ou por grupos não é nova. As ‘para-moedas’ são um claro exemplo: tickets-refeição, milhas de companhias aéreas, vales-transporte, etc. Elas são definidas por BLANC (1999) como todos aqueles instrumentos utilizados como meio de conta e de pagamento e que convivem paralelamente às moedas nacionais, mas sem concorrer com estas, apenas as complementando. Sua validade é limitada, *a priori*, seja por um certo conjunto de bens e serviços ou pessoas, seja por um espaço específico ou fixada em um horizonte temporal dado.

Outro caso interessante são os clubes empresariais de trocas, cuja notabilidade tem aumentado recentemente no mundo dos negócios. Nestes clubes, as empresas cadastradas, de ramos diversos, cadastram os serviços e bens que oferecem e têm acesso, ante o pagamento de uma taxa anual, aos serviços e bens oferecidos por todos os participantes. No Brasil, existe o ProRede Clube de Permuta, até agora presente nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina, em que vale a moeda Crédito (um Crédito equivalendo a um Real). A grande vantagem é a possibilidade de realizar consumo, necessário à manutenção do negócio, pagando com seus próprios serviços/bens¹⁷. Como se verá, têm um modo de funcionamento bastante similar ao dos *Local Exchange and Trading Systems* (LETS), mas obedecem a finalidades distintas à do desenvolvimento local, não sendo portanto objeto de estudo do presente trabalho.

É possível encontrar respaldo a esta idéia na teoria econômica, mesmo antes do surgimento das comunidades com moeda própria. Interessante registrar a contribuição de Robert MUNDELL (1968), um “economista do lado da oferta”¹⁸, que recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1999 por suas formulações a respeito das áreas monetárias ótimas (*optimum currency areas*). Conforme sua teoria, nem sempre existe mobilidade

¹⁷ Para conhecer mais este sistema, acessar: www.clubeprorede.com.br

¹⁸ Do outro lado estão aqueles que salientam a importância da demanda na determinação do crescimento econômico, tais como os pós-keynesianos.

de capital e trabalho entre regiões de um mesmo país, o que gera taxas distintas de desemprego e inflação para cada uma delas: a mudança na demanda pelos produtos de uma região provavelmente induz a mudanças na direção oposta em outras regiões, e políticas de estabilização nacionais não são capazes de neutralizar completamente estes efeitos entre regiões. O ideal, logo, seria que o mundo fosse dividido em regiões economicamente uniformes, cada qual com sua própria moeda, tal que houvesse mobilidade de fatores intra-regiões e imobilidade entre as mesmas. Como levanta o autor, nem sempre estas regiões coincidem com as áreas correspondentes aos países, cujo domínio de uma moeda é sinônimo de soberania, daí a dificuldade de se colocar em prática este argumento. Convém observar que foi a teoria das áreas monetárias ótimas que serviu de bojo à realização de uniões monetárias entre países (FERRARI FILHO e PAULA, 2006¹⁹), e foi desconsiderada ao mesmo tempo sua validade em termos intranacionais.

A teoria econômica e seus pressupostos sobre o “*homo economicus*” foi também utilizada por SCHRAVEN (2001b) para analisar as vantagens de uma moeda própria a uma comunidade. Ele adverte que não é a política monetária e sim as exportações líquidas que garantem a liquidez das regiões. Se uma região incorre em déficit, a moeda é drenada para outras regiões, e a redução da disponibilidade de moeda leva ao aumento dos custos de procura, informação e transação, o que por sua ordem causa redução no montante de bens e serviços trocados. A consequência, assim, é uma distribuição subótima das trocas potenciais. Conclui seu estudo afirmando que a oferta descentralizada de moeda permite um ajuste mais flexível a choques e reduz falhas de predição em que incidem as autoridades monetárias.

LIEATER (2001) lembra as contribuições de Silvio Gesell, um economista alemão, naturalizado argentino, que nos anos 30 defendia o uso de uma moeda selada, que teria validade no tempo e restrição espacial. KEYNES (1964 [1936]) também fez referência à teoria de Gesell, que segundo ele caiu em um ostracismo injustificado. A idéia era, grosso modo, criar uma moeda com data de vencimento pré-determinada, quando então seria necessário o pagamento de uma taxa para continuar valendo, o que incentivaria a

¹⁹ Estes autores usaram a teoria de áreas monetárias ótimas para mostrar que não há evidência de convergência macroeconômica entre países da América do Sul para a formação de uma área de moeda comum.

circulação em detrimento da poupança. É chamada de moeda selada ou oxidável porque requereria a compra periódica de uma espécie de selo, caso contrário seria invalidada. As pessoas a usariam para consumo e não para acumulação, pois neste último caso arcariam com o ônus desta taxa, que equivale, na prática, a juros negativos. Algumas cidades de países que passaram por forte crise nesta época, tais como Alemanha, Áustria e Estados Unidos²⁰, tiveram experiências auspiciosas neste sentido mas que vigoraram por pouco tempo, devido à proibição dos governos centrais, tementes de que houvesse perda do poder sobre a moeda.

Jane JACOBS (1984), sem recorrer a uma análise economicista, também é uma importante autora a tratar da questão da moeda limitada no espaço. No desenvolvimento de seu argumento, ela contrapõe a idéia de que a divisão regional e internacional do trabalho é economicamente eficiente, tal como defendia Adam Smith, e exprime sua posição contra a especialização:

*“An economy that contains few different sorts of niches for people’s differing skills, interests and imaginations is not efficient. An economy that is unresourceful and unadaptable is not efficient. An economy that can fill few needs of its own people and producers is not efficient.”*²¹(p. 71).

Neste sentido, a autora aponta para a substituição de importações, em outras palavras, a diversificação da economia, como a única saída para o desenvolvimento econômico de um lugar. A especialização em poucos setores voltados para exportação, segundo ela, torna a economia frágil e excessivamente dependente de importações, tornando-a mais vulnerável a crises que, uma vez se sucedam, podem causar catástrofes. Não obstante, a tentativa de desenvolvimento através de obtenção sucessiva de empréstimos e concessão de subsídios tende ao fracasso por ser incapaz de gerar uma economia auto-geradora; ao contrário, é uma estratégia com propensões a perpetuar ou mesmo acentuar a dependência de regiões ou países.

²⁰ Irving Fisher foi um grande defensor do uso deste tipo de moeda nos Estados Unidos durante a Grande Depressão, o que não foi levado à prática por causa da expressa posição contrária do governo, na figura do presidente Roosevelt, que no discurso de apresentação do *New Deal* vetou qualquer utilização de “*emergency currencies*” (moedas emergenciais). (LIEATER, 2001, p. 157).

²¹ “Uma economia que contém poucos tipos de nichos para diferentes habilidades, interesses e imaginações das pessoas não é eficiente. Uma economia que não tem recursos e é inadaptável não é eficiente. Uma economia que pode preencher poucas necessidades de seus próprios população e produtores não é eficiente.” (Tradução nossa).

JACOBS (*op.cit.*) avança em sua argumentação, onde o objeto de análise são as cidades²², defendendo que as moedas nacionais ou imperiais são grande fator de desestabilização para as economias locais, opinião que se assemelha à discussão feita por MUNDELL (1969). Ela lembra que as moedas citadinas na Europa persistiram até o período renascentista, sendo que em alguns casos perduraram até períodos mais recentes, como o caso germânico em que a união monetária só foi ocorrer em 1857 (JACOBS, 1984, p.157).

Segundo a autora, as moedas nacionais não são um bom mecanismo de ajuste da economia local pois carregam informações sobre o comércio da nação como um todo em relação ao exterior, desconsiderando variações internas e o comércio entre as regiões do mesmo país. A realidade do comércio das cidades, que pode ser bastante contrastante internamente, fica sujeita a um mecanismo único de ajuste. Ela faz uma analogia com um sistema orgânico imaginário, supondo que várias pessoas, de diferentes tamanhos e idades, estejam ligadas a um mesmo sistema respiratório. Sendo as necessidades de oxigênio diferentes, variando de acordo com muitos fatores, dentre eles a atividade que realiza cada pessoa, como dormir ou fazer esportes, o resultado de tal sistema pode ser devastador para alguns.

De forma similar, as economias locais necessitam de diferentes correções em momentos distintos no tempo. Cada cidade, afirma JACOBS (*op.cit.*), tem seu próprio ritmo para substituir as importações e gerar exportações que ela chama de inovativas. Se suas exportações estão em declínio, a cidade precisa de uma moeda que se desvalorize para encarecer os produtos produzidos externamente e assim incentivar o processo de substituições de importações. A autora consente que tarifas podem servir como ferramenta de ajuste mas são problemáticas pois dão origem a barreiras entre as economias internas, decorrentes de retaliação, e aumentam o custo de vida se não forem temporárias.

Jacobs enfatiza que a evolução das telecomunicações tende a superar as inconveniências e dificuldades técnicas de se multiplicar a quantidade de moedas, e reconhece que sua

²² Para Jane JACOBS (*op.cit.*), as cidades são as entidades principais para se entender a estrutura da economia, e não as nações como acreditavam os mercantilistas.

sugestão teórica é de difícil imposição devido à força das nações, construída historicamente. Nem deve ser encarada como uma panacéia, apenas como um artifício que pode prevenir o declínio econômico de um lugar.

A posse de uma moeda é vista, então, como símbolo de soberania. Como destaca Primavera (2003), “*compartir una moneda común crea una frontera informativa invisible, aunque muy efectiva, entre ‘nosotros’ y ‘ellos’*”²³ (p.10). Apesar desta lógica, como já assinalado no capítulo anterior, tem prevalecido cada vez mais a ideia de que quanto mais global é a moeda, maior é a perspectiva de desenvolvimento e prosperidade econômica.

A perspectiva adotada aqui vai ao encontro do que se pode chamar de teoria monetária marxista²⁴. CARVALHO (1986) elucida que, com seu método lógico-histórico, Marx rejeita leis imutáveis:

“Ao invés do agente racional walrasiano, suspenso no tempo e no espaço, os agentes econômicos em Marx têm motivações e comportamentos historicamente determinados, evoluindo e se alterando com a sucessão de formas de organização social. Por esta razão, conceitos como moeda, apesar de presentes em várias fases históricas, têm significados diferentes em cada uma delas. Para Marx conceitos como produção e moeda apenas adquirem seu pleno potencial explicativo quando localizados historicamente.” (CARVALHO, 1986, p. 7).

Fica patente, dessa maneira, que dentro desta visão a moeda é percebida como portadora de informações, normas e valores. Tais informações se referem à extensão temporal e espacial em que podem ser efetuadas as transações. Com a convicção de que a moeda é socialmente construída no espaço, Roger LEE afirma que a moeda é o mais geográfico dos fenômenos econômicos. (1999, p.207). Ela permite a produção econômica e a reprodução social no tempo e no espaço. Tendo em mente esta noção da moeda como

²³ “Compartilhar uma moeda comum cria uma fronteira informativa invisível, mas muito efetiva, entre ‘nós’ e ‘eles’.” (Tradução nossa).

²⁴ Segundo CARVALHO (1986), não foi a intenção de Marx construir uma teoria monetária. A proposta deste autor é apenas assinalar a possibilidade de se vislumbrar elementos existentes em Marx que possibilitam a construção de uma tal teoria: “*Marx, como Keynes, recusou a dicotomia real x monetário e lançou as bases para uma teoria monetária bastante similar à de Keynes*” (p. 6). A referência utilizada por Carvalho é: MARX, K. *Grundrisse*. Harmondsworth, Penguin/New Left Review, 1977.

construção social, parte-se agora para o esclarecimento do objeto central deste estudo: os Sistemas de Moeda Local.

3.2 Sistemas de Moeda Local

A literatura internacional recente sobre o fenômeno das moedas locais, grosso modo, tem como foco as experiências chamadas de LETS (*Local Exchange and Trading Systems*), já que são estas as de maior número. Como este é um sistema com características específicas, que o diferenciam de outras variações existentes, como os Clubes de Trocas preconizados na Argentina ou os SEL (*Systèmes d'Échange Local*) da França, utilizaremos neste trabalho uma denominação própria, Sistemas de Moeda Local (SML), para tratar de modo mais amplo este fenômeno. Após a descrição das características que consideraremos universais e a tentativa de teorização deste tema, feitas na próxima subseção, a segunda subseção fará uma breve discussão acerca de noções como capital social e confiança. A terceira subseção relatará as experiências existentes no mundo e no Brasil, destacando as diferenças de funcionamento entre elas.

3.2.1 Aspectos Gerais

A nossa intenção é dar maior destaque às características comuns a todos os SML para extrair a essência da experiência de uso de moeda paralela e local. Sua definição mais clara e concisa pode ser extraída de LIEATER (2001): trata-se de um acordo entre pessoas de uma mesma comunidade para o uso de uma moeda coexistente com a nacional como meio de pagamento local. Sucintamente, os aspectos mais importantes destas moedas são: i) iniciam-se no terceiro setor, isto é, fora do Estado e do mercado capitalista; ii) existe restrição do uso no espaço e iii) inexistem práticas de taxas de juros.

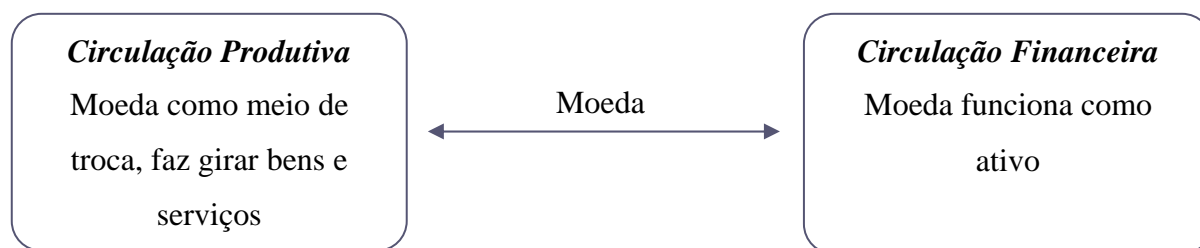
Em tais circuitos, uma moeda local, muitas vezes também denominada moeda social, paralela ou complementar, é criada internamente e o seu valor é estipulado, mais comumente, pela correspondência com a moeda nacional, por ser a forma mais fácil de ser abarcada pelos seus usuários. LEE (1996) assevera que dois terços das moedas locais existentes no Reino Unido têm correspondência com a moeda nacional, o que aumenta o potencial de sucesso. Além disso, como argumentam LINTON & SOUTAR (1994), a equivalência com a moeda nacional dá mais acessibilidade aos sistemas pois facilita negócios e taxações. Não se tem notícia da existência de moedas locais cuja

convertibilidade oscile atinente a uma taxa de câmbio entre elas, a exemplo do que ocorre entre moedas nacionais, de acordo com os ideais lançados por Mundell e Jacobs, já citados acima. A relação entre a moeda local e a nacional, quando existente, é sempre fixa, estabelecida *ad hoc*.

Uma outra maneira de instituir o valor monetário é através do tempo de trabalho. O objetivo implícito neste tipo de equivalência é proporcionar maior igualdade nas relações e se distanciar das práticas capitalistas de lucro. Alguns sistemas chegam a estabelecer valores diferentes para a hora de trabalho de acordo com a complexidade da tarefa, como por exemplo diferenciar a hora de serviço de um bombeiro e de um advogado (LEE, 1999). O que se tem observado nas pesquisas sobre estes sistemas é que a estipulação do preço em horas de trabalho é problemática pois prescreve um distanciamento das práticas tradicionais da economia em nível nacional e global e impede o intercâmbio entre a moeda local e a oficial, o que nem sempre é benéfico, dada a impossibilidade de auto-suficiência e auto-sustento de comunidades pequenas. Ademais, enquanto definir o valor em horas de serviços é uma tarefa relativamente simples, o mesmo não sucede quando se trata de bens, pois o modo como são produzidos pode variar em inúmeros aspectos, como material utilizado, quantidade de produtores, tecnologia, etc. (LAACHER, 1999).

Outro princípio fundamental é que a moeda criada pela comunidade não renda juros, para que não seja utilizada como meio de acumulação. CARVALHO *et al* (2000) explicam que Keynes descreve a economia monetária de produção como comportando a existência de duas esferas de circulação da moeda: uma produtiva e outra financeira (ver figura 1, página 33). Na circulação produtiva, “*a moeda exerce a sua função de meio de troca, faz girar bens e serviços*” (*op.cit.*, p. 169), enquanto que na esfera da circulação financeira a moeda se transforma em um ativo que gera ganhos sem levar a crescimento econômico real. Esta última esfera, como aponta HARVEY (1985), é cada vez mais presente à medida que se fortalece o capitalismo financeiro, cuja principal contradição é a tentativa de criar valor sem produzi-lo fisicamente. A moeda é percebida como um “fim em si mesmo”.

Figura 1 – Economia Monetária de Produção (baseado em CARVALHO *et al*, 2000)



Desta maneira, sem rendimentos não há incentivos para que a moeda saia do circuito produtivo, o que é uma proposta essencial dos sistemas de trocas locais. A não incidência de taxas de juros inibe o investimento improdutivo, o que impõe aos SML uma característica completamente distinta do sistema financeiro convencional.

Segundo KEYNES (1964 [1936]), os juros nada mais são do que um pagamento pelo uso do dinheiro, “*uma recompensa da renúncia à liquidez, é uma medida da resistência dos que possuem dinheiro em alienar o seu direito a dispor dele*” (p. 163). Os juros existem por causa do que ele chama de preferência pela liquidez, que é um indicador da quantidade de moeda (o ativo mais líquido, o mais seguro e o menos rentável) que os agentes desejam reter. A condição para a preferência pela liquidez existir é a presença de incerteza quanto à inflação, à taxa de juros futura, ao crescimento econômico e à estabilidade. Quanto maior a incerteza, maior será esta preferência, e por conseguinte maior será a taxa de juros necessária para que os agentes econômicos abram mão da liquidez. É cabível então supor, nestas circunstâncias, que quando não há taxa de juros, a preferência pela liquidez não existe; o que há é a possibilidade de, diante da incerteza quanto à continuidade da existência da moeda local, o usuário preferir a moeda nacional, colocando em risco o sucesso da moeda paralela. Ressalte-se, destarte, que o fator incerteza, conforme a concepção keynesiana, continua sendo fundamental na definição do uso das moedas criadas nos SML.

Keynes, de acordo com CARVALHO *et al* (2000), destaca quatro motivos para se demandar moeda: 1) o motivo transacional, relacionado ao volume de moeda que é destinado ao pagamento de compras e pagamentos rotineiros; 2) o motivo precaução, em que a moeda serve para ser transportada para períodos futuros a fim de responder a

contingências inesperadas; 3) o motivo especulação, que é o “*propósito de conseguir lucros por saber melhor que o mercado o que o futuro trará consigo*” (KEYNES, *op.cit.*, p. 166) e está ligado à incerteza quanto à variação futura da taxa de juros; e 4) o motivo financeiro, ou *finance*, como chamam os pós-keynesianos, atinente aos saldos monetários designados para dar início ao processo de investimento. CARVALHO *et al* (*op.cit.*) esclarecem que, enquanto as demandas transacional e financeira da moeda estão diretamente associadas à circulação produtiva, a demanda especulativa e a por precaução se referem à circulação financeira, onde a moeda é transformada em ativo. Podemos dizer, então, que na ausência do circuito financeiro estas duas últimas demandas perdem sentido. Não deve haver incerteza quanto à taxa de juros quando se define *a priori* que ela é nula.

No sistema capitalista, a produção da moeda, distintamente das demais mercadorias, é inelástica porquanto é controlada pela autoridade monetária e sua elasticidade de substituição é nula, o que, qual argumentado por KEYNES (1964 [1936]), torna os juros resistentes à baixa diante de um aumento da sua demanda. Outrossim, a baixa elasticidade de substituição está ligada ao fato de ser a moeda o padrão para contratos e salários: “(...) *há uma vantagem manifesta em conservar bens no mesmo padrão em que irão vencer-se os compromissos futuros*” (*op.cit.*, p. 228). Logo, estas duas características da moeda, juntamente com a existência de preferência pela liquidez, definem a taxa monetária de juros. Um aumento nesta taxa retarda a produção de riqueza em outros ramos da economia. À medida que se torna mais vantajoso aos empresários deixar de produzir e aplicar seu capital no mercado financeiro, as taxas de juros são um forte fator de desemprego. A dinâmica econômica é descrita caricaturalmente por KEYNES da seguinte forma:

“(...) o desemprego prospera porque as pessoas querem a lua; - os homens não podem conseguir emprego quando o objeto de seus desejos (ou seja, o dinheiro) é uma coisa que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente contida. O único remédio consiste em persuadir o público de que lua e queijo são praticamente a mesma coisa, e fazer funcionar uma fábrica de queijo (que é o mesmo que dizer um banco central) sob a direção do poder público” (KEYNES, 1964 [1936], p. 227).

Podemos dizer, conseqüentemente, que as moedas locais oferecem, mesmo que com limitações, uma forma de substituir a moeda padrão por outra, de maneira informal e

restrita no tempo e no espaço. Como se verá com mais minúcia posteriormente, em alguns casos de SML a criação de moeda deixa de ser controlada pela autoridade estatal, o que retira da moeda a característica de inelasticidade da oferta. Esta é precisamente a situação dos LETS. Em outros casos, como o dos bancos comunitários no Brasil, a oferta é controlada, mesmo que indiretamente, pelo Bacen e neste caso é a imposição de ausência de taxa de juros que impede a utilização da moeda como ativo. Nesta última experiência, a principal preeminência advém da possibilidade de acesso sem ônus à moeda para realizar transações e da restrição de sua validade a um espaço desprivilegiado economicamente, em relação a outras regiões. Logo adiante, as nuances de cada um destes SML serão melhor detalhadas.

LEE (1996) lembra que a moeda, em seu sentido convencional, tem como função permitir que as trocas ocorram no espaço e no tempo. Assim, poder-se-ia dizer que as moedas locais têm como finalidade a delimitação da circulação somente no espaço, e não no tempo. Numa perspectiva marxista, é possível identificar quatro propriedades da moeda no modo de produção capitalista convencional: i) é medida de troca entre mercadorias; ii) é meio de troca; iii) é objeto de contrato, posto que é a representante maior das mercadorias, iv) *“é a mercadoria geral, enquanto valor de troca objetivado, coexistindo com as mercadorias particulares”* (CARVALHO, 1986, p. 12). Acreditamos que as moedas locais perdem esta última característica, a mais essencial do ponto de vista do capitalismo: a de ser mercadoria, exatamente por deixar de render juros.

Consoante defende LEE (1999, p. 216), a moeda não é simplesmente um meio passivo de comunicação, ela atribui ao agente social poder para influenciar e dar forma à geografia de acumulação e reprodução social. Desta forma, acredita-se que a instituição de moedas locais tem a capacidade de devolver poder de decisão aos agentes. Vale reafirmar então que, neste contexto, a moeda local favorece a recuperação de práticas e normas próprias à comunidade e proporciona aos indivíduos maior poder de regular o bem estar sócio-econômico local.

Não obstante, a realização de trocas locais faz com que diminua a dependência com relação à economia de outros lugares. A ativação de capacidades produtivas se dá de

maneira mais sustentável, se comparada à prática de injeção de capital na região, bastante comum em políticas regionais. Para PURDUE *et al* (1997), a criação de moedas locais pode ser encarada como uma espécie de “micro-keynesianismo”, em que a preocupação maior é com a proteção da economia local. Quanto mais se gasta internamente, maior é o multiplicador.

SCHRAVEN (2000) levanta que, do ponto de vista econômico, a criação de uma moeda própria não tem como meta a auto-suficiência da oferta local, mas o incremento da capacidade de auto-fomento. Tampouco tem a finalidade de substituir a moeda nacional, que continua sendo imprescindível à realização das importações do local. Tal como argumenta JACOBS (1984), a substituição de importações não tem como intuito o fim das trocas de um lugar com o outro, apenas leva à possibilidade de diversificar o consumo, produzindo o que antes era importado e importando novos produtos e serviços. Sob a mesma lógica podemos analisar a introdução de uma moeda local: ela incita o consumo local de bens antes importados e paralelamente desloca o uso da moeda nacional para importações antes impensadas.

A realização de transferências de recursos do centro para a periferia, em termos regionais, não é por si só eficaz caso não haja melhoria das expectativas nas regiões deprimidas, pois estes recursos retornariam ao centro na forma de importações e depósitos bancários (DOW, 1993). Tais depósitos podem ser de duas espécies: depósitos do público na busca de melhores ativos financeiros no centro ou depósitos derivados da compra de insumos no centro para a produção na periferia. Em situações de estagnação da economia periférica, o vazamento de depósitos, que indica o quanto do crédito concedido na periferia é revertido para o centro, é grande e, simultaneamente, a taxa de redepósitos no local é reduzida (CROCCO, 2003). Desta forma, o uso de uma moeda local seria benéfico para a diminuição do vazamento, a melhoria das expectativas e, por conseguinte, o progresso da situação econômica do lugar.

É patente entre os estudiosos deste fenômeno a constatação de que os benefícios gerados pela criação de moedas paralelas não são facilmente mensurados quantitativamente, através de simples medições de consumo, emprego e produto, pois englobam inúmeras outras melhorias qualitativas como construção de um senso de

comunidade, aumento da ‘empregabilidade’, através da interação social e da aquisição de habilidades práticas, e crescimento da auto-confiança individual e coletiva. Como estão à margem da economia e se tratam de fenômenos micro-espaciais, os SML não são considerados relevantes em termos de valor movimentado.

Inúmeros estudos de caso realizados na Inglaterra mostram como a criação de uma moeda local é capaz de promover o capital econômico (renda e riqueza), o humano (obtenção de habilidades) e o social (relacionamentos e cooperação) das comunidades mais carentes (WILLIAMS *et al*, 2001; PURDUE *et al*, 1997; CALDWELL, 2000; PACIONE, 1997). LEYSHON (2003) levanta que o valor criado por tais SML deve ser melhor medido em termos de capital social do que de capital financeiro. Assim, no próximo tópico, dar-se-á ênfase a conceitos como confiança e capital social, que são úteis para nortear o entendimento que se pretende erigir aqui, qual seja, o que são os SML e quais as suas potencialidades.

3.2.2 Capital social, confiança e desenvolvimento

Como já foi suscitado anteriormente, a moeda aqui é vista como um produto da geografia e uma construção social em que a confiança é precípua. Neste sentido, torna-se preciso delinear algumas observações teóricas a respeito. Como enfatizam SCHULLER *et al* (2000), o maior mérito da literatura acerca de noções como capital social é seu valor heurístico, e não sua utilização para estudos empíricos que buscam causalidade entre variáveis sócio-econômicas. Para eles, esta noção de capital social tem o potencial de captar o espírito de uma era de incerteza. Afora isto, os autores criticam o uso indiscriminado de conceitos “não tangíveis” de capital, tais como capital humano, social e cultural, lembrando que desde, Pierre Bourdieu, o precursor do conceito de capital social em 1968, técnicas estatísticas têm avançado muito mas continua sendo patente a dificuldade e a impraticabilidade de operacionalização destas noções. Segundo SZRETER (2000), o conceito de capital social é abstrato e multidimensional. Aqui, não é intenção mensurar tais “capitais” em SML’s, tão somente pretende-se mencionar a multiplicidade de aspectos, para além da economia, que se relacionam com este estudo. É com esta concepção subentendida que se analisa as idéias a seguir.

Para GRANOVETTER (1985), as relações sociais são processos, continuamente construídos e reconstruídos, onde os homens são ao mesmo tempo sujeito e objeto das ações. É nesse contexto que se insere a noção de imersão social (no original, *embeddedness*). Argumenta o autor que a imersão, isto é, o processo contínuo e antagônico das relações pessoais, é o que define padrões sociais de comportamento, não havendo portanto regras universais para a construção social²⁵. Tal idéia está presente também em PUTNAM (2003), como se verá adiante, quando ele defende que não se pode impor trajetórias de desenvolvimento pré-definidas para sociedades distintas. Neste sentido, a confiança, tão cara ao funcionamento das relações do sistema econômico, não é invariavelmente um fim alcançado, já que é facilmente transgredida.

De acordo com SCHULLER *et al* (*op.cit.*), termos como confiança, comunidade e compartilhamento, implícitos no conceito de capital social, desafiam análises econômicas que pressupõem que o comportamento humano é baseado unicamente em decisões individuais voltadas para a maximização do próprio interesse. Isto está em conformidade com a linha de pensamento seguida aqui.

Capital social é definido em PUTNAM (2003)²⁶ como um conjunto de regras, organizações e normas que aumentam a confiança e possibilitam uma cooperação coletiva de modo voluntário, sem coerção *à la* Hobbes. Um exemplo citado pelo autor são as associações de crédito rotativo, difundida pelos quatro continentes. O capital social são relações sociais acumuladas, que se retroalimentam e que portanto podem gerar círculos tanto virtuosos quanto viciosos. Como afirma o autor, “*a confiança é um componente básico do capital social*” (*op.cit.*, p.180), e também é parte de um processo cumulativo, levando à cooperação, que por sua vez fomenta a confiança, e assim sucessivamente.

²⁵ GRANOVETTER (1985) chama a atenção para a necessidade premente de se desenvolver estudos sobre a imersão social, não apenas no âmbito econômico, que foi seu principal enfoque. Ele indica que parece haver uma aversão mútua entre os campos da sociologia e da economia que, mais do que descabida, é prejudicial ao entendimento do comportamento humano.

²⁶ Foi Putnam quem, segundo SCHULLER *et al* (2000) popularizou o conceito em diversos campos, sendo também o responsável pela incorporação do termo ao discurso político. SZRETER (2000) o critica pela forma como “mediu” capital social na Itália, atestando e comparando a participação cívica em diversas regiões a partir de dados sobre comparecimento em eleições e quantidade de membros de clubes e associações de diversos tipos.

A confiança social, segundo ele, pode ser edificada de duas formas: através de regras de reciprocidade e dos sistemas de participação cívica. As regras podem ser de “reciprocidade balanceada”, em que ocorrem trocas equilibradas em termos de valor, ou de “reciprocidade generalizada”, em que as trocas ocorrem sem igualdade no tempo, tendo como pressuposto que um ato hoje é retribuído no futuro. “*A boa regra de reciprocidade generalizada em geral está associada a um amplo sistema de intercâmbio social.*” (PUTNAM, 2003, p. 182). Os LETS são um bom exemplo da prática de regras de reciprocidade generalizada, como ficará claro mais adiante. Já os sistemas de participação cívica se referem a relações horizontais que se sustentam em confiança e cooperação, o que também é típico em SML bem sucedidos. PUTNAM (*op.cit.*) defende que quanto mais horizontal for a estrutura organizacional da sociedade, maior será a colaboração e conseqüentemente o desenvolvimento.

Como se trata de processos cumulativos, haveria uma tendência ao alcance de um dos dois equilíbrios opostos: a comunidade cívica de um lado, com seus altos padrões de cooperação e tudo o mais que deriva deste benefício, e a comunidade não-cívica de outro, onde a não-cooperação é predominante e gera, preponderantemente, uma solução hobbesiana. Existe uma tendência ao auto-reforço das instituições, tanto as boas quanto as ruins. Paralelamente a preocupações de mudanças mais profundas no âmbito nacional, como reformas institucionais cujos frutos se alcançam a longo prazo, devem existir também esforços no sentido de melhorar a vivência no local. Observa-se em PUTNAM (*op.cit.*) o foco na importância do local como principal origem da transformação, da evolução, do desenvolvimento.

SZRETER (2000) acrescenta que não basta considerar a existência de relações de proximidade em comunidades para testificar o capital social. Para ele, há que se levar em conta não só a forma de relacionamento internamente aos grupos ou comunidades, onde deve prevalecer a igualdade, mas também o modo como interagem com o seu entorno, ou seja, seu exterior. Quando existem comportamentos excludentes, que impedem a comunicação com quem está de fora ou quando se estabelece uma superioridade com relação ao que é externo, nestes casos SZRETER (*op.cit.*) evidencia que não é possível haver capital social.

Para que a moeda exista, imprescindível é que os agentes tenham confiança em sua existência. O valor monetário só se sustenta por meio da confiança. Quanto mais global for a moeda, maior a necessidade de poder estatal e leis regulatórias para garantir esta confiabilidade. Por outro lado, as moedas locais precisam existir em meio a uma aceitação social, o que se viabiliza desde a própria escolha do nome da moeda até a formação de uma identidade da comunidade com o local em que vive (LEE, 1996). LAASCHER (1999) afirma que, nos SML, obter a moeda é mais do que ganhar acesso ao pagamento e à aquisição de bens, é engendrar também um contrato de confiança, que na maioria das vezes é informal. A seguir, lidaremos com as especificidades dos modelos de SML existentes pelo mundo.

3.2.3 Experiências internacionais e nacionais: breve resumo

Tratar-se-á neste item da diferenciação entre fenômenos associados à criação de moeda local. Fundamentalmente, serão esboçadas e distinguidas as características dos LETS (*Local Exchange and Trading Systems*), em que se baseia a majoritária parte da literatura que trata do tema, dos SEL's (*Systèmes d'Échange Local*), dos *Time Dollars* (relacionados aos Bancos de Horas), dos Clubes de Trocas, das Moedas Sociais e de outros casos mais particulares e pontuais.

A primeira experiência de LETS conhecida se deu no ano de 1983, no Canadá, em uma vila próxima a Vancouver onde teve início uma crise econômica devido à transferência de uma base aérea para outra região (BÚRIGO, 2001). No início deste século, LIEATER (2001) estimou que existiam por volta de 2.500 LETS espalhados pelo mundo. Estes sistemas existem sobretudo na Inglaterra e no Canadá mas também ocorrem em diversos outros países, em sua maioria desenvolvidos, tais como Austrália, Escócia, Japão, Estados Unidos, Alemanha e Nova Zelândia. Cabe ressaltar que em cada país notam-se especificidades no funcionamento dos LETS, que decorrem obviamente das particularidades sociais, econômicas e culturais. A descrição que se segue é prevalentemente baseada nos LETS ingleses, posto que, como já dito, sobre eles incide a maioria da literatura existente²⁷.

²⁷ Para uma descrição dos casos australianos, conferir WILLIAMS (1997); sobre as experiências na Alemanha, denominadas Tauschring e que mesclam o tipo ideal dos LETS com o dos *Time Dollars*, ver SCHROEDER (2002); e para conhecer os LETS japoneses, cujo principal enfoque é fortalecer a amizade entre as pessoas, ler HIROTA (2003).

O sistema funciona da seguinte forma: pessoas moradoras de um mesmo bairro, cidade ou região se associam para criar uma rede de troca de serviços e bens onde será utilizada uma moeda própria. Cada um informa qual é o serviço ou o bem que oferece: alimentos caseiros, aulas de culinária, assessoria em informática, jardinagem, consultas médicas, aluguéis, serviços de advocacia, entre outros inúmeros itens e atividades. Todos possuem uma conta com seu saldo em moeda local, para que a pessoa que recebeu um serviço ou comprou um bem obtenha o débito no valor equivalente enquanto a que ofertou receba o crédito neste mesmo valor. A maneira de gestão das contas varia entre as experiências. Existem aqueles que definem que cada conta aberta deve começar com saldo nulo, outros onde cada conta se inicia em débito (fato que busca incentivar a oferta, pois só realizando um serviço a pessoa cobrirá seu déficit) e ainda há LETS que determinam que cada conta aberta deve conter um determinado crédito (com o propósito de estimular a demanda) (LAASCHER, 1999). Como a todo crédito deve corresponder um débito, no caso dos saldos iniciais nulos não existe *a posteriori* criação real de moeda, já que o saldo final do sistema como um todo será zero.

Nos LETS, existe uma administração central que contabiliza as transações, funcionando na prática como uma espécie de banco informal e fazendo aumentar a confiança no sistema (LIEATER, 2001). Ademais, a moeda local funciona como um elemento de articulação entre a demanda e a oferta, uma vez que existe um esforço por parte dos membros em divulgar regularmente os bens e serviços disponíveis na economia local. *“In economics terms, a LETS performs three main functions, namely the provision of transaction management, credit, and ‘market-matching’ of supply and demand. Jointly, these allow LETS currency units to function as medium of exchange”*²⁸ (SCHRAVEN, 2001b, pp.37-38). A moeda criada pode ter existência física ou meramente virtual através de simples registros das transações efetuadas no local (caso majoritário nos SEL’s franceses, sendo esta, aliás, a única diferença relevante com relação aos LETS). Estes circuitos envolvem indivíduos, empresas, comerciantes e, em alguns casos, governos e organizações não-governamentais (LINTON & SOUTAR, 1994).

²⁸ “Em termos econômicos, um LETS desempenha três funções principais, a saber, provisão de gerenciamento das transações, crédito e equiparação via mercado entre oferta e demanda. Juntas, estas funções permitem às unidades monetárias dos LETS funcionar como meios de troca”. (Tradução nossa).

Além disso, as trocas não são limitadas por falta de dinheiro, ou seja, sempre há liquidez, pois a oferta não é determinada por um banco central, mas sim de forma descentralizada através dos requerimentos de trocas, isto é, pelos débitos adquiridos nas contas pelos participantes ao comprarem algo dentro do sistema. Neste caso, a oferta de moeda dentro de um LETS é equivalente à soma de todos os débitos existentes. (LEE, 1999; BOWRING, 1998; BÚRIGO, 2001). Como esclarece PACIONE (1999), enquanto as moedas convencionais são caracterizadas pela escassez, o que as torna um instrumento de dominação e coerção e mantém o seu valor, as moedas criadas nos LETS são apoiadas na suficiência, uma vez que basta realizar uma transação para que elas automaticamente sejam criadas²⁹. O valor destas é mantido de maneira distinta, não pela escassez mas por relações de confiança derivadas de seu caráter local.

Uma outra característica cara aos LETS é a forma pública como é divulgado o balanço de créditos e débitos efetuados, com a finalidade de construir confiança entre seus membros e evitar os chamados “*free-riders*”, ou “*caronas*”, cuja intenção seria apenas usufruir os bens e serviços disponíveis no sistema, sem oferecer nada em troca (PURDUE et al, 1997; PACIONE, 1997). Em termos microeconômicos neoclássicos, o agente teria incentivos para se recusar a pagar seus débitos (o que significa não ofertar nada) pois enquanto o seu benefício diante de tal atitude é totalmente individual, o prejuízo é repartido coletivamente, sendo diluído. Este é um exemplo do dilema conhecido como “tragédia dos bens comuns”, que tende a aumentar quanto maior for o número de membros. SCHRAVEN (2001b), contudo, enfatiza que existem aspectos institucionais nos LETS que garantem sua sustentabilidade. Afora a prática da publicidade, uma outra medida comum para impedir que os participantes adquiram dívidas indefinidamente sem a intenção de proporcionar a contrapartida do intercâmbio, o que levaria à falência do sistema, é limitar a capacidade de débito a um valor estipulado.

²⁹ Preferimos aqui o uso do termo “suficiência” ao invés de “abundância”, este muito usado entre alguns entusiastas dos LETS. Concordamos com JACKSON (1997) que a ideologia da abundância não corresponde à realidade e, mais do que isso, é problemática, pois se há excesso de moeda, ocorre tendência à sua desvalorização, o que levaria o sistema ao fracasso. Abundância de moeda não é sinônimo de disponibilidade de energia para trabalho ou de oferta de bens/serviços/habilidades. Portanto, acreditamos que a suficiência de moeda é quando ela existe na exata medida em que o sistema consegue fazer encontrarem desejos e necessidades, o que então não dá origem à perda de valor da moeda criada, fazendo funcionar bem um LETS.

De toda forma, acredita-se que, pelo fato de se tratar de uma construção social local, os LETS encerram uma dimensão coesa e tácita de comprometimento que advém da chamada “cooperação quase voluntária”, isto é, mesmo sem um compromisso explícito e formal, os agentes não trapaceiam, pois caso fizessem se submeteriam a um constrangimento social e a uma punição moral (SCHRAVEN, 2001a). Como afirma PUTNAM, “tanto a informação precisa quanto a executoriedade são fundamentais para uma efetiva cooperação.” (2003, p. 174).

Entretanto, deve ficar claro que os participantes são encorajados a estar em débito, já que isto é visto como uma maneira de alimentar as transações e a economia. JACKSON (1997) explica que os LETS são sistemas de troca e não de acumulação, desta forma os saldos positivos, se constantes, são um indicador de potencial não aproveitado. Como justifica PACIONE (1997), o balanço de crédito ou débito de um indivíduo num LETS não afeta sua habilidade para realizar intercâmbios comerciais, distintamente do que acontece em bancos convencionais.

Através destas trocas com moeda própria, em que não há necessidade de estoque de moeda inicial, o desenvolvimento acaba sendo desvinculado da capacidade dos indivíduos de ter acesso ao sistema financeiro, isto é, dribla-se a necessidade de que a poupança anteceda o consumo. Conforme Schraven (2000), estudar os LETS é teoricamente atrativo para os economistas, pois eles têm potencial para ser uma forma barata e flexível de prover crédito, funcionando como verdadeiros bancos alternativos.

Segundo LINTON & SOUTAR (1994), os LETS não podem ser considerados meramente uma moderna forma de escambo, uma vez que não é imposta a necessidade de se cambiar automaticamente um produto ou serviço por outro. Os participantes possuem uma conta onde se contabilizam seus débitos e créditos, não precisando impreterivelmente oferecer algo em troca quando é realizada uma compra. É neste sentido que se percebe a existência de regras de reciprocidade generalizada das quais fala PUTNAM (2003).

Analisando o potencial econômico, CALDWELL (2000) defende que os sistemas de trocas locais não podem ser encarados como fonte primordial de combate direto ao

desemprego. De modo inverso, mostra-se que comumente eles contribuem para uma visão mais pluralista do trabalho, valorizando o emprego informal e possibilitando o engajamento em atividades produtivas fora do circuito formal de trabalho³⁰. A grande contribuição seria, tal como levanta SCHRAVEN (2001), transformar tempo disponível e poder (habilidade) para trabalho em poder de compra, sem que para tanto seja necessário possuir capital (imprescindível ao trabalho por conta própria) ou estar empregado em alguma firma.

Enfim, sucintamente, são cinco as características que definem o tipo ideal de um LETS, qual argumentado por LINTON & SOUTAR (1994): i) ausência de juros; ii) correspondência direta da moeda própria com a moeda nacional; iii) divulgação constante de informações; iv) prevalência do consenso em todas as resoluções; e v) inexistência de proprietário, isto é, o sistema é mantido por todos através de uma taxa de serviço sem objetivo de lucros. Tal horizontalidade pode ser indicada como mais um fator favorável ao florescimento do capital social.

Uma outra experiência de moeda local, distinta dos LETS, são os *Time Dollars* (TD), circulantes através dos chamados Bancos de Horas. Esta moeda opera com o princípio de equivalência com a hora do serviço, não importando o seu tipo ou sua complexidade. Este modelo de SML surgiu nos Estados Unidos em 1980 com a intenção de fomentar a solidariedade entre pessoas viventes em um mesmo bairro. As trocas se concentram basicamente em serviços como o de babá, assistência a idosos, aulas particulares e pequenos reparos domésticos. Edgar CAHN (2001), fundador do sistema, afirma que a idéia surgiu como uma tentativa de amenizar os cortes crescentes de gastos governamentais com o bem-estar social. Atualmente encontram-se os bancos de horas em vários países, dentre eles: Canadá, Israel, Coréia do Sul, Itália, República Dominicana e Espanha³¹.

³⁰ Seria, segundo este autor, uma visão “pós-produtivista” do emprego, em que as interações comunitárias são valorizadas (CALDWELL, 2000). WILLIAMS *et al* (2001) sugerem que uma verdadeira obsessão pelo pleno emprego é o que impede que novas formas de se combater a pobreza sejam pensadas. Se por um lado concordamos com a necessidade de valorização do emprego informal, acreditamos que esta é uma discussão controversa pois a falta de direitos dos trabalhadores informais é algo latente e preocupante.

³¹ Para conhecer mais a respeito desta metodologia e ter acesso às informações sobre os bancos de hora espalhados pelo mundo, visitar a página: www.timebanks.org

Para CAHN (*op.cit.*), enquanto os LETS espelham a forma de apreçamento existente no mercado capitalista, os TD permitem uma reconstrução de relações econômicas em bases mais igualitárias. SEYFANG (2002) define os bancos de horas como agências de voluntariado com relações recíprocas. Já LAASCHER (1999) os explica como uma “utopia localmente realizada”. CATO (2006) salienta que a valorização baseada no tempo de trabalho propicia a (re)construção de auto-confiança daquelas pessoas que se vêm desvalorizadas na economia capitalista. É por ter esta finalidade social mais explícita que o autor acredita que tem havido forte apoio governamental aos bancos de hora, através de financiamentos e mesmo isenção de impostos, enquanto que a relação com os LETS nem sempre é tão amistosa, o que será descrito mais adiante, quando das considerações finais deste trabalho.

Existem inúmeros outros tipos de SML existentes em diversas partes do mundo, cada um com sua particularidade, que ilustram a multiplicidade de formas e objetivos que pode tomar o uso de uma moeda própria. LIEATER (2001) cita vários deles. Nos Estados Unidos, na cidade de Ithaca, próxima a Nova York, existe um sistema como moeda própria, chamada de *Ithaca Hours*, que é equivalente a US\$ 10,00 (dez dólares) e representa uma hora de trabalho de acordo com o salário mínimo local. O esquema funciona através da publicação bimestral de um jornal em que são publicadas as ofertas de produtos e serviços. Nesta lista, cada ofertante estabelece livremente uma proporção em que deseja receber o pagamento: uma parte em dólares e outra em *Ithaca Hours*. Outro exemplo são os sistemas de seguro de saúde que utilizam moeda paralela, existentes em alguns municípios no Japão. Nestes casos, todo voluntário que presta algum tipo de assistência a idosos ou portadores de necessidades especiais recebe um crédito de horas que pode ser utilizado como desconto no pagamento a seguros de saúde. Estas são, em sua maioria, iniciativas de empresas privadas.

Ao ponderar as conclusões dos estudos revisados para este trabalho, fica evidente que não há consenso sobre as motivações que levam à criação de sistemas com moeda própria. Alguns autores observaram que muitos dos SML constituídos em países desenvolvidos são originados de concepções ideológicas, de fundo ecológico, socialista ou mesmo religioso, e muitas vezes seus membros têm como perfil um bom nível de instrução e forte vínculo político-partidário (PURDUE *et al.*, 1997; LEE, 1996). Um

estudo realizado acerca dos SEL's na França por Smaïn LAACHER (1999) encontrou que seus participantes são, em maioria, de classe média, sobretudo profissionais liberais que buscam uma forma de incrementar seus rendimentos ou de simplesmente mudar hábitos de vida. Ele acredita que os pobres e excluídos são minoria pois a participação nestes sistemas requer coesão social e capacidade de trocar serviços, ou seja, há que se ter alguma habilidade ou especialização. WILLIAMS *et al* (2001) atestaram que 50 % dos participantes na Inglaterra indicavam razões econômicas para a adesão e 25 % citaram razões ideológicas, tendo o restante apontado outros diversos motivos. Já NORTH (1998) observa que neste mesmo país há uma grande diversidade de interesses dos membros que aderem aos LETS, tendo encontrado no caso do LETS de Manchester forte presença dos chamados “*green members*”, que possuem acima de tudo objetivos ecológicos.

Grosso modo, pode-se concluir que não é invariavelmente a finalidade econômica que permeia a criação destas comunidades, mas muitas vezes a crença na necessidade de se construir relações sociais amparadas em paradigmas distintos de valores como consumismo e individualismo. Este fato pode sinalizar que não existe forte relação entre exclusão econômica e financeira e a construção de moedas próprias nestes casos. É patente, contudo, a diferença entre estas experiências em países desenvolvidos e as que se conhece nos países subdesenvolvidos. É fácil perceber que, neste último caso, o fenômeno está sempre diretamente associado à existência de depressão e/ou estagnação econômicas. PRIMAVERA (2003) julga que se trata de um fenômeno em que os excluídos do mercado formal “privatizam o dinheiro” e o transformam em “moeda social”.

Em meados dos anos 90, em meio à forte crise econômica, foi preconizado um fenômeno na Argentina que se espalhou por todo o país: a formação dos Clubes de Troca (CT). No início, eram basicamente trocas típicas de escambo, surgidas exatamente quando o colapso financeiro originou uma forte redução do dinheiro disponível, inclusive havendo congelamento das contas bancárias. Gradualmente, moedas foram sendo criadas (CATO, 2006). SINGER (1999) recorda que estes clubes têm origem no desemprego e que seus membros possuem potencial de produção, inutilizado por falta de demanda, e necessidades não satisfeitas, pela falta de dinheiro. Nos CT's, as pessoas se organizam para realizar feiras onde oferecem o que produzem, como artesanato, alimentos, vestuário, bebidas, ou mesmo o que não produzem mas

querem trocar, como eletrodomésticos, utensílios ou vestimentas usados. Cada integrante recebe igualmente um valor estipulado em moeda própria, que usam para comprar na feira. Sendo assim, diferentemente dos LETS, nos CT's as trocas têm hora e local definidos. Vale realçar que aí ocorre criação de moeda pois cada integrante ganha uma determinada quantidade dela ao ingressar na feira, antes de efetuar qualquer troca e sem necessidade de contrapartidas.

De acordo com NUNES (2001), no final de dezembro de 2000 os CT foram declarados pelo governo argentino de interesse nacional. São considerados o maior e mais rápido caso de surgimento de moedas complementares, atingindo 7% da população total do país e com uma ciclo de vida que durou cerca de apenas 8 anos (SILVA, 2005). PRIMAVERA (2003) destaca que em 2001 havia mais de cinco mil redes e clubes de trocas ativos no país, e foi esta explosão de maneira precipitada, encetada com a ajuda da mídia entusiástica, que causou a derrocada de muitos dos clubes, devido a problemas como falsificação de notas e falta de controle sobre a emissão. Isto conduz à reflexão sobre a necessidade de manter no local estes fenômenos e não usá-los como fontes de reprodução de políticas públicas no espaço indiscriminadamente. Mais à frente estes pontos voltarão a ser destacados.

No México, o Tianguis Tlaloc, criado no estado de Oaxaca em 1996, é um SML que mistura características dos LETS e dos bancos de horas. Existe, como nos primeiros, uma administração central que contabiliza os débitos e créditos de cada membro, e como nos últimos, a moeda tem valor que corresponde à hora trabalhada. Como abalizam LOPEZLLERA-MENDEZ E DEMEULENAERE (2000), a existência de uma moeda em meio físico, com papel resistente e itens de segurança que dificultam a falsificação, faz com que, diferentemente dos LETS e dos *Time Dollars*, as trocas estejam abertas para qualquer pessoa, não estando limitada aos associados ao grupo. Qualquer pessoa que aceite a moeda entra no circuito e sai dele quando bem entende, exatamente como ocorre no caso brasileiro que será estudado logo a seguir. Segundo estes autores, este diferencial com relação aos LETS originais é fruto do aparecimento mais tardio destes sistemas nos países não desenvolvidos, o que permitiu o aperfeiçoamento e correção de problemas. Ademais, diante do contexto distinto, em termos culturais, políticos e econômicos, adaptações são imperativas.

Já no Brasil, um levantamento preliminar foi suficiente para, mais uma vez, detectar a origem distinta, em relação ao que acontece nos países desenvolvidos, de seus SML, cuja ocorrência é ainda mais recente, essencialmente a partir do ano de 2000³². Eles existem em locais economicamente periféricos e seu fim é, primordialmente, reagir à exclusão social e econômica. Tem-se notícias de casos em bairros pobres em cidades como Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Vitória e Sergipe, e eles estão em sua maioria associados a iniciativas de economia solidária, daí a preferência em se realçar a denominação social da moeda. Tal como mostrado no primeiro capítulo, um estudo recente sobre os empreendimentos econômicos solidários, feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE, apontou que cerca de 50% deles enfrentam dificuldades de acesso ao crédito (SENAES, 2006). Acredita-se assim ser possível associar a exclusão financeira à emergência das moedas próprias e conseqüentemente ao surgimento de um caminho para o desenvolvimento local.

Em alguns casos brasileiros, os SML se assemelham aos CT's argentinos. Realizam-se feiras, onde o que cada um leva para oferecer é avaliado em conjunto e o valor correspondente é atribuído em moeda própria. Assim, entra-se para a feira com um produto para ser vendido e com moedas para comprar. É neste esquema que funcionam, por exemplo, a comunidade de Rubem Berta, em Porto Alegre (cuja moeda, o Rubi, foi avaliada em um trabalho acadêmico por SILVA (2005)), o Clube de Trocas Novo Alvorecer, em Curitiba-PR, o Grupo do Jardim Rubilene, em São Paulo-SP e o Grupo de Economia Popular e Solidária (GEPS) em Vitória da Conquista-BA (PACS, 2005). O outro tipo de SML bastante marcante no Brasil, e que é o foco do nosso estudo de caso, é concernente aos Bancos Comunitários. Este projeto envolve diversas atividades, dentre elas microcrédito, crédito produtivo e capacitação profissional. Uma delas, a que mais interessa a este estudo, é a criação da “Moeda Social” ou “Circulante Local”. Atualmente, estes bancos existem já em atuação em seis lugares: Fortaleza-CE, Santana do Acarau-CE, Paracuru-CE, Palmácia-CE, Simões Filho-BA, Vitória-ES e Vila Velha-ES (RBC, 2006). Estes últimos dois casos foram objeto de atenção mais minuciosa e serão tratados com desvelo no capítulo que se segue.

³² Este levantamento foi realizado primordialmente por meio de pesquisas na internet, já que, com exceção de um caderno feito pelo PACS (2005) que compila as experiências conhecidas, muito pouco se encontra publicado. Foram encontrados dois trabalhos acadêmicos sobre SML no Brasil: SILVA (2005), sobre o caso de Rubem Berta em Porto Alegre – RS, e SILVA JR (2004), sobre o caso do Banco Palmas em Fortaleza – CE, mas ambos no âmbito da Administração e nenhum com enfoque na Economia.

4 – Elucidando a questão: estudo de caso

*“Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com
país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias...”*

João Guimarães Rosa

Para este trabalho, realizamos, em agosto de 2006, uma visita aos dois únicos Bancos Comunitários existentes na região Sudeste, ambos no estado do Espírito Santo: o Banco Bem, em Vitória, e o Banco Terra, em Vila Velha. Dentre estes, optou-se por aprofundar a investigação do primeiro, onde foram coletadas informações e feitas entrevistas com os usuários da moeda local. A seção que segue traz uma descrição do que são os bancos comunitários em sua generalidade, na segunda será esboçado um panorama das localidades envolvidas neste estudo, nas seções 4.3 e 4.4, respectivamente, o Banco Terra e o Banco Bem são apresentados e a seção 4.5 encerra este capítulo mostrando o quadro desenhado a partir da visita e das entrevistas.

4.1 O objeto

O caso mais conhecido e pioneiro no Brasil na utilização do denominado circulante local é o do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza-CE, um bairro de 30.000 habitantes com renda média familiar de um salário mínimo (MELO NETO e MAGALHÃES, 2005). A associação de moradores do conjunto desde 1998 constrói uma série de projetos, todos como o fim de desenvolver a economia e a vida social e cultural da comunidade. Um destes projetos é o Banco Palmas, que oferece microcrédito³³ e trabalha com uma moeda chamada Palmas, esta inaugurada em 2002. A partir de então, o método usado neste programa começou a ser replicado em outros lugares, o que levou à idealização da metodologia dos Bancos Comunitários, que possuem como definidoras as características seguintes, sistematizadas pelos próprios criadores:

- 1) São criados a partir da iniciativa da própria comunidade;
- 2) Realizam empréstimos tanto em Reais quanto em moeda social;
- 3) Atuam em locais marcados por pobreza e desigualdade social;

³³ De acordo com BARONE *et al* (2002), “Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais.” (p. 11).

4) Têm sua sustentabilidade financeira garantida por financiamentos, subsídios e/ou doações, sejam elas do setor público ou do privado³⁴ (RBC, 2006).

A moeda, que como já dito é chamada por estes bancos de Moeda Social ou Circulante Local, apresenta por sua vez algumas particularidades. Seu conceito básico se constrói a partir dos seguintes aspectos:

- 1) Possui lastro em Reais, que ficam depositados em alguma instituição financeira formal, só sendo retirados quando se precisa trocar a moeda social por Reais³⁵;
- 2) É produzida com componentes de segurança;
- 3) A circulação é livre no comércio local;
- 4) A conversão de Reais em moeda social é feita sem restrições e a conversão no sentido contrário pode ser feita desde que observadas algumas imposições, definidas por cada banco separadamente.

Os Bancos Comunitários trabalham com várias linhas de microcrédito: produtivo, para o consumo e para reforma de habitação. Suas taxas de juros encontram-se sempre abaixo das cotações do mercado, sendo que os empréstimos feitos com a moeda paralela são isentos de juros; cobra-se apenas uma módica taxa com o objetivo de cobrir despesas com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A principal exigência para concessão de empréstimos é que a pessoa seja moradora do local. A avaliação dos pedidos de crédito é feita de forma alternativa, através de visitas e consulta à rede de vizinhos do demandante e análise técnica da proposta, não havendo averiguações nos sistemas convencionais como SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e Serasa (Centralização de Serviços Bancários S.A.), o que difere os bancos comunitários dos outros tipos de agências de microcrédito. Percebe-se que o caráter local destes bancos faz com que diminua a exclusão financeira das comunidades onde estão inseridos, uma vez que a proximidade aumenta a confiança e diminui a ocorrência de inadimplência. Este ponto voltará a ser frisado quando da apresentação do estudo de caso.

³⁴ Esta limitação à auto sustentação se deve, em grande medida, às limitações impostas por lei a estes bancos, que são informais e não reconhecidos pelo sistema financeiro nacional. Eles, por exemplo, são proibidos de captar poupança.

³⁵ Aí está, portanto, uma marcante diferença com relação aos LETS, já que estes operam com a criação efetiva de moeda.

A idéia de criar uma moeda com validade restrita ao local tem como finalidade principal o fortalecimento da economia do lugar, já que é imposto um compromisso de que o consumo ocorra ali, o que, em termos keynesianos, gera um aumento do multiplicador interno. Garantir que seja possível trocar a moeda social pela moeda nacional é importante para manter a confiança no sistema e não impedir o relacionamento da economia local com o mercado “externo”. Para MELO NETO E MAGALHÃES (2005), a conversibilidade é fundamental pois “*qualquer comunidade, cidade, país precisa se relacionar com outras economias para se desenvolverem*” (p. 21). Para encorajar, opostamente, a conversão do Real para a moeda local e por conseguinte aumentar seu trânsito no território, os bancos fazem uma campanha de conscientização sobre sua importância, e os comércios que aderem ao sistema são incentivados a oferecer descontos quando a moeda local é utilizada, o que induz ainda mais o consumidor a desejar servir-se dela. A contrapartida esperada pelos vendedores com esta estratégia de redução dos preços em moeda paralela é a fidelização de clientes e o decorrente aumento das vendas. Os comerciantes interessados se cadastram para receber a moeda e afixam um aviso de aceite em seu estabelecimento (ver Anexo 4). Ademais, para captar um empréstimo produtivo, os produtores ou prestadores de serviço são requisitados a aceitar o circulante local em seus negócios.

Existem quatro vias de escoamento da moeda social: i) os empréstimos, ii) a oferta de troco em moeda local pelo vendedor, iii) o pagamento de parte do salário nesta moeda conforme comum acordo, e iv) a troca espontânea, realizada no banco comunitário, de reais por estas moedas por parte de qualquer interessado em suas vantagens. Realça-se que, para que todos estes fluxos existam, é imprescindível que a comunidade tenha confiança na moeda social e que haja uma consciência em prol da necessidade de fomentar a economia local. É por este motivo que se enfatiza sempre que experiências deste tipo só são bem sucedidas quando a própria comunidade participa de maneira íntima.

Em seu início, o formato do SML do conjunto Palmeiras, em Fortaleza, era o de um Clube de Troca, em que se realizavam feiras quinzenais onde a moeda se limitava a circular. Com o passar do tempo, as pessoas foram compreendendo a necessidade de ampliar o circuito e cortar a restrição das trocas de bens em moeda paralela apenas em

feiras. Como apontou o depoimento de um participante das feiras, “*eu vou saindo com o espírito elevado e a barriga vazia.*” (PACS, p. 87). De tal sorte que progressivamente se evoluiu para um SML de abrangência mais ampla, fazendo a ligação entre, de um lado, pequenos produtores, comerciantes, prestadores de serviço e, de outro, os consumidores. No conjunto Palmeiras a moeda Palmas já é aceita em diversos lugares, desde postos de gasolina a passagens em transportes coletivos. Hoje é o único caso no país que já inclui a existência de um cartão de crédito próprio do banco.

A necessidade de lastro total em Reais advém de uma exigência do Banco Central. Desta forma, controla-se a proliferação de meios de pagamento paralelos ao oficial e impede-se que exista criação de moeda e a suposta possibilidade de tendências inflacionárias, a qual será questionada no capítulo seguinte. Por outro lado, este artifício reduz também o potencial multiplicador da moeda. Além dos meios já citados para o lastro, como a troca voluntária de reais por moeda social e o pagamento de salários, as principais fontes que permitem a injeção das moedas locais no circuito são a doação de pessoas físicas ou jurídicas e a transferência de recursos por parte de governos municipais, estaduais ou federal.

Outra recomendação do Banco Central é que a aparência das notas se difira claramente do aspecto da moeda oficial. O relacionamento do Bacen com estas instituições financeiras informais, aliás, vem se modificando substancialmente ao longo do tempo. SILVA JR. (2004) relata que em 2003 o Banco Palmas foi acusado de “crime contra a União por emissão indevida de meio circulante”, sendo acionado pelo Ministério Público Federal. No entanto, após a prestação de depoimentos por parte dos participantes do sistema, foi reconhecido o caráter social do projeto e depreendeu-se daí que estas moedas não concorrem com o Real pois equivalem a recebíveis, a exemplo dos vales-transporte, não sendo válidas para pagamento de impostos. Atualmente, funcionários do Banco Central têm se manifestado a favor das moedas locais, como revela o Jornal O Globo em notícia recente (DUARTE, 2006). Em 2005, foi protocolado um pedido ao Bacen para a regulamentação dos sistemas de moeda social existentes no Brasil, ainda sem resposta oficial.

Por fim, é imprescindível dar vulto ao fato de que, apesar de existirem bem definidas algumas características dos bancos comunitários e da moeda social, frutos de um esforço de sistematizar os fenômenos acontecidos pelo país afora, é incontestável que cada experiência é única, posto que nasce da própria comunidade e é um processo de constante construção. Passa-se agora à introdução dos lugares onde se inserem os casos de bancos comunitários alvos da pesquisa em campo.

4.2 Contextualização do local: as cidades, o estado, o país

É importante estabelecer comparações entre o local analisado e o seu entorno, quais sejam: a cidade onde se encontram, o estado e finalmente o país. Desta forma, apresentam-se inicialmente quadros comparativos com alguns indicadores econômicos e sociais para as cidades de Vitória e Vila Velha, o estado de Espírito Santo e o Brasil. A título de comparação, inserimos também informações sobre as demais capitais do sudeste e seus respectivos estados. Alguns mapas acompanham as tabelas com a finalidade de ilustrar as informações³⁶.

Abaixo, a tabela 1 mostra o Produto Interno Bruto (PIB) absoluto e *per capita*, para cidades e estados do Sudeste nos anos de 2000 (ano do último Censo em que se baseiam várias das características descritas nesta seção) e 2003 (que é a data da última divulgação para os estados)³⁷. Fica evidente uma enorme disparidade entre o estado do Espírito Santo com suas duas principais cidades e o resto do Sudeste. O PIB de Vitória é cerca de um terço do PIB de Belo Horizonte, que possui o segundo menor PIB entre as capitais da região, e representa apenas 6 % do PIB de São Paulo, que é o maior da região. Enquanto o PIB do Sudeste representa expressiva parcela do total do Brasil, mais de 55 %, o Espírito Santo contribui com somente 3 % do valor da sua região e menos de 2 % do total brasileiro. Já o PIB de Vila Velha fica aquém da metade do de Vitória.

³⁶ As informações foram retiradas do Ipedata (www.ipedata.gov.br) e os mapas do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Maiores detalhes sobre as metodologias aplicadas no cálculo dos índices são encontrados em www.pnud.org.br.

³⁷ Não foi coletado o PIB de 1991, ano do penúltimo censo também amplamente utilizado neste trabalho, devido à mudança de metodologia no cálculo desta variável a partir de 1999. Até este ano, a elaboração era feita pelo IPEA e depois passou a ser feita pelo IBGE.

Estudo recente do IBGE (2006) mostra que, entre as 27 capitais do país, Vitória se encontra em 11º lugar em valor do PIB de 2004. Contudo, quando se tem em foco o PIB *per capita*, descobre-se que Vitória está em primeiro lugar entre as capitais do Brasil. Ressalte-se, portanto, a disparidade de desempenho entre o Espírito Santo - que mantém o PIB *per capita* na média nacional, abaixo dos valores para os estados de RJ e SP e próximo do valor de Minas - e sua capital, o que sugere a existência de grande concentração no estado. Como se verá adiante, existe uma enorme desigualdade também internamente à cidade de Vitória.

Localidade		PIB		PIB <i>per capita</i>	
		2000	2003	2000	2003
Cidades	Vila Velha	2.274.299,80	2.054.681,63	6,574	5,939
	Vitória	5.934.079,64	5.960.307,84	20,301	20,391
	Belo Horizonte	16.060.535,18	15.845.367,87	7,175	7,079
	Rio de Janeiro	57.753.517,04	49.672.042,83	9,859	8,480
	São Paulo	127.437.119,16	107.902.535,05	12,213	10,341
Estados	Espírito Santo	21.530.247,27	21.292.954,66	6,952	6,875
	Minas Gerais	106.168.725,15	106.204.927,62	5,934	5,936
	Rio de Janeiro	137.876.530,79	139.885.758,42	9,581	9,720
	São Paulo	370.818.992,14	363.566.424,26	10,013	9,818
BRASIL		1.101.254.907,19	1.143.411.299,43	6,486	6,734

Fonte: Ipeadata

A tabela 2 subsequente relata características atinentes à educação: taxa de analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos de idade e entre pessoas de 25 anos ou mais, para os anos de 1991 e 2000. O mapa 1 retrata o percentual de crianças analfabetas com idade entre 7 e 14 anos em 2000. Entre as capitais, a diferença não se mostra tão manifesta, ficando claro que de 1991 para 2000 ocorreu uma tendência à equalização de ambas as taxas entre estas cidades. Quando se trata dos estados, destaque maior deve ser dado à taxa de analfabetismo entre pessoas de 25 anos ou mais em de MG e ES, que mantiveram a distância de quase o dobro da taxa com relação aos outros dois estados, SP e RJ, de 1991 a 2000. Fica patente através da observação do mapa 1 que o que faz Minas se aproximar do Espírito Santo são, em grande medida, os maus resultados apresentados na região norte do estado.

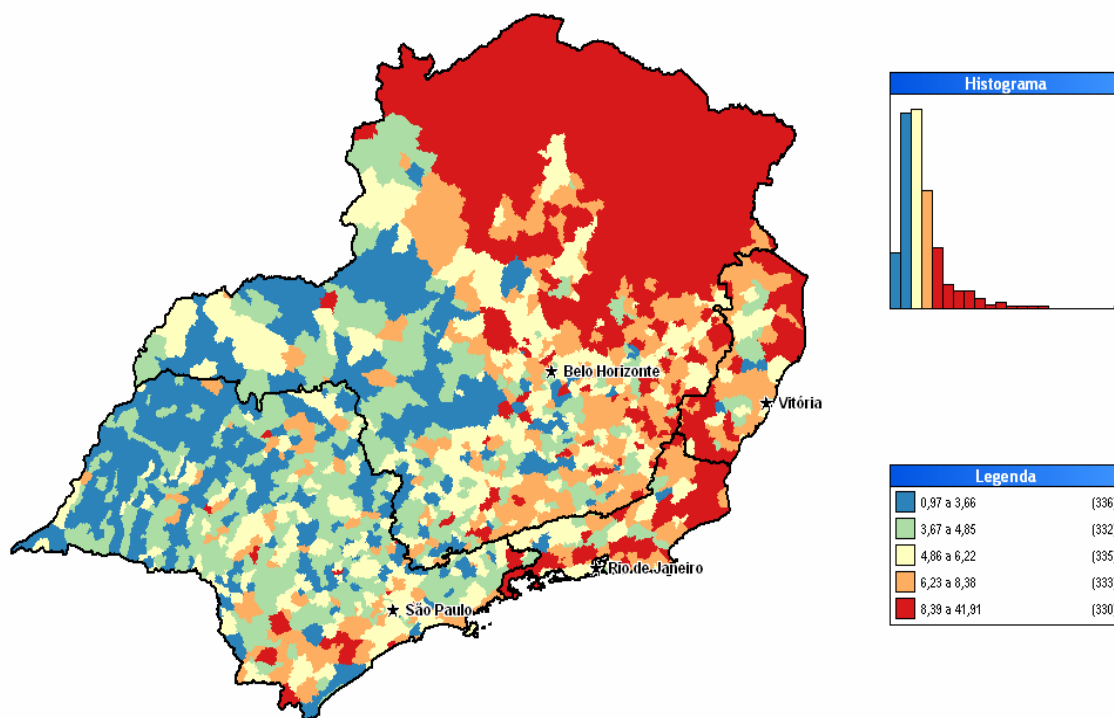
Já o analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos diminuiu substancialmente neste período para os estados, chegando a cair pela metade no ES e no RJ, Minas presenciando a maior queda e São Paulo a menor. De toda forma, o Espírito Santo em 2000 possuía a maior taxa de analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos da região. Todos os estados do Sudeste e todas as cidades em análise mostraram indicadores bem melhores do que a média do Brasil.

Tabela 2 - Características de educação					
Localidade		Analfabetismo (%) - 7 a 14 anos		Analfabetismo (%) - 25 anos e mais	
		1991	2000	1991	2000
Cidades	Vila Velha	9,55	5,53	9,96	6,47
	Vitória	10,32	4,53	8,88	5,23
	Belo Horizonte	10,43	4,53	8,58	5,56
	Rio de Janeiro	8,27	5,89	6,57	4,86
	São Paulo	7,74	5,75	8,61	5,62
Estados	Espírito Santo	14,94	7,21	21,54	14,24
	Minas Gerais	18,63	6,60	21,90	14,79
	Rio de Janeiro	12,72	6,71	10,92	7,57
	São Paulo	8,09	5,16	12,19	7,93
BRASIL		25,07	12,36	22,80	16,04

Fonte: Ipeadata

Mapa 1

Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas, 2000
Municípios da Região Sudeste



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000

A tabela 3 resume dados relacionados à renda e à sua distribuição. O índice de Gini é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita* e também está mostrado no mapa 2, para o ano de 2000, em todos os municípios do Sudeste. Quanto mais próximo de zero o seu valor, menor é a desigualdade e vice-versa. Grosso modo, vemos que a desigualdade aumentou durante os anos 90 para todas as localidades em questão, inclusive no Brasil como um todo. Os índices dos estados do Sudeste encontram-se ligeiramente abaixo do índice nacional. Piora mais expressiva aconteceu nas cidades de Vila Velha, Vitória e São Paulo. Nesta última, a desigualdade pode ser entendida como um reflexo da intensa e acelerada urbanização, que junto trouxe a formação de uma pobreza urbana notável, ao mesmo tempo em que a cidade continua abrigando os negócios mais importantes e ricos do país.

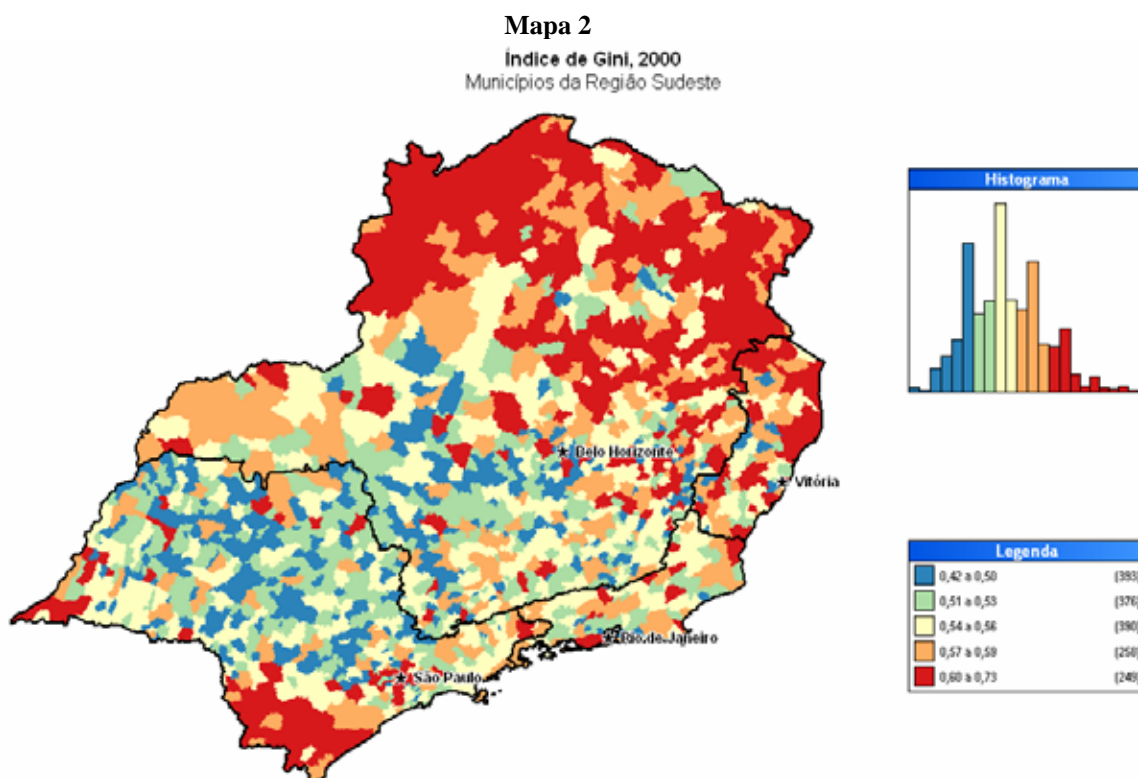
A próxima variável é a razão entre a renda dos 10 % mais ricos e a renda dos 40 % mais pobres. É também uma mensuração de desigualdade, que será maior quanto maior for esta razão. Novamente, corrobora-se que foi nas cidades de Vila Velha, Vitória e São Paulo onde ocorreu uma elevação mais eloqüente da desigualdade. Vitória passou a ser em 2000 a cidade com a maior concentração de renda dentre as analisadas. Tendo em vista que, como já apontado, Vitória é a capital do país com maior PIB *per capita*, fica comprovada a situação preocupante de desigualdade. No âmbito estadual, O Espírito Santo apresenta a razão ligeiramente abaixo de Minas e Rio de Janeiro, e acima do estado de São Paulo. Conclui-se, então, que a elevação da desigualdade no Espírito Santo foi mais marcante nas suas duas maiores cidades, acompanhando seu crescimento econômico.

Por fim, a tabela 3 mostra a renda *per capita* a preços constantes de 2000. O Espírito Santo só tem renda *per capita* maior do que Minas, situando-se ambos os estados abaixo do valor agregado para o país. Contudo, foi no ES e nas suas duas cidades consideradas aqui onde o crescimento da renda *per capita* foi maior de 1991 a 2000: cresceu cerca de 49 % no Espírito Santo, 48 % em Vitória e 44 % em Vila Velha. Acreditamos que isso se justifica pela expansão econômica do Estado que teve seu fortalecimento a partir dos anos 90 principalmente devido às indústrias petrolífera e mineradora e ao crescimento da importância do porto marítimo. Em Minas a renda *per capita* cresceu 43 % entre

1991 e 2000, em Belo Horizonte este aumento foi de 34 %, no estado do Rio cresceu 33 % e, na cidade do Rio de Janeiro, 31 %. O menor crescimento aconteceu em São Paulo, tanto o estado como o capital: 16 % e 14 %, respectivamente. A renda *per capita* do Brasil cresceu no mesmo período em 29 %.

Tabela 3 - Características relacionadas à renda							
Localidade		Índice de Gini		Renda - razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres (%)		Renda per capita - R\$ de 2000	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cidades	Vila Velha	0,52	0,57	14,66	20,11	307,74	443,80
	Vitória	0,58	0,61	22,79	28,26	450,80	667,68
	Belo Horizonte	0,61	0,62	24,83	27,22	414,94	557,44
	Rio de Janeiro	0,61	0,62	24,61	26,85	454,92	596,65
	São Paulo	0,56	0,62	18,47	26,67	536,28	610,04
Estados	Espírito Santo	0,60	0,61	23,01	24,26	194,78	289,59
	Minas Gerais	0,61	0,62	25,16	25,40	193,57	276,56
	Rio de Janeiro	0,61	0,61	24,45	25,60	312,03	413,94
	São Paulo	0,56	0,59	17,44	21,97	382,93	442,67
BRASIL		0,63	0,65	30,43	32,93	230,30	297,23

Fonte: Ipeadata



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000

A tabela 4 retrata aspectos ligados à qualidade de vida da população destes lugares. A primeira variável é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, relativos às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda). O IDH municipal para o ano de 2000 está ilustrado no mapa 3. A dimensão longevidade é mensurada pela expectativa de vida ao nascer, a dimensão educação é aferida pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino e pela taxa de analfabetismo, e a dimensão renda engloba o PIB *per capita* corrigido pelo poder de compra. Consoante descrição feita pelo PNUD,

“O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano.” (PNUD, 2003)

A classificação do PNUD estabelece que as regiões com IDH acima de 0,8 são consideradas de alto desenvolvimento humano. Todas as cidades aqui estudadas se situam nesta categoria em 2000. Quanto aos estados, Minas Gerais e Espírito Santo são os que não se enquadram nas regiões de alto desenvolvimento humano, estando em nível intermediário (entre 0,5 e 0,8). De acordo com relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, Vitória é a cidade com o melhor IDH do Espírito Santo e Vila Velha ocupa o segundo lugar. Não obstante, nacionalmente, Vila Velha ocupa a 263ª posição de melhor IDH entre as 5.507 cidades brasileiras, Belo Horizonte, a 71ª, São Paulo, a 63ª, Rio de Janeiro, a 58ª, e Vitória, a 16ª (PNUD, 2003). Entre as 27 unidades de federação, o Espírito Santo está em 11º lugar, MG em 9º, RJ em 5º e SP em 3º. Deduz-se daí, pois, que Vitória concentra boa parte do desenvolvimento humano do seu estado. No mapa observa-se que só Vila Velha e Vitória possuem IDH acima de 0,79 no Espírito Santo.

A mortalidade entre crianças de até 5 anos por mil nascidos vivos, também exposta na tabela 4, é consideravelmente maior nas cidades de Vila Velha, Vitória e BH em relação às demais. No que concerne aos estados, o Espírito Santo apresenta o número mais elevado. Tanto Minas Gerais quanto Belo Horizonte possuíam o pior indicador em 1991 e presenciaram forte recuperação até 2000, em comparação às demais localidades

examinadas. Mais uma vez, observa-se que as cidades e os estados do Sudeste exibem indicadores melhores do que a média no Brasil.

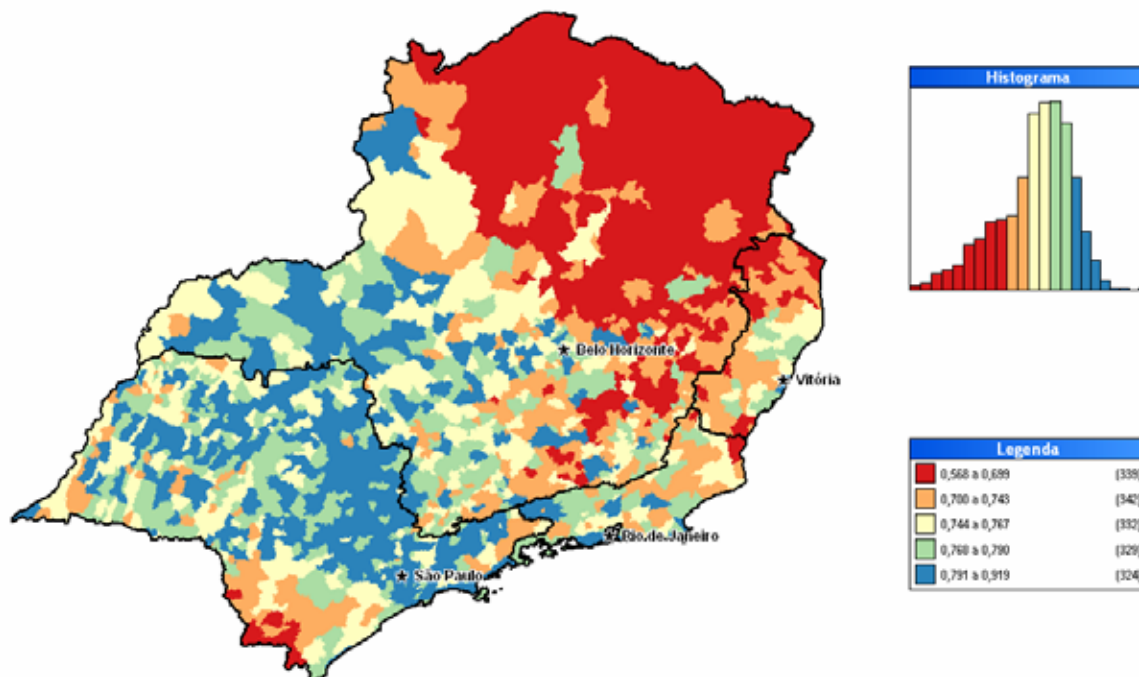
Ao confrontar estas localidades quanto ao problema da violência, Vila velha apresenta o pior indicador: 11% das causas de mortalidade em 2000 eram atribuídas a homicídios, contra 9% em São Paulo, que tem o segundo pior índice. Quando se compara os estados, o Espírito Santo se destaca como o de maior proporção de homicídios como causa de mortes. Apenas Minas Gerais e sua capital obtiveram um índice melhor do que o brasileiro. Assim, merece realce o fato de que enquanto o Sudeste tende a ser privilegiado em termos econômicos e educacionais, a violência na região é também mais forte, o que avaliamos como um reflexo de processos de crescimento urbano rápido e desordenado, aliados ao aumento da desigualdade.

Tabela 4 - Características relacionadas à qualidade de vida							
Localidade		IDH		Mortalidade até 5 anos (por mil nascidos vivos)		Proporção de homicídios como causa de mortalidade	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cidades	Vila Velha	0,76	0,82	40,02	30,40	0,09	0,11
	Vitória	0,80	0,86	36,85	29,02	0,04	0,05
	Belo Horizonte	0,79	0,84	47,58	29,83	0,02	0,04
	Rio de Janeiro	0,80	0,84	32,32	22,21	0,03	0,06
	São Paulo	0,81	0,84	34,15	24,90	0,07	0,09
Estados	Espírito Santo	0,69	0,77	48,75	33,71	0,07	0,08
	Minas Gerais	0,70	0,77	55,49	30,37	0,02	0,03
	Rio de Janeiro	0,75	0,81	34,36	23,07	0,05	0,07
	São Paulo	0,78	0,82	30,86	20,01	0,05	0,07
BRASIL		0,70	0,77	59,48	39,32	0,04	0,05

Fonte: Ipeadata

Mapa 3

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios da Região Sudeste



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2000

Para finalizar a caracterização aqui proposta, apresentamos na tabela 5 dados relativos ao sistema financeiro. Com relação às operações de crédito, que englobam todos os créditos concedidos pelos bancos³⁸, é visível uma forte concentração no estado de São Paulo e na sua capital entre 1991 e 2003. Em todos os outros estados do Sudeste e nas cidades citadas houve redução da participação no total do país neste período. O Espírito Santo, entre os estados, e Vila Velha e Vitória, entre as cidades, são os locais de menor participação.

O número de agências é uma variável que nos dá uma noção de como se organiza espacialmente o sistema bancário. São Paulo é, previsivelmente, a grande concentradora de bancos: 32 % das agências existentes no Brasil estavam neste estado em 2003. Minas e Rio de Janeiro tinham cada qual, neste mesmo ano, aproximadamente 10 % deste total, enquanto o Espírito Santo englobava apenas 1,8 % das agências brasileiras. Se

³⁸ As operações de crédito são definidas pela soma das seguintes contas do ativo do balanço dos bancos: Empréstimos e Títulos Descontados + Financiamentos + Financiamentos rurais à agricultura e à pecuária (para custeio, investimento e comercialização) + Financiamentos agroindustriais + Financiamentos imobiliários.

tomarmos como base a região Sudeste, onde em 2003 havia 9.296 agências, o que representa 55 % das existentes no país, fica novamente claro o papel dessemelhante do Espírito Santo em sua região. Este estado tinha 3 % do total de agências do Sudeste, ao passo que Minas encerrava 20 %, o estado do Rio de Janeiro 18 % e São Paulo nada menos que 59 % das agências da região (BACEN, 2006a). Tal concentração é algo que confirma as reflexões teóricas anteriores sobre exclusão financeira e abrem espaço para a abordagem sobre a alternativa das moedas locais.

Tabela 5 - Operações de Crédito e Número de agências com relação ao total do Brasil (%)

Localidade		1991		2000		2003	
		operações de crédito	número de agências	operações de crédito	número de agências	operações de crédito	número de agências
Cidades	Vila Velha	0,01%	0,11%	0,06%	0,12%	0,04%	0,14%
	Vitória	0,60%	0,35%	0,57%	0,40%	0,43%	0,42%
	Belo Horizonte	4,76%	1,62%	2,70%	1,94%	2,50%	2,16%
	Rio de Janeiro	17,56%	5,38%	10,12%	6,02%	7,83%	6,25%
	São Paulo	29,94%	9,24%	35,94%	11,12%	44,59%	11,64%
Estados	Espírito Santo	0,69%	1,63%	0,90%	1,74%	0,73%	1,80%
	Minas Gerais	5,79%	9,93%	5,07%	10,88%	4,81%	10,86%
	Rio de Janeiro	17,83%	8,37%	11,24%	9,39%	8,66%	9,70%
	São Paulo	38,23%	29,50%	49,60%	32,19%	60,06%	32,52%
BRASIL		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Laboratório de Estudos em Moeda e Território - LEMTe / Sisbacen

Como nota conclusiva, é cabível dizer que, de modo geral, o Espírito Santo é o estado da região Sudeste menos desenvolvido em diversas dimensões. Minas Gerais se aproxima desta posição inferior basicamente devido à sua considerável disparidade interna: norte de grande pobreza e centro-sul e triângulo mineiro se configurando como regiões ricas. Entre as cidades, Vitória se destaca por ser uma cidade rica mas desigual. Como a experiência tem mostrado, os SML nos países subdesenvolvidos surgem sobretudo em lugares desprivilegiados, em todos os aspectos, inclusive financeiramente. Isto foi corroborado nesta análise de estados e cidades e será ainda mais compreendido quando tratarmos, logo adiante, dos bairros onde se encontram os bancos comunitários alvos do nosso estudo.

Adiante, segue a descrição dos dois casos visitados em agosto de 2006, que como já dito são o Banco Terra em Vila Velha – ES, e o Banco Bem na capital Vitória – ES. Durante uma semana, realizaram-se visitas e entrevistas. Por restrições de tempo, o Banco Terra e sua região foram conhecidos em um dia e nos dias restantes permanecemos na região de atuação do Banco Bem para aprofundar a pesquisa.

4.3 O Banco Terra – Vila Velha-ES

O Banco Terra é situado em Vila Velha, cidade de 345.965 habitantes (Censo de 2000) localizada no centro espírito-santense, a 5 Km da capital Vitória (PNUD, 2003). Atua numa região administrativa denominada região 5, onde habitam cerca de 52.000 pessoas, de acordo com o informado por sua coordenação. É uma extensa área geográfica, abrangendo 42 quilômetros quadrados, que compreende 23 bairros, além de 6 áreas rurais³⁹. O banco existe desde novembro de 2005 e a sua moeda, chamada de Terra (T\$), foi lançada em maio de 2006 (no Anexo 4 vê-se cópia do convite para a festa de lançamento). Ele nasceu da iniciativa da ONG Move (Movimento Vida Nova Vila Velha), cujo intuito é gerar o desenvolvimento local através de projetos ligados à promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida na cidade. Além do microcrédito, oferecem cursos de capacitação profissional e promovem feiras de economia solidária. A experiência é um pouco mais recente que a do Banco Bem de Vitória, e o relacionamento entre ambos é bem próximo, de forma que existe uma constante troca de informações e conhecimento entre os dois, propiciando uma ajuda mútua.

A moeda Terra possui 4 itens de segurança que inibem sua falsificação: papel moeda, marca d'água, numeração de série e tinta especial não reconhecida por máquinas de cópias (ver no Anexo 3 desenho da moeda). Ela é utilizada nos empréstimos sem juros para consumo num limite pessoal de 50 unidades monetárias. A devolução deve ocorrer em até 30 dias, podendo ser em Reais ou em Terras. O critério de avaliação do crédito é a indicação da pessoa por parte de algum comerciante do local ou algum participante da Associação de Moradores, bastante ativa na região. Nas demais modalidades de microcrédito, efetuadas em Reais, os juros são evolutivos, isto é, quanto menor o montante tomado, menor é a taxa de juros cobrada. As taxas variam entre 0,25% e 0,98%. Como parte de uma Organização Não Governamental, o Banco Terra está submetido à Lei de Usura que limita a prática de juros a 12% ao ano⁴⁰.

³⁹ Vila Velha como um todo possui 218 Km², dados do Censo 2000.

⁴⁰ Esta lei foi criada em 1933 e não se aplica a instituições financeiras, que têm legislação própria. Para conhecer a lei, acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D22626.htm. É interessante também ser notado que organizações não governamentais que concedem microcrédito não fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (BARONE *et al*, 2002). Em função de sua denominação jurídica e até mesmo da forma como capta os recursos para emprestar, cada banco comunitário no Brasil aplica uma taxa de juros diferente. Aqueles, por exemplo, que utilizam fundos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo

A informação do coordenador do banco, Sr. Itamarcos Coutinho, dada em entrevista informal em agosto de 2006 (o roteiro de entrevistas encontra-se no Anexo 1), é de que 44 pessoas já tomaram empréstimos em moeda local e que existem 28 casas comerciais cadastradas para receber a Terra (no Anexo 4 vê-se o adesivo utilizado para sinalizar a aceitação da moeda nos estabelecimentos). Não havia inadimplência até então. Através de doações de empresas e da prefeitura da cidade, foram confeccionadas as moedas, totalizando T\$ 50.000,00 (cinquenta mil Terras), que custaram cerca de R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos Reais). A empresa paulista que fabricou as cédulas é autorizada pelo Banco Central para este fim.

Ao comerciante é permitido trocar Terras por Reais quando acumula um montante de T\$ 1000,00 (mil Terras). É cobrada uma taxa de 0,2% sobre este valor. Existem cédulas no valor de T\$ 0,50 (cinquenta centavos de Terra), T\$ 1,00 (um Terra), T\$ 2,00 (dois Terras) e T\$ 5,00 (cinco Terras). Existiam, em agosto de 2006, cerca de T\$ 2.000,00 (dois mil Terras) circulando nos bairros. Note-se que grande parte das moedas confeccionadas ainda encontrava-se neste período fora de circulação. Isto se deve à necessidade de lastro: se o banco não possui reais para guardar e fazer frente aos bens demandados, não pode emprestá-los.

Ainda conforme o coordenador Itamarcos, um problema que tem sido detectado desde que a moeda Terra começou a circular é que, entre as quatro formas possíveis de escoamento da moeda, citadas na seção 3.1, apenas a primeira, qual seja, através dos empréstimos, é que a circulação vem sendo posta em prática. Isto ocorre porque os comerciantes, ao invés de oferecerem troco ou pagarem parte do salário em moeda local, acumulam o que recebem em Terras até atingirem o valor mínimo para trocas por Reais. Este problema parece estar associado à fragilidade da coesão social a que se referiu antes. Contudo, a expectativa é de que, com o passar do tempo e a consolidação da confiança na moeda, sua circulação se amplie, qual se sucede o caso do Banco Palmas.

Orientado, como os situados no Ceará, precisam aplicar uma taxa que cubra aquela cobrada no programa. Sendo assim, a sustentabilidade de cada banco deve ser buscada de acordo com sua realidade.

Vale salientar que, nesta região com tamanha população e extensão territorial, não havia até 2005 nenhuma agência bancária, apenas um posto da Caixa Econômica Federal. No final deste referido ano, foi inaugurada a primeira agência, pertencente ao Banestes, o Banco do Estado do Espírito Santo. Em vista disso, fica ilustrada a exclusão financeira a que está submetida esta comunidade e o potencial de melhora que podem proporcionar as atividades do banco comunitário Terra.

4.4 O Banco Bem – Vitória-ES

Vitória possuía, em 2000, 292.304 habitantes e 83.517 domicílios. O Banco Bem atua em três bairros da capital: São Benedito (de onde deriva o nome do banco e onde se localiza a sua sede), Itararé e bairro da Penha. Segundo a prefeitura da cidade, em 2000 a população destes três bairros somados era de 15.600 pessoas (5,3 % da população da capital) e havia 3.493 domicílios ao todo (4 % dos domicílios de Vitória). Do total desta população, 8 % habitam no São Benedito, 43 % na Penha e 49 % em Itararé. São locais de grande vulnerabilidade e pobreza, como se verá adiante através de dados do Censo e conforme se comprova nas fotos expostas no Anexo 2. Ao contrário da região do Banco Terra em Vila Velha, que é plana e extensa, estes três bairros de Vitória se concentram em área muito menor, de menos de 1 Km², e de encostas íngremes, dando forma a uma aglomeração bastante típica dos “morros” ou “favelas”. Algumas áreas são de acesso extremamente difícil, e ali se verificam condições de moradia bastante precárias, muitas vezes sem saneamento e abastecimento de água. Estes bairros existem há cerca de 40 anos e são resultado de ocupações irregulares (VITÓRIA, 2004).

O Banco Bem foi criado em outubro de 2005 a partir do recebimento de uma doação equivalente a R\$ 9.000,00 (nove mil Reais) e a moeda Bem (B\$) surgiu em fevereiro de 2006, portanto pouco antes da moeda Terra. Foram impressas notas que somavam B\$ 5.000,00 (cinco mil Bens) e que custaram R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos Reais), patrocinados por uma grande empresa privada. Espera-se que estes custos, que não são desprezíveis, sejam compensados com o fortalecimento da economia local. A existência de um exemplo bem sucedido, o Banco Palmas, é o grande incentivador de um projeto arriscado e incerto como esse.

Os valores das notas são os mesmos do caso da moeda Terra: existem cédulas de B\$ 0,50, B\$ 1,00, B\$ 2,00 e B\$ 5,00. A coordenadora do banco, Leonora Mol, informou que, em agosto de 2006, havia aproximadamente B\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos Bens) circulando na comunidade, valor que foi possível emprestar diante da disponibilidade de Reais para o lastro.

O banco se constitui juridicamente como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e é gerido pela Associação de Artesãos Ateliê de Idéias, que atualmente engloba 5 grupos produtivos: o Bem Arte e Moda, de customização de roupas e artesanato; o Bem Arte em Madeira, que produz peças em madeira como jogos e utensílios domésticos; o Bem Limpar, de fabricação de produtos de limpeza tais como sabão, detergente, amaciante e vassouras de garrafas pet (compradas pela prefeitura para uso da limpeza urbana); o Bem Nutrir, que é um grupo de culinária; e o Bem Moda Fashion, de confecção de vestuário. Todos os grupos são compostos por moradores do bairro que se encontram à margem da economia e da sociedade. São, ao todo, 38 pessoas trabalhando nos moldes da economia solidária, com repartição igualitária de tarefas e lucros. Através destes grupos, viabilizou-se uma outra forma, além das já enumeradas, de injetar a moeda local no circuito: parcela do lucro das vendas, cerca de 10%, é transformada em Bens e dividido entre os associados.

A moeda Bem possui os seguintes itens de segurança: papel moeda, tarja holográfica, marca d'água, numeração de série e tinta especial que impede fotocópias (vide desenho da moeda no Anexo 3). O limite para empréstimos em Bens é de 100 unidades monetárias, também desprovidos de juros e pagáveis em até duas vezes. Até a realização da visita ao local, em agosto de 2006, 29 pessoas tinham tomado empréstimo em Bens. Os comerciantes precisam acumular um mínimo de B\$ 500 para trocá-los por Reais na sede do Banco e a taxa de administração cobrada é de 0,5%. São 38 estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços cadastrados: supermercados, farmácia, salão de beleza, padarias, lojas de roupas e calçados, taxistas, depósito de materiais de construção, pizzaria, escola de informática, vendedores ambulantes, dentre outros. Já existe interesse de outros empreendimentos em aderirem ao sistema, inclusive (e curiosamente) da parte de uma funerária. A possibilidade de expansão deste

contingente é real pois, apesar de se tratar de três bairros bastante pobres, há uma grande diversidade de atividades ali.

Durante a visita, foi verificado que muitos dos comerciantes e produtores cadastrados ainda não tinham recebido a moeda. A coordenação do banco estima que são 11 os que já obtiveram Bens. Um problema detectado foi que a maior parte do circulante local se dirige a principalmente dois estabelecimentos, os de maior porte: uma farmácia e um supermercado. Dessa forma, a moeda é acumulada em poucas mãos e circula menos. A resistência em se ofertar troco em Bens também foi encontrada. Detectou-se que, na maioria das vezes, não chega a ser oferecida ao comprador do estabelecimento a opção de receber o troco em bens. Novamente, fica patente que o projeto ainda não está amadurecido como o seu pioneiro, o Banco Palmas. Notamos que há uma carência de divulgação mais ampla da existência e dos benefícios da moeda.

Em suas outras formas de crédito, quais sejam, o crédito produtivo e o para reforma de moradia, em que não se utiliza Bens para empréstimos (este é o caso do crédito para consumo, como já se viu), as taxas de juros também são evolutivas, variando entre 0,25% a 1,5%⁴¹. Fica evidenciado, portanto, que se pratica uma lógica oposta à dos bancos convencionais, o que contribui para mitigar a exclusão financeira. Aliás, nestas comunidades também se observou, como no caso da região 5 de Vila Velha, a distância das agências bancárias. Nenhum dos três bairros as possui, e a agência mais próxima é, novamente, de um banco público, a Caixa Econômica Federal (CEF). Somente na própria sede do Banco Bem, localizada no alto do Morro São Benedito, é que foi recém implantado um correspondente bancário da CEF. Ressalte-se que este convênio com um banco público é muito importante para aumentar a visibilidade do Banco Bem, dos seus empréstimos e de sua moeda própria, além de contribuir para a sustentabilidade do banco através das taxas que o banco comunitário recebe da CEF por serviços prestados como recebimento de contas e efetuação de saques.

⁴¹ As OSCIPs são pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, como uma ONG, mas não estão submetidas à Lei da Usura. Uma medida provisória em 2001 (MP 2.172-32/01) isentou as OSCIPs de estipulações usurárias e estendeu a elas também a possibilidade de receber doações dedutíveis do Imposto de Renda de pessoas jurídicas (BARONE *et al*, 2002).

Entre outubro de 2005 e junho de 2006, a coordenação aponta que foram concedidos empréstimos no valor de B\$ 2.241,50 (Bens – Crédito para consumo) e R\$ 45.647,90 (Reais – Crédito produtivo e para reformas). Este total corresponde a 25 empréstimos efetuados em moeda própria e 58 empréstimos em moeda nacional. Destas 83 concessões, ocorreram dois casos de inadimplência: duas pessoas que tomaram empréstimo, uma no valor de R\$ 300,00 e outra no valor de R\$ 130,00, se mudaram do local sem aviso prévio, aparentemente por problemas com o tráfico de drogas, bastante intenso nestes bairros. No decorrer da visita realizada ao Banco Bem, foi possível notar que muitas pessoas procuram empréstimos em quantias exíguas, numa média de 100 unidades monetárias (Bens ou Reais), o que retrata a situação de pobreza da comunidade. Não obstante, presenciaram-se casos de pessoas que buscavam tomar empréstimos no banco Bem para pagar suas dívidas com agências financeiras ou bancos formais, o que não é permitido pelas regras dos bancos comunitários, já que isso desvirtuaria sua finalidade de desenvolvimento local.

Antes de passarmos à descrição das entrevistas realizadas com os detentores da moeda local, são expostos, a seguir, alguns números que caracterizam a região em foco, isto é, os bairros da Penha, São Benedito e Itararé. Todos os dados foram coletados em fontes da prefeitura municipal, que utiliza os dados censitários por bairro⁴². Na tabela 6 abaixo estão expressos dados relacionados à distribuição dos moradores por sexo. No geral, 52% são mulheres e 48%, homens. Estes valores reproduzem a proporção prevalecente na capital como um todo: são 53% de mulheres e 47% de homens residentes em Vitória (Censo 2000).

Bairros	Homens	Mulheres
Itararé	48,21%	51,79%
Bairro da Penha	47,83%	52,17%
São Benedito	48,35%	51,65%
TOTAL	48,06%	51,94%

Fonte: Censo 2000/Prefeitura de Vitória

⁴² A Secretaria de Desenvolvimento da Cidade de Vitória fez um trabalho de adaptação dos setores censitários aos limites dos bairros do município. Para conhecer esta metodologia, consultar PMV – Prefeitura Municipal de Vitória (2004).

A tabela 7 retrata a divisão da população por faixa etária. A maior parte da população nos três bairros possui entre 0 e 14 anos de idade. É eminente a parca parcela da população que possui 60 anos ou mais. São Benedito abriga, entre os três lugares, a população mais jovem. Em Vitória, a população com idade de 15 anos ou mais representa 76% da população total (Censo 2000). No bairro de Itararé, este valor é de 74%, no bairro da Penha cai para 70 % e no bairro São Bendito já é de 63 %, em decorrência da maior parcela existente de crianças entre 0 e 14 anos.

Tabela 7 - Proporção de pessoas residentes por faixa etária (em %)

Faixa etária	Itararé	Bairro da Penha	São Benedito
0 a 14 anos	25,89%	30,33%	37,29%
15 a 25 anos	19,99%	21,34%	21,98%
25 a 39 anos	26,57%	24,62%	20,73%
40 a 59 anos	18,35%	16,44%	14,14%
60 anos ou mais	9,20%	7,28%	5,86%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censo 2000/Prefeitura de Vitória

São Benedito é, segundo a análise da tabela 8, o bairro mais pobre dos três, onde o rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios (considerando apenas os particulares permanentes) era em 2000 de apenas R\$ 219,73. Itararé apresentou o maior rendimento médio mensal, de R\$ 534,25. Para a cidade de Vitória como um todo, este valor em 2000 era de R\$ 1286,38. Fica claro, assim, que se trata de regiões bastante desfavorecidas. Em todos os lugares, o rendimento médio mensal das mulheres foi inferior ao dos homens.

Tabela 8 - Rendimento médio nominal mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por sexo

Bairros	Rendimento médio nominal mensal (em Reais)		
	Homens	Mulheres	Total
Itararé	636,64	342,85	534,25
Bairro da Penha	498,77	313,00	430,80
São Benedito	234,07	180,73	219,73
TOTAL	456,49	278,86	394,93

Fonte: Censo 2000/Prefeitura de Vitória

Pela tabela 9 seguinte, nota-se que 6,6 % das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes⁴³ nestes três bairros examinados são desprovidos de qualquer rendimento mensal. Este dado para a cidade como um todo é de 5,9 %. Além disso, mais de 60 % dos responsáveis por domicílios na região possuem rendimento entre ½ salário mínimo e 3 salários mínimos, enquanto que em Vitória este valor cai para 34 %. Boa parte dos analisados, portanto, apresentam rendimento considerado baixo. Ressalte-se, também, que tão somente pouco mais de 3 % destas pessoas auferem rendimentos iguais ou superiores a 10 salários mínimos, ao passo em que na cidade inteira passa de 28 % o percentual de pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes que pertencem a esta faixa de rendimento mensal.

Tabela 9 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por rendimento nominal mensal

Rendimento nominal mensal	Itararé	Bairro da Penha	São Benedito	TOTAL	%
Sem rendimento	158	101	17	276	6,58%
Até ½ salário mínimo	14	26	3	43	1,03%
½ a 1 salário mínimo	328	386	164	878	20,94%
1 a 2 salários mínimos	509	501	89	1099	26,22%
2 a 3 salários mínimos	303	267	42	612	14,60%
3 a 5 salários mínimos	379	235	13	627	14,96%
5 a 10 salários mínimos	319	171	2	492	11,74%
10 a 15 salários mínimos	58	43	1	102	2,43%
15 a 20 salários mínimos	23	11	0	34	0,81%
Mais de 20 salários mínimos	18	11	0	29	0,69%
TOTAL	2109	1752	331	4192	100,00%

Fonte: Censo 2000/Prefeitura de Vitória

Através da observação da tabela 10, vemos que, do total de 3943 domicílios particulares permanentes, 249, ou seja, 6 %, não possuíam sequer um banheiro. Na cidade de Vitória

⁴³ “Temos, pelo IBGE, as seguintes definições:

Domicílio: Local de moradia estruturalmente independente, constituído por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, gruta e outros locais que estavam, na data de referência da contagem, servindo de moradia, também foram considerados como domicílios. **Domicílios particulares:** Quando destinados à habitação de uma pessoa ou um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. Segundo a espécie, dividem-se em: i) **Domicílios particulares permanentes:** domicílios localizados em casa, apartamento ou cômodo destinado à moradia; ii) **Domicílios particulares improvisados:** domicílios localizados em unidades que não possuem dependência destinada exclusivamente à moradia, tais como: lojas, salas comerciais, etc. Assim também são considerados os prédios em construção, embarcações, carroças, vagões, tendas, barracas, grutas, etc., que estejam servindo de moradia; iii) **Domicílios coletivos:** aqueles destinados à habitação de pessoas cujo relacionamento se restringe ao cumprimento de normas administrativas. Exemplos de domicílios coletivos: Hotéis, presídios, albergues, orfanatos, etc..” (PMV, 2002, p.16).

como um todo, esta percentagem cai para 4 %. Mais de 80 % destes domicílios nos três bairros em questão possuem somente um banheiro. Quando, além disso, nota-se pelos números fornecidos pela prefeitura de Vitória que mais de 30 % dos domicílios desta região abrigam 4 ou mais pessoas e que mais de 7 % dos lares encerram 7 moradores ou mais, fica visível que grande parte desta população vive em condições precárias.

Tabela 10 - Domicílios particulares permanentes por número de banheiros

Bairros	Sem banheiro	Com banheiro				Total
		1 banheiro	2 banheiros	3 banheiros	4 banheiros ou mais	
Itararé	82	1553	393	64	17	2027
Bairro da Penha	133	1348	242	24	5	1619
São Benedito	34	262	33	2	0	297
TOTAL	249	3163	668	90	22	3943

Fonte: Censo 2000/Prefeitura de Vitória

As tabelas 11, 12 e 13 reportam-se a questões atinentes à educação. Na tabela 11, atenta-se para que a média de tempo de estudo dos responsáveis por domicílios particulares permanentes na região de operação do Banco Bem é de 5,06 anos, sendo que o bairro de São Benedito uma vez mais exibe o pior indicador não apenas entre os 3 bairros mas também entre todos os bairros da cidade: apenas 3,52 anos de estudo. A título de comparação, a média de anos de estudo em Vitória, para o ano de 2000, para pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, foi de 8,14 anos. Em todos os bairros, a média de anos de estudo das mulheres responsáveis por domicílios foi inferior à dos homens na mesma situação.

Tabela 11 - Média de anos de estudo das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por sexo

Bairros	Média de anos de estudo (em anos)		
	Homens	Mulheres	Total
Itararé	6,61	5,40	6,19
Bairro da Penha	5,93	4,65	5,46
São Benedito	4,00	2,20	3,52
TOTAL	5,51	4,08	5,06

Fonte: Censo 2000/Prefeitura de Vitória

Na tabela 12 se exhibe a percentagem de pessoas alfabetizadas ou não, residentes em cada bairro, dividido por faixa etária. Percebe-se que o analfabetismo é mais pronunciado em duas faixas etárias: entre 5 e 14 anos, onde 24 % das crianças desta faixa, residentes nos três bairros, não são alfabetizadas; e entre os de 60 anos ou mais, onde 34 % destas pessoas não têm alfabetização. É notável a grande percentagem de analfabetos principalmente em São Benedito: mais de 22 % da população total do bairro. Quando se reúne a população dos três bairros, a parcela de pessoas não alfabetizadas é de 12,57 %.

Tabela 12 - Percentual de Pessoas residentes alfabetizadas e não alfabetizadas por faixa etária

Faixa Etária	Itararé		Bairro da Penha		São Benedito		Total	
	Alfabetizadas	Não alfabetizadas	Alfabetizadas	Não alfabetizadas	Alfabetizadas	Não alfabetizadas	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
5 a 14 anos	79,89%	20,11%	73,81%	26,19%	69,50%	30,50%	76,01%	23,99%
15 a 25 anos	98,42%	1,58%	96,97%	3,03%	96,67%	3,33%	97,62%	2,38%
25 a 39 anos	97,47%	2,53%	94,38%	5,62%	87,99%	12,01%	95,50%	4,50%
40 a 59 anos	91,59%	8,41%	83,07%	16,93%	65,80%	34,20%	86,26%	13,74%
60 anos ou mais	70,34%	29,66%	64,67%	35,33%	31,25%	68,75%	65,69%	34,31%
TOTAL	90,45%	9,55%	85,85%	14,15%	77,68%	22,32%	87,43%	12,57%

Fonte: Censo 2000/Prefeitura de Vitória

Por último, a tabela 13 possibilita uma comparação com os dados da cidade de Vitória. Vimos na seção anterior que na capital do Espírito Santo o analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos era em 2000 de 4,53% e entre pessoas com 25 anos ou mais de idade era de 5,23%. A diferença é pungente quando analisamos os índices correspondentes aos três bairros: entre 5 e 14 anos de idade, o percentual de analfabetos é de enormes 24%, e na população de 25 anos ou mais é de quase 13%.

Tabela 13 - Taxa de Analfabetismo (%)

Faixa Etária	Itararé	Bairro da Penha	São Benedito	TOTAL
5 a 14 anos	20,11%	26,19%	30,50%	23,99%
25 ou mais	9,14%	13,94%	27,88%	12,42%

Fonte: Censo 2000/Prefeitura de Vitória

A prefeitura de Vitória estima, através de dados do censo adaptados para os limites de seus bairros, o Índice de Qualidade Urbana (IQU)⁴⁴, ao qual é proveitoso se deter antes

⁴⁴ O IQU foi criado pelo Instituto Polis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais). Para saber mais detalhes, consultar FERREIRA *et al* (1995).

de prosseguir na descrição do estudo de caso. O IQU é calculado de forma semelhante ao IDH: é uma média aritmética simples de 11 variáveis escalonadas de 0 a 1, sendo que ao pior indicador de cada variável é atribuído o valor 0 e ao melhor, o valor 1. Compõe-se por quatro dimensões: educacional, ambiental, habitacional e de renda⁴⁵. Quanto maior é o índice final, melhor é a condição do lugar.

Vitória obteve em 2000 um IQU geral de 0,59. Entre os seus 79 bairros, o menor valor foi de 0,20, observado no bairro São Bendito, justamente a sede do Banco Bem, e o maior foi de 0,84 (bairro Santa Helena), denotando uma grande desigualdade intra-bairros. Os outros dois bairros que nos interessam aqui obtiveram índices bastante inferiores à média da cidade: bairro da Penha com 0,41 (ocupando o 67º lugar entre os bairros) e Itararé com 0,47 (52ª posição). A título de cotejo, informa-se que, dos 79 bairros, 26 encontraram-se acima da média de Vitória, 10 estiveram em torno deste valor, e o restante, 43 bairros, tiveram um IQU abaixo desta média (VITÓRIA, 2004).

No Anexo 5 estão dispostos quatro mapas da cidade de Vitória com a demarcação dos bairros e sua classificação de acordo com o IQU. Os três bairros que nos interessam estão realçados para facilitar a identificação. A fim de ilustração, foram escolhidas algumas variáveis que são usadas na montagem do índice, todas para o ano de 2000. Na dimensão educacional, selecionou-se a porcentagem de responsáveis por domicílios com menos de 4 anos de estudo; na dimensão renda, a variável é a porcentagem de responsáveis por domicílios com renda de até 2 salários mínimos; na dimensão ambiental, é a porcentagem de domicílios ligados à rede geral de esgoto; na dimensão habitacional, é o número de pessoas por domicílio. Além destas representações, o último mapa é a classificação do IQU geral, que leva em conta todas as variáveis já descritas. Em todos os mapas, o bairro de São Benedito se destaca visualmente no

⁴⁵ As variáveis são: A) DIMENSÃO AMBIENTAL: 1) Porcentagem dos domicílios com serviço de abastecimento de água adequado – ligados à rede geral; Porcentagem dos domicílios com serviço de esgoto adequado – ligados à rede geral ou pluvial; 3) Porcentagem dos domicílios com serviço de lixo adequado - coletado por serviço público de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza. B) DIMENSÃO HABITACIONAL: 4) Número médio de pessoas por domicílio; 5) Número médio de banheiros por domicílio; C) DIMENSÃO EDUCACIONAL: 6) Porcentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos; 7) Porcentagem dos responsáveis pelo domicílio com menos de 4 anos de estudo; 8) Porcentagem dos responsáveis pelo domicílio com 15 anos ou mais de estudo; D) DIMENSÃO RENDA: 9) Rendimento médio dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos; 10) Porcentagem dos responsáveis pelo domicílio com renda até 2 salários mínimos; 11) Porcentagem dos responsáveis pelo domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos.

centro geográfico da cidade, por ter sempre a classificação mais baixa. Ao seu lado, Itararé e Penha também se mostram em todos os mapas com baixo valor do IQU.

Estando clara a situação de vulnerabilidade e pobreza das regiões atendidas pelo banco comunitário Bem, o que corrobora a idéia de exclusão em seu sentido lato, passamos à seção que se segue, onde são descritas as entrevistas efetuadas no local com moradores e comerciantes que usufruem da moeda. Através deste contato mais próximo, inferências ainda mais específicas podem ser feitas.

4.5 As entrevistas

Como afirma SILVA JR., o estudo de caso parece ser o mais adequado “*para pesquisas exploratórias e particularmente útil para a geração de hipóteses*” (2004, p. 21), sendo especialmente este o objetivo da presente dissertação. Esta pesquisa nos moldes em que foi feita se caracteriza como qualitativa, o que fica claro a partir da descrição de NEVES (1996, p.1):

“Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objetos de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada ao longo do seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise de dados; seu foco de interesse é amplo. (...) Dela faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo.”

No anexo 1, é possível verificar que, além de entrevista semi-estruturada⁴⁶ com a coordenação do Banco Bem, foram empregados dois tipos de questionário: um para os consumidores da moeda Bem e outro para os receptores da moeda, ou seja, os vendedores locais. As entrevistas foram individuais e concebidas nas residências das pessoas ou nos estabelecimentos comerciais, com duração média de vinte minutos, e os questionários foram preenchidos pelo entrevistador para evitar dualidade na interpretação das perguntas. Quanto à metodologia adotada, é preciso estar atento às limitações deste tipo de averiguação, pois o objetivo é abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, o que o impede de realizar generalizações. Outro cuidado

⁴⁶ Entrevistas semi-estruturadas ou informais são aquelas orientadas por um roteiro, normalmente com perguntas abertas, em que é dada ao entrevistador flexibilidade para abordar temas que não necessariamente foram definidos de forma prévia (MAZZEI e ROCHA, 2005).

diz respeito à possibilidade de se criar distorções, seja através da interpretação subjetiva do pesquisador, seja por ocultação de informações por parte do objeto, isto é, pelos membros com os quais se faz contato. Tendo em vista estas dificuldades e problemas, apresentamos o quadro encontrado.

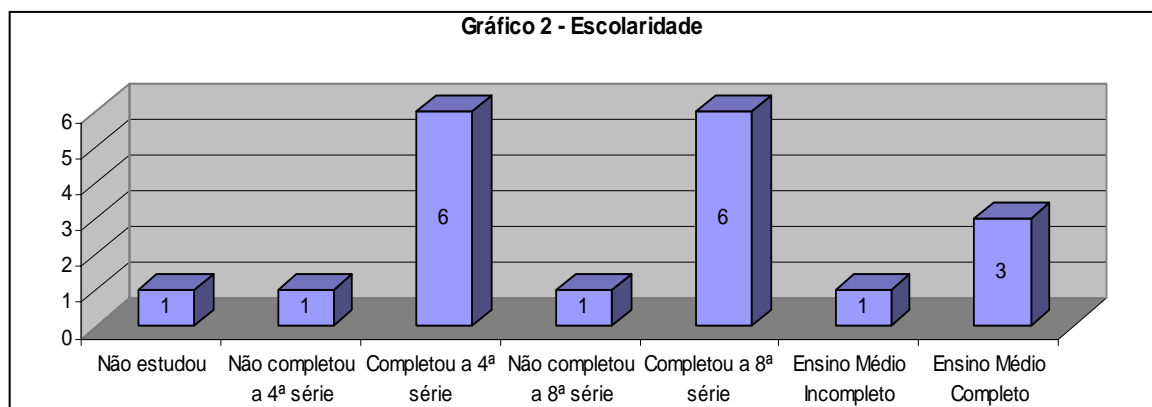
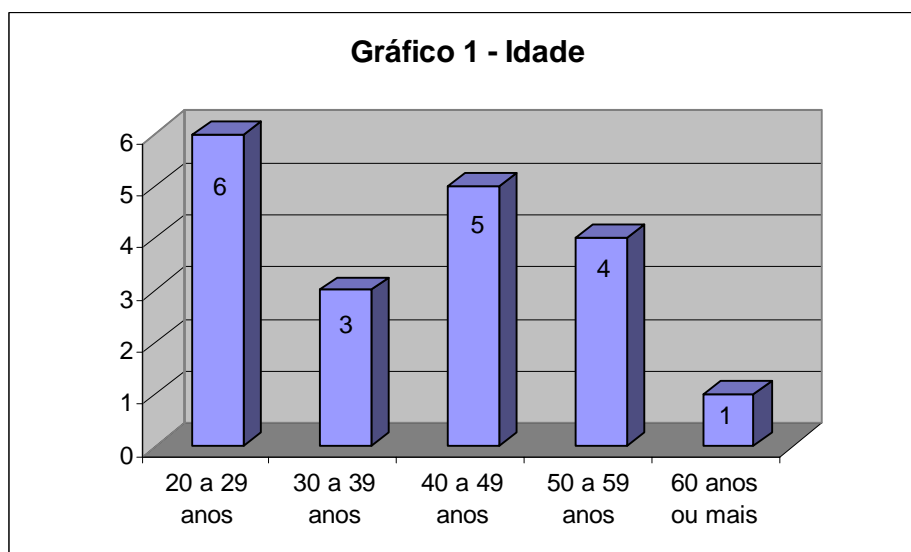
No que concerne aos consumidores, a população objeto de estudo foi calculada em 53 pessoas, entre tomadores de empréstimos em Bens e participantes dos grupos produtivos supracitados que já tiveram parte dos ganhos revertidos na moeda local⁴⁷. A amostra entrevistada equivaleu a 35 % desta população, o que corresponde a 19 pessoas, escolhidas através do cadastro de clientes do banco e de associados aos grupos, de acordo com a possibilidade de serem encontradas durante a semana em que visitamos o banco. Esta dificuldade de se localizar os potenciais entrevistados se deveu à grande quantidade de pessoas que não possuíam telefone e que estavam ausentes de suas residências durante o dia por estarem trabalhando. Sendo assim, a situação dos entrevistados se dividiu da seguinte maneira: 13 pessoas trabalhavam no próprio bairro, 2 estavam desempregadas, 1 era aposentada e 3 eram trabalhadores informais, como diaristas ou vendedores ambulantes, que não possuem horário e dia de trabalho fixos e portanto podiam ser encontrados em casa. Ressaltamos, pois, que a amostra possui este relevante viés.

Dos 19 entrevistados, 18 são mulheres e houve apenas um homem. Por um lado, isto reflete o papel preponderante da mulher tanto nos grupos produtivos da Associação Ateliê de Idéias tanto na tomada de empréstimos para consumo, que normalmente são demandados para comprar alimentos e outros produtos de primeira necessidade para a família. De outro lado, isto é também um resultado do viés referido acima, já que, como se sabe, as mulheres estão mais sujeitas à exclusão e a trabalhos informais e/ou domésticos.

Seguem-se algumas figuras que descrevem a compilação dos resultados obtidos nas entrevistas com os consumidores. No gráfico 1, atentamos para a idade dos entrevistados. Os números em cada barra representam a quantidade de pessoas que se

⁴⁷ Dentre os cinco grupos produtivos, apenas o Bem Arte e Madeira, por ser o mais recente, ainda não obteve retorno monetário que pudesse ser trocado pela moeda social, motivo pelo qual seus participantes não foram incluídos na contagem da população alvo da pesquisa de campo.

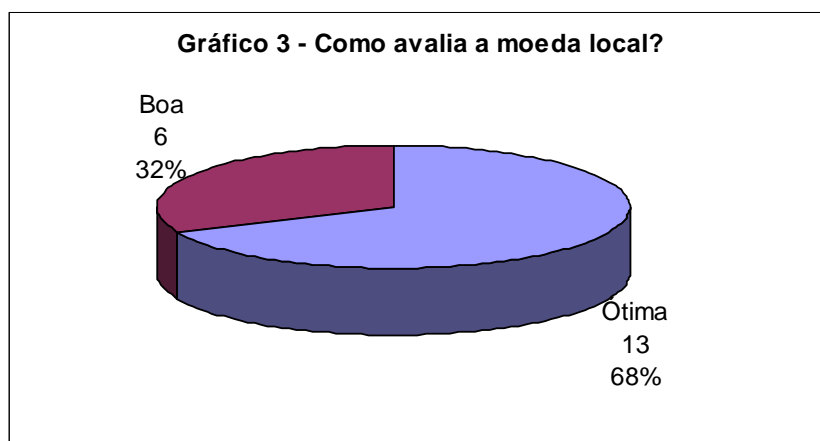
encontram em cada faixa etária listada. Nota-se que neste aspecto a amostra foi bem diversificada. Já o gráfico 2 mostra o grau de escolaridade das pessoas e fica evidente que o nível de estudo é, de modo geral, baixo. Estudaram só até a quarta série 6 pessoas, além disso somente 6 pessoas completaram o ensino Fundamental (até a 8ª série) e apenas 3 das 19 pessoas concluíram o Ensino Básico (que compreende o Ensino Fundamental e o Ensino Médio).

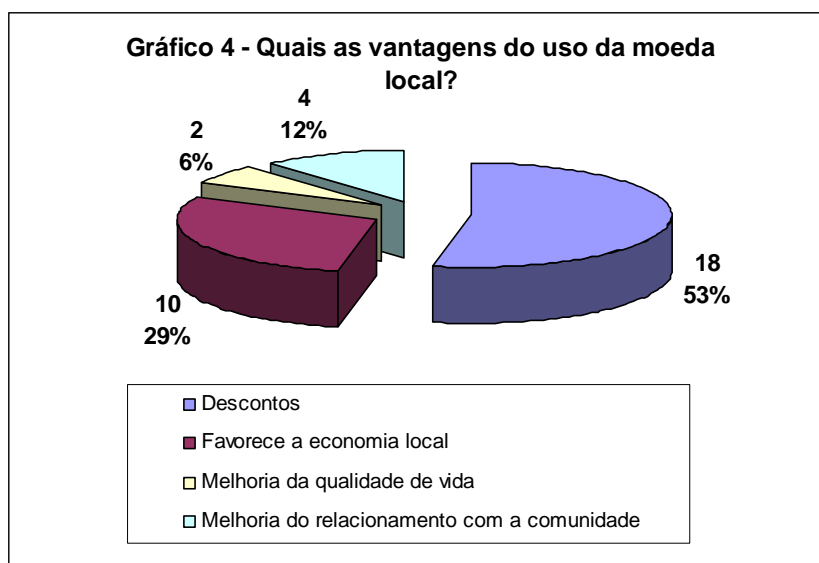


Os próximos gráficos são referentes ao entendimento das pessoas quanto ao uso da moeda local. As perguntas objetivaram captar opiniões, o que é certamente algo subjetivo, mas isso não invalida o nosso propósito que é genuinamente exploratório. A novidade do uso de moeda local não permite conclusões inequívocas nem análises puramente objetivas de resultados. Em todas as figuras estão expostos os números absolutos e os relativos (%) das respostas. O tamanho diminuto da amostra requer

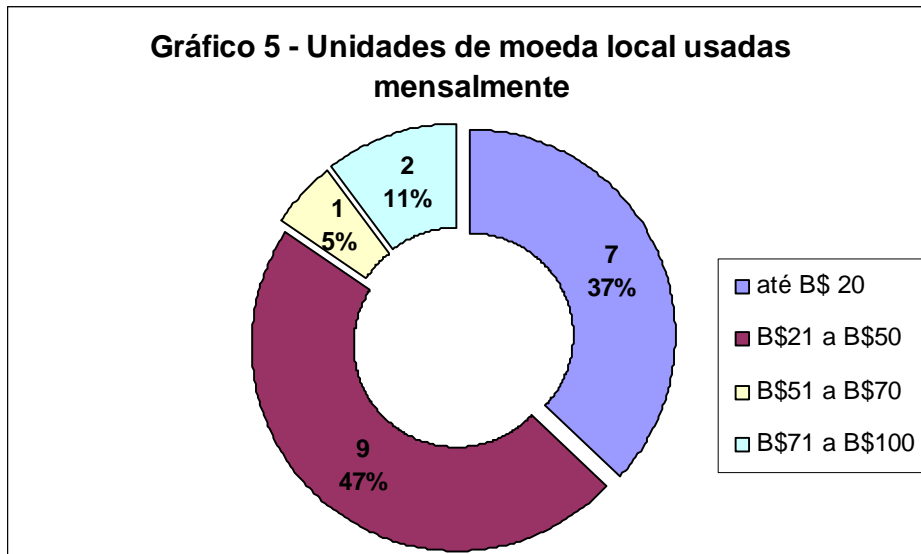
precaução na utilização de percentagens, motivo pelo qual enfatizaremos sempre a quantidade absoluta.

O gráfico 3 exibe as respostas à pergunta sobre a asserção dos entrevistados relativa ao lançamento da moeda. Todas as percepções se mostraram positivas, e sempre após a pergunta se seguiam comentários espontâneos sobre o potencial de melhoria das condições de vida que a moeda Bem pode proporcionar. Este otimismo, como foi intenção esclarecer quando se tratou de capital social no capítulo precedente, é imprescindível ao sucesso da moeda. Isto fica mais manifesto no gráfico 4 seguinte, onde são elencadas as vantagens percebidas na existência de uma moeda própria do local, sendo que alguns escolheram mais de uma opção. O principal motivo apontado foi a existência de descontos nas compras com a moeda local, o que incute a idéia de que são fundamentais os incentivos positivos para a consolidação de um projeto de coesão social. Interessante destacar que 10 entrevistados mostraram ter consciência das vantagens que a moeda pode trazer para a economia dos bairros, além de terem sido mencionados também a melhoria da qualidade de vida (2 respostas) e do relacionamento pessoal na comunidade (4 respostas).

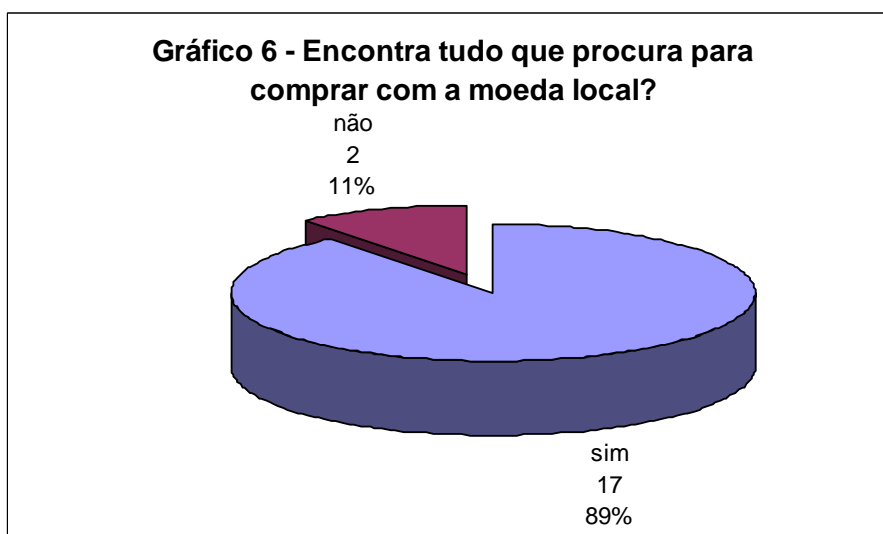




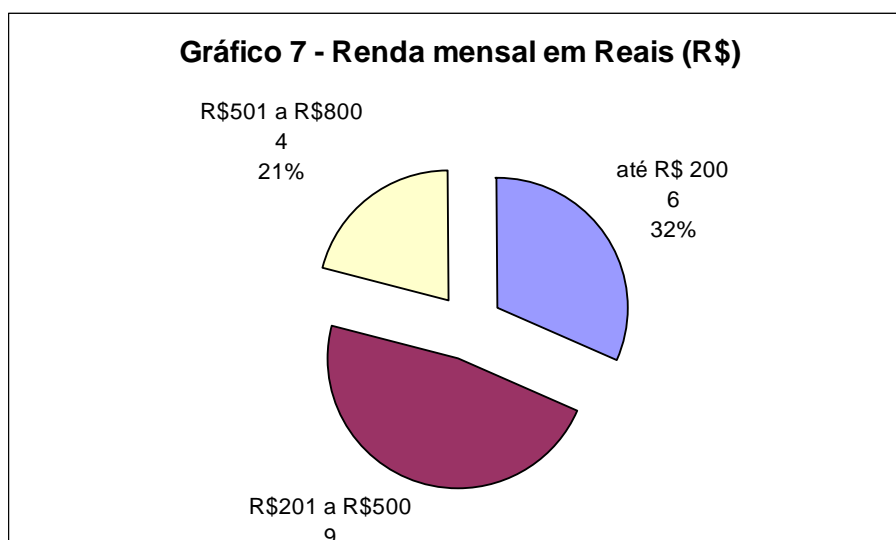
A próxima figura deixa explícito o pequeno volume da moeda Bem que é manuseado mensalmente pelos entrevistados. Isto está diretamente ligado ao baixo rendimento destas pessoas, o que será demonstrado no gráfico 7 mais adiante. Desta observação, segue-se que o impacto econômico da moeda local, se mensurado quantitativamente, se mostrará bastante tímido, algo que já foi evidenciado em alguns estudos de SML, dentre eles os LETS, como já citamos no capítulo anterior. De fato, durante as entrevistas foi possível notar que o impacto da moeda só pode ser captado de forma subjetiva, quando conhecemos a realidade de pobreza e privação a que estão submetidos os moradores destes bairros. Afora isto, vale lembrar que o volume total de Bens em circulação é por si só ainda reduzido, posto que são apenas seis meses desde o seu lançamento (fev/2006) até o acontecimento da pesquisa (ago/2006).



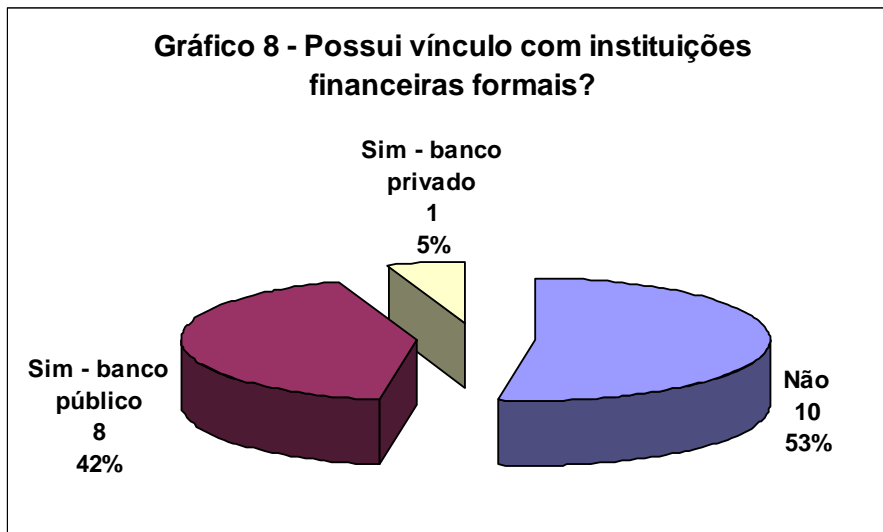
Prosseguindo para o gráfico 6, inferimos que a maioria das pessoas, 17 do total de 19, afirmaram que conseguem comprar tudo o que buscam com a moeda. Isto esclarece o perfil de consumo destas pessoas, conivente com a sua situação financeira. É fácil compreender estas respostas devido à condição de baixa renda das pessoas. Depreende-se daí que a demanda se dá prioritariamente por bens básicos, já que dentro dos três bairros não existem comércios e serviços sofisticados e/ou especializados. Entre as duas pessoas que afirmaram não encontrar tudo o que procuram, uma indicou a necessidade de comprar eletrodomésticos e a outra citou a inexistência de tecidos vendidos em moeda local. Ambos os itens referidos estão relacionados ao trabalho delas (uma é cozinheira e a outra, costureira).



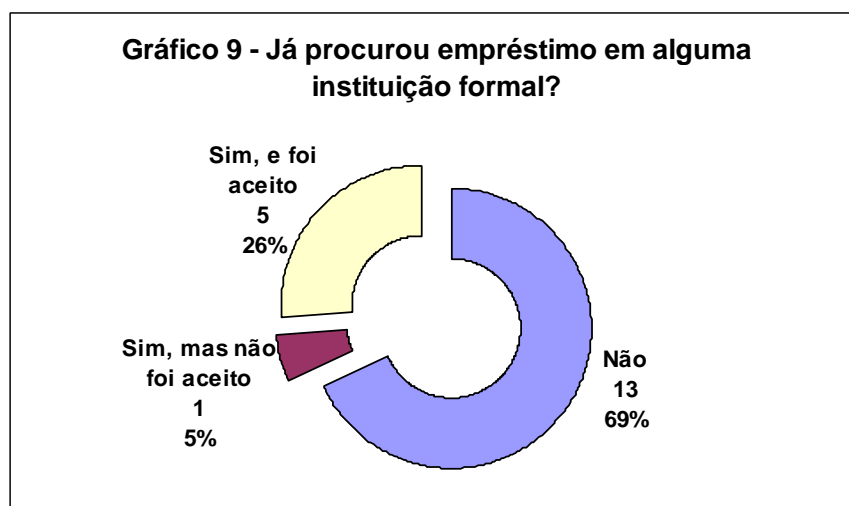
O gráfico 7 descreve a renda mensal em Reais, declarada pelos próprios entrevistados. Apenas 4 pessoas revelaram ter uma renda mensal acima de R\$ 500,00, evidenciando a situação econômica desfavorável que já havia sido apontada quando se analisaram os dados do Censo atinente aos três bairros atendidos pelo banco Bem. Das 19 pessoas, 6 auferiam menos do que R\$ 200,00 mensais, 8 afirmaram ter renda abaixo do salário mínimo (de R\$ 350,00 quando da realização da entrevista) e somente 3 ganhavam pouco mais do que dois salários mínimos. Quatro respondentes incluíram no cálculo os valores recebidos pelo Bolsa Família. Ressalte-se que muitas das respostas são somente uma média estimada da renda, que é para alguns, devido ao desemprego ou à informalidade, bastante variável e incerta.



A seguir, são descritas as respostas no tocante ao acesso ao sistema financeiro tradicional (gráfico 8). Dez entrevistados não possuem nenhum tipo de vínculo, e dentre os 9 que possuem, apenas um afirmou possuir uma conta em um banco privado. As demais pessoas apontaram relação com bancos públicos, tendo sido citados dois: o Banestes e a CEF. Dois foram os tipos de vínculo listados: posse de conta corrente ou conta poupança. Conserva-se, portanto, amparada a hipótese central do presente trabalho: o público alvo desta pesquisa está sujeito à exclusão financeira, muitos estando completamente desprovidos de qualquer tipo de serviço, outros tendo à disposição apenas os serviços mais simples.



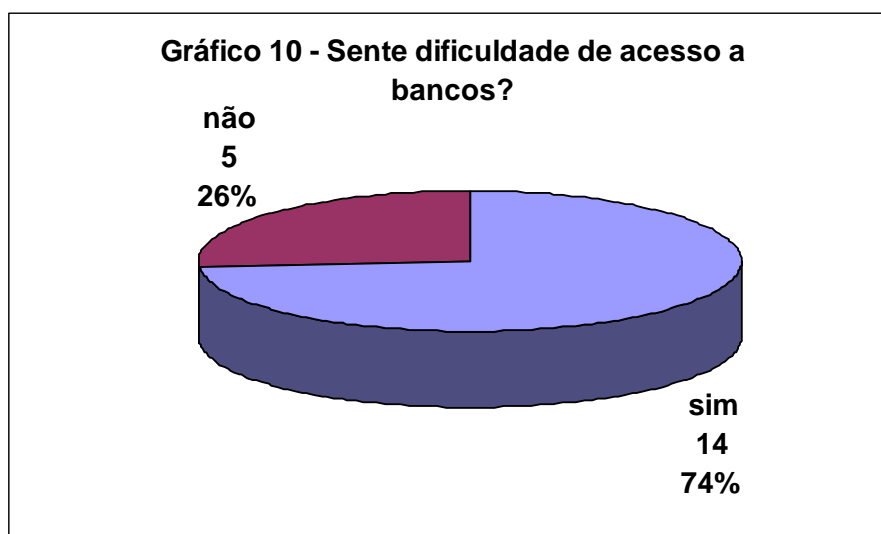
Quanto aos empréstimos, vemos através do gráfico 9 que a maioria, 13 pessoas, disseram nunca tê-los demandado ao sistema financeiro convencional, o que é um indicador de auto-exclusão. As que o fizeram, novamente priorizaram os bancos públicos e as financeiras (formalmente chamadas de SCFI - Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento). Estas últimas, geralmente, oferecem crédito a juros acima dos que praticam os bancos comerciais, no entanto facilitam a obtenção porque fazem menos exigências, motivo pelo qual são muito procuradas por pessoas de baixa renda.

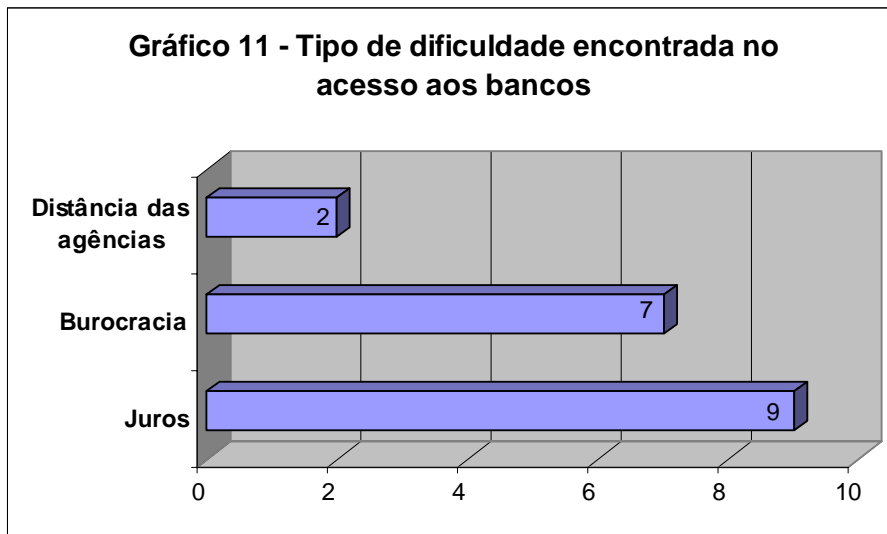


A maioria assinalou ter dificuldades de acesso aos bancos (gráfico 10). É valioso relatar que todas as 5 pessoas que não manifestaram esta dificuldade justificaram da seguinte

forma: nunca procuraram as instituições do sistema financeiro, portanto não percebem nenhum problema no acesso. Consideramos, novamente, estas declarações como evidências da auto-exclusão a que nos referimos no capítulo 1. Os bancos não fazem parte do cotidiano de muitas destas pessoas porque elas consideram que este tipo de serviço não é compatível com sua condição social e econômica. Desta forma, um meio alternativo, como o banco Bem, é uma saída plausível para aqueles que precisam de certos serviços financeiros que lhes são inacessíveis no sistema formal.

Sobre o tipo de obstáculos percebidos neste acesso, alguns apontaram mais de uma opção. Vê-se no gráfico 11 que os juros foram os mais aludidos, com 9 respostas. Em seguida foi a burocracia, com 7 respostas, e a distância das agências com relação à residência foi citada como um impedimento por 2 pessoas. Consequentemente, o custo do acesso é encarado como o principal problema. A localização das agências torna-se pouco relevante em um ambiente urbano, mas de qualquer forma é possível perceber que os bancos evitam estas áreas pobres já que foi comprovada a distância das agências.





Enfim, os dois últimos gráficos que retratam as entrevistas concedidas por consumidores da moeda Bem se referem à percepção de melhoria da situação financeira causada pelo uso da moeda local (gráfico 12) e à crença na continuação da sua existência (gráfico 13). Vê-se que todas as pessoas consideraram que a moeda local melhorou sua situação financeira, havendo 13 respostas que salientaram que este avanço foi grande. Voltamos a enfatizar o fato de que, a despeito de a quantidade de unidades monetárias utilizadas por estas pessoas ser exígua, sua situação financeira é tão débil que a diferença percebida é grande. Sobre a última pergunta, nossa intenção era captar a confiança dos usuários na moeda, o que, como vimos teoricamente, é um fator essencial à continuidade de um SML. Apenas uma pessoa não soube responder se acredita no projeto, enquanto todos os outros 18 entrevistados foram afirmativos a esse respeito. Logo, existe este grande indicador, a confiança, de que a moeda Bem tem potencial para continuar existindo e ter seu circuito ampliado.

Gráfico 12 - Acha que a moeda local melhorou sua situação financeira?

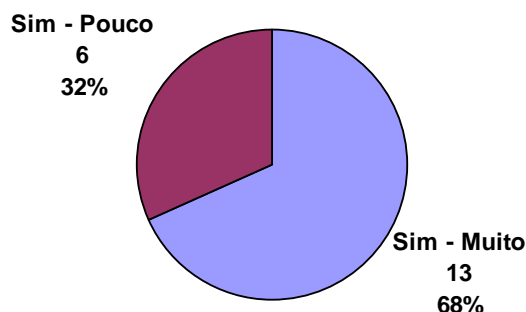
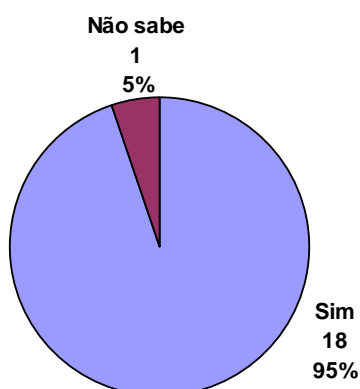


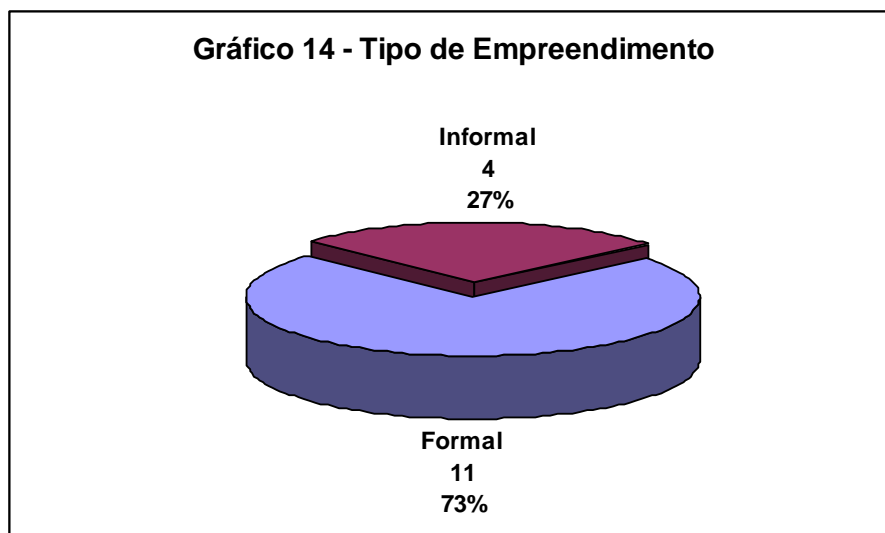
Gráfico 13 - Acredita que a moeda tem condições de continuar existindo?



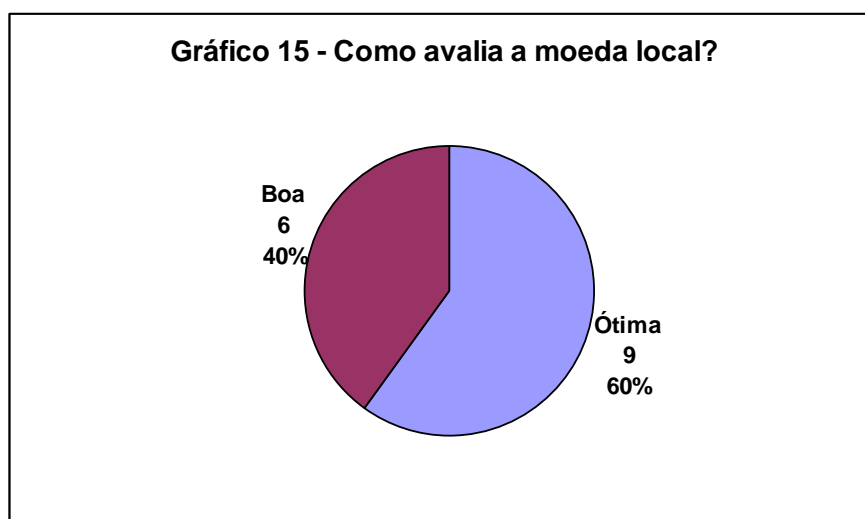
Avançamos, então, para a segunda parte das entrevistas estruturadas, que teve como foco os estabelecimentos e negócios que aceitam a moeda Bem como pagamento pelos seus bens e/ou serviços. Já foi exposto que são 38 os empreendimentos cadastrados e que são estimados em 11 os que efetivamente já receberam a moeda local durante a realização de trocas. A nossa amostra consiste em 15 estabelecimentos, portanto abrange todos os que manusearam a moeda, além de 4 que ainda não participaram ativamente deste circuito. Os entrevistados corresponderam a 39 % da população alvo.

Como se observa no gráfico seguinte, 4 são os empreendimentos informais cujos donos foram entrevistados: um salão de beleza, uma peixaria, uma mercearia e uma quitanda. Os outros 11 são formais: uma sapataria, uma pizzaria, dois taxistas, um supermercado,

uma farmácia, uma loja de materiais de construção, um vendedor de gás e água, uma padaria, uma loja de bicicletas e uma mercearia.

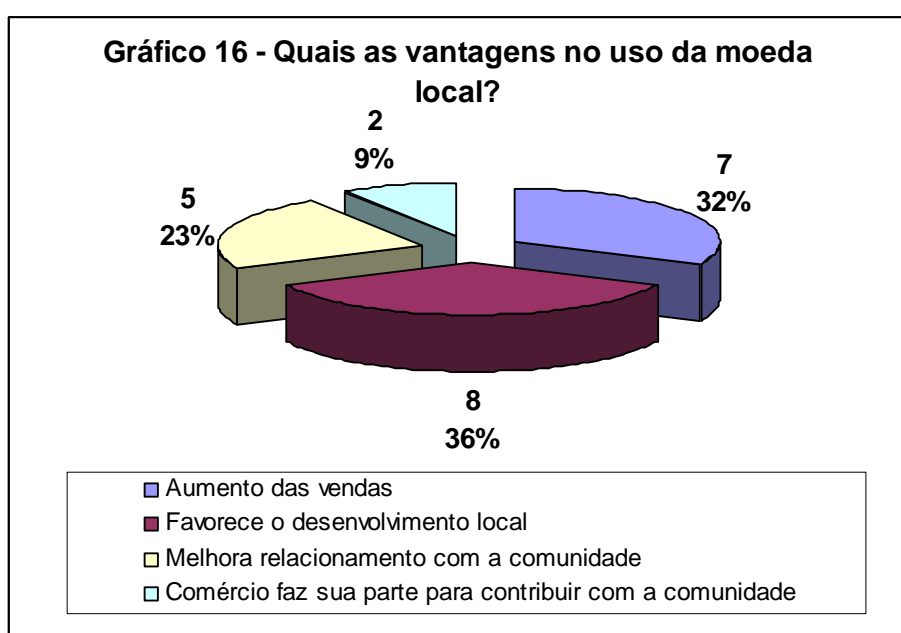


A avaliação da moeda Bem pelos empreendedores é positiva, assim como foi no caso dos consumidores. Foi considerada uma ótima idéia por 9 entrevistados e uma boa idéia por 6 deles (gráfico 15). Todos afirmaram não criar nenhum tipo de restrição para a aceitação do Bem. Novamente, é fortalecida a inferência de que existe otimismo por parte dos usuários da moeda, o que é um pré-requisito para que, com o tempo, ela passe a ser usada por uma quantidade maior de pessoas. Foi possível perceber, ao longo das entrevistas, que as pessoas percebem que a moeda é um projeto da comunidade ainda em fase inicial e alguns comerciantes ressaltaram a necessidade de ampliar a divulgação.

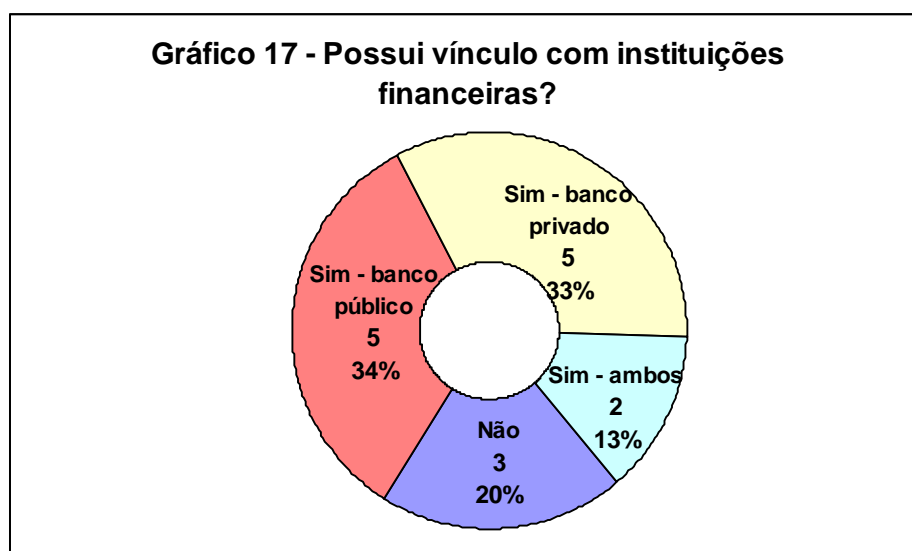


No gráfico 16 estão listadas as vantagens do uso e recebimento da moeda Bem. Sete entrevistados acreditam que ela é capaz de promover aumento das vendas via incentivo à fidelidade dos clientes. Outro benefício bastante mencionado foi o favorecimento do desenvolvimento local, o que salienta um engajamento de muitos comerciantes no projeto proposto pelo Banco Bem. Esta consciência, no entanto, parece ainda passível de aprimoramento, pois, como vimos, é real a possibilidade de ampliar consideravelmente a circulação da moeda local através de mecanismos como oferta de troco e de pagamento de parte dos salários com este meio.

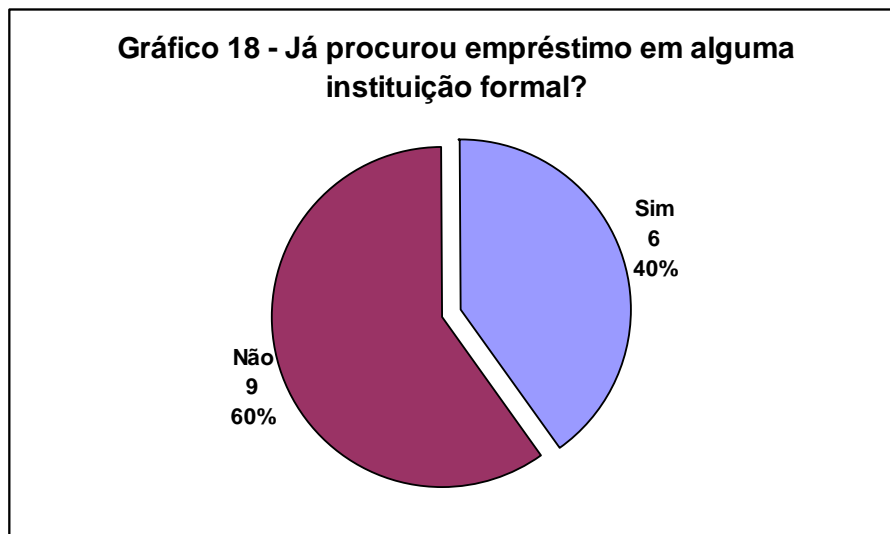
Ao contrário dos consumidores, que têm o atraente incentivo de poder comprar com descontos usando a moeda local, os comerciantes afirmaram que não obtém nenhum estímulo direto para tanto, alegando que o crescimento das vendas ainda não se concretizou. A expectativa de que isso ocorrerá, entretanto, é grande, sobretudo para os pequenos negócios, principalmente quando se observa que outros casos semelhantes, como o Banco Palmas, foram bem sucedidos neste propósito. Acreditamos, então, que para o amadurecimento deste processo é muito importante a ampliação da divulgação da moeda, pois foi detectada uma lacuna neste aspecto, gerada por limitação de tempo e de recursos.



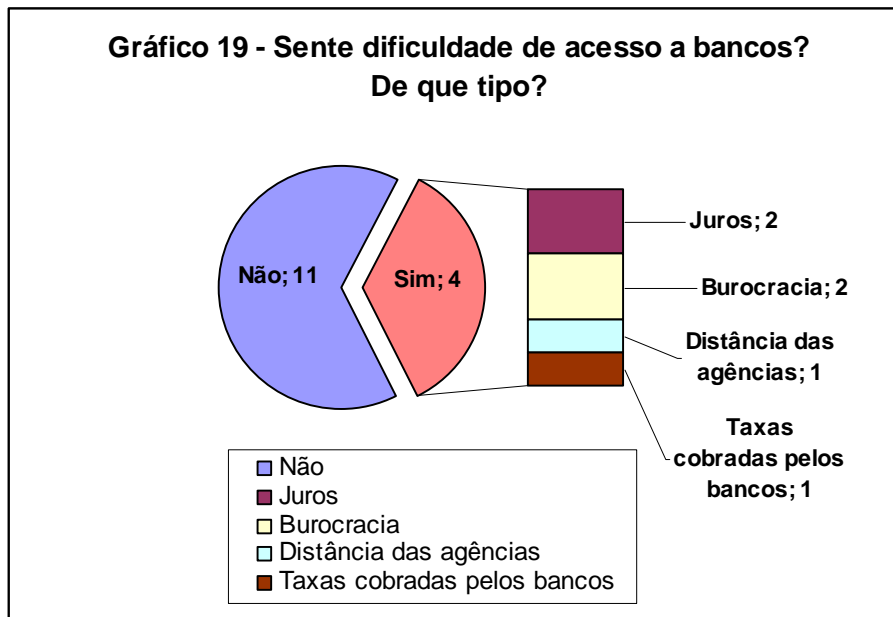
Sobre o vínculo com instituições financeiras formais (gráfico 17), 3 empreendimentos não o possuem, sendo dois deles atividades formais e um informal. Há um equilíbrio de uso entre bancos públicos e privados. Dos 12 empreendedores que mantêm relação com o sistema financeiro, 7 possuem conta corrente, 3 possuem, juntamente com conta corrente, aplicações em bancos, e 2 possuem conta poupança. Compreende-se, portanto, que apesar de ser relativamente menor o número de comerciantes que não usufruem do sistema financeiro, se comparado à situação dos consumidores, ainda assim o acesso não é sofisticado, limitando-se na maioria das vezes a serviços básicos como manutenção de conta.



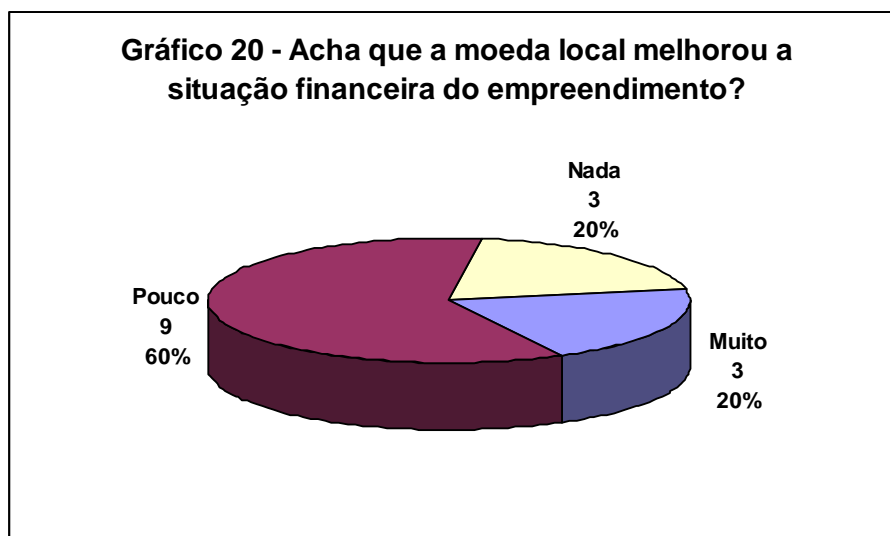
De acordo com o que se vê no gráfico 18, a maioria dos entrevistados nunca procurou empréstimo em instituições financeiras: 9 entre os 15, muitos demonstrando uma imagem negativa das instituições financeiras, como um serviço desnecessário e até mesmo prejudicial, ao justificar esta ausência de procura. Dos 6 que procuraram, todos tiveram seus pedidos aceitos. Vale acrescentar ainda que três dos empreendedores entrevistados já tomaram empréstimos no Banco Bem (modalidade de crédito produtivo).



A respeito das dificuldades percebidas no acesso bancário, conclui-se, pelas respostas compiladas no gráfico 19, que as pessoas ligadas a empreendimentos que recebem a moeda local não se sentem tão atingidas pela exclusão financeira quanto os consumidores: apenas quatro apontaram obstáculos, sendo os juros e a burocracia citados cada qual por dois respondentes. Os motivos distância física das agências e taxas de administração dos bancos tiveram uma menção cada um. Depreendemos daí, igualmente, que este quadro pode ser um caracterizador do fenômeno supracitado da auto-exclusão, uma vez que o sistema financeiro não é visto como uma possibilidade, tendo seus serviços pouco procurados por estes estabelecimentos.

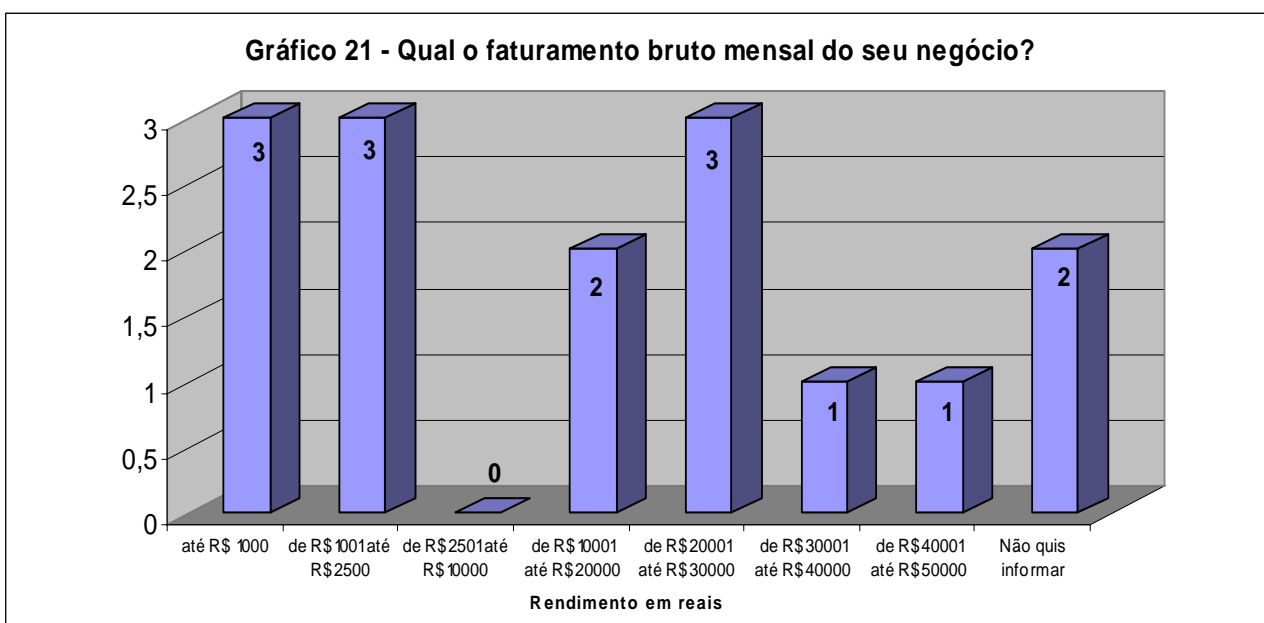


Outra diferença marcante com relação aos consumidores foi quanto à percepção de melhorias financeiras após a introdução da moeda Bem. Apenas 3 dos 15 entrevistados revelaram ter notado uma melhoria significativa, e todos eles são pequenos empreendimentos informais. Os outros 3 que afirmaram que a moeda nada melhorou são as pessoas donas ou gerentes dos estabelecimentos cadastrados que ainda não receberam nenhum comprador com a moeda local. Os demais acreditam que a melhoria foi pequena devido à circulação ainda restrita e de exíguo vulto que a moeda possui. Diagnosticamos uma vez mais a necessidade de ampliação do circuito da moeda local, aumentando tanto a quantidade de comerciantes cadastrados quanto de consumidores.



Quanto ao faturamento do negócio, dois interlocutores não quiseram informá-lo, e o restante apenas revelou o rendimento bruto. Observamos no gráfico 21 que existe uma variedade de tamanhos dos empreendimentos em termos de faixa de receitas. Há 6 faturamentos que vão até R\$ 2.500,00 e 7 que variam de R\$ 10.000,00 até R\$ 50.000,00. Novamente, os negócios informais se destacam entre os demais por suas respostas. Os três entrevistados que afirmaram faturar menos de R\$ 1.000,00 mensais são oriundos da informalidade. Nenhum dos respondentes soube informar qual a parcela de sua receita que é auferida na moeda Bem, por ser um acontecimento recente.

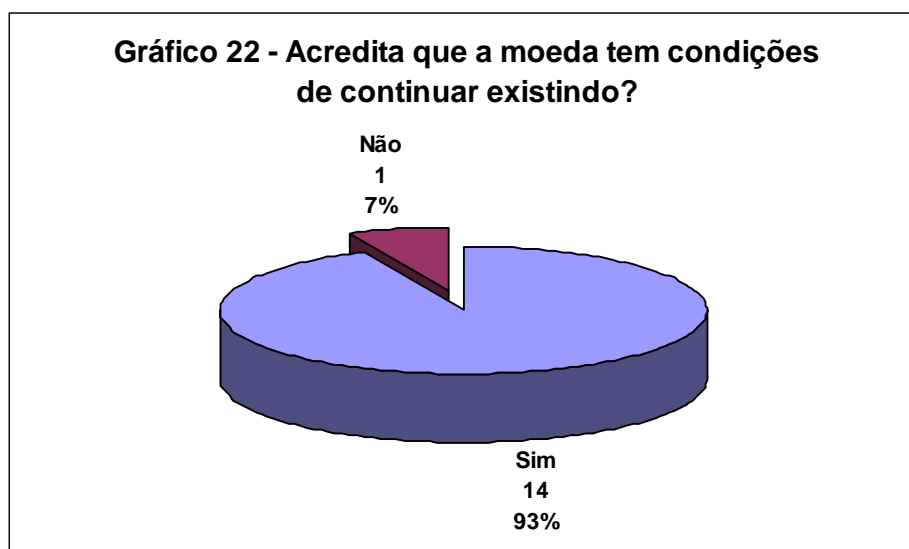
Por seu faturamento, poderiam ser consideradas microempresas 11 das 13 que responderam à pergunta, enquanto as outras 2 se enquadrariam na categoria de pequenas empresas⁴⁸. Associando esta constatação com o panorama de precariedade de acesso aos serviços financeiros, conclui-se que de fato a exclusão financeira está diretamente relacionada com agentes econômicos de pequeno porte, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.



Por fim, o gráfico 22 mostra as respostas à pergunta sobre a crença na continuidade da moeda local, assim como foi demandado na entrevista com os consumidores. Apenas

⁴⁸ O Estatuto da Micro e Pequena Empresa (MPE) considera micro aquela empresa com faturamento bruto anual de até R\$ 433.755,14 e pequena a empresa com faturamento bruto anual de até R\$ 2.133.222,00. Para conhecer outras definições de MPE, ver: http://www.sebrae.com.br/br/indicadoresdecompetitividade_mpe/microempresas.asp

um receptor da moeda Bem afirmou não acreditar que ela possa continuar existindo nos moldes atuais, de iniciativa da própria comunidade. Segundo ele, apenas se for um projeto criado e comandado pelo governo é possível o sucesso da moeda paralela. Demonstrou que considera irrelevante a importância dos aspectos locais e daqueles relacionados à edificação de capital social. Os demais se mostraram otimistas não só quanto à sua manutenção mas também quanto à ampliação da sua circulação.



Afinal, pudemos entender que há um enorme potencial a ser explorado pelo uso de uma moeda própria ao local. Detectamos como principal problema o fato de que a sua circulação é ainda restrita, e vimos que existem meios cabíveis de aumentá-la. Neste processo, insistimos, a publicidade é fundamental. Ao longo da visita aos bairros foi verificado que muitos moradores não conheciam ou não sabiam explicar como a moeda funciona, o mesmo ocorrendo entre os comerciantes, vendedores e produtores locais. Proporcionar campanhas educativas, voltadas para a familiarização com atividades relacionadas às finanças, seria também relevante para diminuir a (auto) exclusão financeira.

Outro evento de extrema importância será a efetivação do acordo já celebrado entre o Banco Bem e a CEF que possibilitará aos beneficiados com a Bolsa Família receber uma parte deste valor em Bens, caso queiram. Não foi possível obter precisamente o número de pessoas moradoras nos três bairros que desfrutam deste programa, mas a

coordenação confirmou que é uma quantidade expressiva, o que portanto fará uma enorme diferença para a ampliação do escopo da moeda local.

Do ponto de vista de uma pesquisa qualitativa, consideramos que o resultado obtido foi satisfatório. A intenção de compreender e descrever um fenômeno monetário local, fruto de um esforço de coesão social e com a finalidade de atenuar condições econômicas e financeiras desfavoráveis, foi almejada. Contudo, ao se tomar conhecimento de uma iniciativa inovadora como essa, é bastante possível que o espectador levante inúmeras outras questões, não só de cunho econômico mas também social e político. Com o intuito de atenuar, mesmo que superficialmente, esta lacuna, passamos ao último capítulo antes das considerações finais, que pontua alguns aspectos surgidos como indagação ao longo da concretização da pesquisa.

5 – Ainda Algumas Considerações Relevantes

*“Nos estreitos limites a que nos coagem
a gramática e a lei,
ainda nos podemos mexer”
Graciliano ramos*

Antes de encerrar este ensaio, entendemos que é preciso tocar em alguns aspectos passíveis de esclarecimento, retomando uma discussão teórica mas desta vez aliando às constatações conseguidas durante a pesquisa de campo. Trata-se de conjecturas sobre pontos ainda longe de consenso por parte da literatura aqui investigada. Primeiramente, há que se procurar uma interseção entre os SML e a Economia Solidária, pois existe sempre margem para dúvidas, principalmente quando se pesquisa sobre moedas paralelas no Brasil. O segundo tópico abordará a questão do posicionamento dos SML em relação ao sistema econômico e financeiro vigente. Por último, a relação entre SML e Estado é posta em debate.

5.1 Sistemas de Moeda Local e Economia Solidária

Acreditamos que é importante buscar a compreensão sobre quais as divergências e similitudes entre os conceitos de economia solidária e SML dado que, como já ficou claro, a concepção da moeda social no Brasil está intimamente ligada a este fenômeno, que nasceu de projetos que se auto definem como integrantes da economia solidária (ES). Assim define Euclides MANCE a ES:

“O tema economia solidária abarca significados diferentes, a depender da prática enfocada, não havendo um consenso. Está vinculado a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, promoção e desenvolvimento humano. De certo modo, esses aspectos compõem uma certa unidade, um campo comum de significação, mas nem sempre todas essas características estão presentes nas diversas práticas de economia solidária.” (MANCE, 2003, p. 73).

Diante de tal amplitude no trato deste assunto, abre-se espaço para posições dúbias quanto à interpretação do papel dos SML, principalmente por sua existência recente e pela diversidade de modelos já existentes. Por um lado, entende-se que a ES é um fenômeno advindo da reação à redefinição (ou melhor, diminuição) do papel do Estado, e foi nesta esteira que surgiram os SML. Para BERTUCCI (2005, p.41), ela engloba três características fundamentais:

- “1) Um empreendimento de ES é uma associação coletiva (formal ou informal) onde há socialização dos meios de produção; ou seja, não há hierarquia entre patrão e empregado, nem exploração do trabalho, pois todos são donos do negócio;
- 2) Há autogestão, quando as decisões técnicas e gerenciais são tomadas de forma coletiva, por meio de reuniões e assembleias. Deve haver participação ativa dos atores envolvidos e;
- 3) A ES não é uma associação a serviço somente de seus sócios, mas de toda a comunidade. Há um engajamento sobre questões políticas como o meio ambiente, o consumo ético, e a reprodução de novos valores sociais e culturais.”

Nestes termos, parece que os sistemas de moeda própria, sobretudo os LETS, possuem, grosso modo, tais características, mesmo se nos limitamos a pensar no “tipo ideal”. É exatamente nestes moldes que também se inserem as iniciativas dos grupos produtivos da Associação Ateliê de Idéias, dos moradores dos bairros de Vitória acima analisados, responsáveis pela adoção da moeda paralela Bem. Outrossim, esta concepção está de acordo com AMIM *et al* (2003), segundo quem as experiências dos LETS são parte do que denominam “economia social”:

“In practice the social economy comprises a huge variety of organizational forms including, for example, co-operatives, charities, companies limited by guarantee, credit unions, Local Exchange Trading Systems (LETS), voluntary organizations, tenants and residents groups, community associations, faith-based organizations, ethnic minority groups and all manner of informal social groupings.” (op.cit., p. 34)⁴⁹.

Ao mesmo tempo, estes autores chamam atenção para a definição da economia social, que diz respeito a iniciativas que se distanciam tanto do mercado quanto do Estado, e acreditam ser precipitado apresentar estas iniciativas, também chamadas de “terceiro setor”, como uma alternativa robusta ao “*mainstream*”, ou seja, ao setor dirigido pela busca de lucros. Em pesquisa ainda em andamento, os mesmos autores apontam para a inconstância de empreendimentos de economia social bem sucedidos existentes na Europa: mais de 80 % deles vão à falência antes de completar dois anos de atividade (AMIM *et al*, 2006).

⁴⁹ “Na prática, a economia social compreende uma grande variedade de formas organizacionais, incluindo, por exemplo, cooperativas, caridades, companhias limitadas por garantia, uniões de crédito, LETS, organizações voluntárias, grupos de moradores ou proprietários, associações comunitárias, organizações religiosas, grupos de etnias minoritárias e todas as maneiras de grupos sociais informais”. (Tradução nossa).

Por outro lado, a visão que exprime LAACHER (1999) é de que, enquanto a economia solidária se caracteriza pela tentativa de transformar as bases das relações sociais e econômicas, os sistemas de troca local são apenas uma tentativa de mudar o curso “natural” da moeda, que é o de circular livremente pelo espaço. Ele enfatiza o caráter liberal dos LETS, que reproduzem da economia de mercado a autonomia no estabelecimento de preços, se diferenciando somente por dar mais oportunidade à valorização da qualidade e do serviço das pessoas. A relação entre os membros é liberal porém pessoal, íntima, já que ocorre localmente.

De fato, ao observarmos a prática, principalmente o caso das moedas sociais, analisado neste trabalho, o que se verifica é que a moeda local conserva a dinâmica do dinheiro convencional, o que não sugere rompimento com as práticas do capitalismo. De todo modo, a idéia se insere em um contexto mais amplo de economia solidária, sendo apenas um dos pontos de um projeto mais abrangente, que inclui atividades cooperativas e de repartição igualitária dos ganhos. SILVA JR. (2004) fez um estudo de caso sobre o Banco Palmas e identificou uma convivência entre duas lógicas contraditórias: a mercantil e a solidária. Concluiu que na verdade este sistema aceita a lógica mercantil, buscando apenas relativizá-la, idéia com a qual estamos de acordo. Esta contradição foi corroborada pelos dois coordenadores entrevistados, o do Banco Terra e a do Banco Bem, que quando perguntados sobre o papel da moeda, se complementar ou opositora, defenderam que, apesar de inserida em algo que pretende ser um programa de implantação de economia solidária, não apresenta caráter oponente. Neste ponto, é possível avançar para o próximo tópico que é digno de esclarecimentos.

5.2 Oposição ou Complementariedade?

Este tópico está diretamente afeto ao anterior, visto que também está no bojo de uma discussão sobre capitalismo e resistência. Retomamos aqui as definições de FULLER & JONAS (2003) sobre “espaços econômicos alternativos”, apresentada no tópico 2.1, para procurar uma resposta sobre o enquadramento dos SML: seriam alternativas opositoras, suplementares ou substitutas?

LEYSHON (2003) acredita que a efetividade dos SML como alternativas ao sistema financeiro ‘*mainstream*’ é restrita exatamente por seu caráter local: “(...) *promoting*

*local self-help in an environment of uneven development contains within it a chronic weakness. Such initiatives will simply result in the poor controlling their own poverty while the rich more affluent from the fruits of their riches.”*⁵⁰ (*op.cit.*, p. 444). Segundo este autor, para receber o status de ‘alternativa’ seria necessário expandir as características próprias a este sistema em níveis territoriais mais amplos. Se assim fosse, todavia, acreditamos que os SML perderiam seu sentido mais fundamental, que é o de oferecer aos locais maior potencialidade de dirigir sua economia. Para evitar que o controle seja meramente da própria pobreza, ações no sentido de incrementar o capital social do local são profícuas, tema que será levantado no tópico seguinte.

Estudos demonstram ainda que estes sistemas não devem ser vistos como desafiadores à hegemonia capitalista, e sim como uma forma paralela e complementar de organização social e econômica. Ao invés do confronto, reinventa-se o local dentro do global (PURDUE *et al*, 1997). Mesmo quando há o objetivo de se distanciar da organização social dominante, o que ocorre em muitos LETS constituídos em países desenvolvidos, não existe enfrentamento, existe um movimento social que busca uma forma alternativa de vida política e econômica. LIEATER (2001) defende que as moedas complementares podem ser muito úteis para amenizar problemas latentes do sistema monetário convencional, como a criação de oportunidades de trabalho, reativação do senso comunitário e alinhamento entre objetivos financeiros de curto prazo (imediatismo da necessidade de trocas) e sustentabilidade de longo prazo (desenvolvimento econômico e social para todos).

Acreditamos que os SML não devem ser vistos como uma panacéia, mas exclusivamente como um instrumento inovador que promove o poder local, mesmo com todas suas limitações. No tocante ao nosso objeto específico, qual seja, as moedas locais associadas aos bancos comunitários, julgamos ser possível concluir que se trata de uma conjunção de alternativas ao mesmo tempo suplementares e substitutas, posto que oferece uma opção diferente da hegemônica, sem desafiar a ordem capitalista, e ocupa os espaços vazios que o sistema tradicional, em particular o financeiro, não é capaz de ou não se interessa em atuar.

⁵⁰ “(...) o ato de promover auto ajuda local em um ambiente de desenvolvimento desigual encerra em si uma fraqueza crônica. Tais iniciativas simplesmente terão como resultado os pobres controlando sua própria pobreza, enquanto os ricos serão mais afluentes dos frutos de sua riqueza.” (Tradução nossa).

5.3 SML e o Estado

De acordo com AMIN *et al* (2006), é importante notar que a maioria das experiências de SML tem se mostrado independente tanto do mercado quanto do Estado, o que implica que não é possível generalizar a sua aplicação como um instrumento de política através da simples injeção de recursos no local. Acredita-se que os SML não podem ser considerados substitutos de políticas públicas de desenvolvimento econômico ou de provisão de bem estar social. Devem ser encarados como uma ação adicional e integrada a outras políticas (ALDRIDGE *et al*, 1999).

É preciso atentar-se às nuances e especificidades de fatores locais que levam ao sucesso ou ao fracasso de fenômenos como estes, o que de certa forma foi apontado no estudo de caso. Vale situar uma discussão feita por SCHULLER *et al* (2000) sobre prescrição de políticas para incremento de capital social:

*“If bottom-up community development generates social capital and therefore social cohesion, how should policy-makers up at the top intervene without infringing the very principle that this represents? (...) There is no evident consensus on the kinds of policies which flow across the board from adopting a social capital perspective, although the World Bank is exploring these actively in various corners of the world, and Putnam himself is directly addressing practical issues in a number of American cities (...).”*⁵¹(p. 37).

Antagonicamente, SZRETER (2000) alerta para a visão pueril, de cunho liberal, que tende a discriminar o Estado como um “inimigo” do capital social, por sufocar associações voluntárias. Como o próprio autor atesta em sua revisão histórica, o governo britânico foi capaz tanto de contribuir para a construção de capital social com sua atividade ou mesmo arruiná-lo com a sua inatividade. É neste escopo que é construído o argumento aqui, em que defendemos o papel do Estado de modo a atuar não controlando o sistema mas o suportando. De fato, ao observar o surgimento de moedas locais no Brasil, fica nítido que foram práticas completamente espontâneas, surgidas no interior das comunidades e por iniciativa própria, sem qualquer intervenção governamental. Apenas

⁵¹ “Se o desenvolvimento de comunidades vindo de baixo pra cima gera capital social e consequentemente coesão social, como podem os formuladores de políticas intervirem do topo sem infringir o princípio que isso representa? (...) Não há consenso evidente sobre os tipos de políticas que adotam a perspectiva do capital social, embora o Banco Mundial esteja explorando ativamente estas políticas em vários cantos do mundo, e o próprio Putnam esteja discursando sobre questões práticas em muitas cidades americanas (...).” (Tradução nossa).

num segundo momento é que o Estado é demandado para ajudar a manter o funcionamento do sistema ou para expandi-lo.

Quanto à legalidade dos SML, LIEATER (2001) recorda que a maioria dos países não possui legislação que impeça a existência de um acordo comunitário para o uso de um meio de troca próprio. O que há é a definição do monopólio legal da moeda corrente sob supervisão dos bancos centrais, o que segundo o autor significa em termos pragmáticos que não se pode forçar ninguém a usar qualquer tipo de meio de pagamento que não seja o oficial para o pagamento de dívidas, taxas e impostos.

Analogamente, uma delicada questão concerne à tributação das trocas realizadas com a moeda paralela. No caso dos LETS, existe uma grande controvérsia pois alguns acusam a iniciativa de ter como principal objetivo escapar dos impostos, já que não se tem controle governamental sobre o valor circulado em moeda não-convencional. Nos Estados Unidos, transações com *Time Dollars* se tornaram isentas de taxaço por sua finalidade social (LIEATER, 2001). PACIONE (1997) alerta que se houver crescimento dos ganhos econômicos dos LETS, a tendência é que haja conflito com o sistema financeiro estatal. Este é mais um motivo que reforça a opinião aqui defendida sobre a prioridade que se deve dar ao caráter local destes sistemas. Ampliá-los é aumentar as possibilidades de minar os benefícios que geram. No caso brasileiro examinado neste estudo, esta polêmica não tem relevância uma vez que as trocas com moeda local se inserem na circulação da moeda oficial e não rivaliza com ela, principalmente por causa do lastro.

Outro ponto ainda em discussão é o risco de que o Estado veja estes sistemas de moeda própria como substitutos de benefícios sociais que ele próprio precisa garantir, tendo assim uma inclinação a retirar benefícios como seguro desemprego de quem utiliza moeda paralela. Isto já tem estado na pauta do debate sobre os LETS na Inglaterra. Alguns avanços já foram alcançados em certos países. Uma lei australiana de 1995 impede que sejam taxados ou desamparados do seguro desemprego os desempregados que participem de um LETS, mas desde que declarem que continuam procurando emprego e não fazem das trocas dentro do sistema sua forma de sustento permanente (WILLIAMS, 1997).

LIEATER (2001) aprecia que há três tipos de reação dos bancos centrais com relação às moedas paralelas e locais. Mais comumente, existe o completo desinteresse por parte das autoridades monetárias, seja por desconhecimento ou porque as consideram irrelevante. Outros bancos centrais reagem com proibição, como foi o caso das primeiras experiências de moedas complementares na Alemanha e Áustria, o que foi descrito no capítulo 3 quando tratamos dos antecedentes aos SML. O terceiro tipo de reação é a aceitação e o suporte, caso da Nova Zelândia, Austrália e Japão.

No Brasil, começa a crescer o interesse do Estado pelas moedas sociais. Além de já termos visto que o Banco Central do Brasil declarou que permite a existência destas moedas, recentemente, em matéria no jornal O Globo, afirma-se que o Ministério do Trabalho e Emprego pretende apoiar a implantação de bancos comunitários no Brasil, dando primazia aos locais de grande incidência de pessoas beneficiárias do programa Bolsa Família, para poder gerar renda e assim transferir o benefício para outros mais necessitados (DUARTE, 2006). Não obstante, o acordo realizado entre o Banco Bem e a Caixa Econômica Federal, que permite o pagamento de parte do valor da Bolsa Família em moeda Bem, é um sinal de que a cooperação entre o Estado e os SML tende a ser a opção brasileira.

Quanto ao temor de que o governo perca o controle da oferta de dinheiro, julgamos ser infundado exatamente, e mais uma vez, pelo caráter local dos SML. O volume de transações é ínfimo em relação às transações monetárias nacionais. Ademais, especialmente nos SML brasileiros analisados, este controle foi almejado através da exigência de lastro completo, como já se viu. Ligada a este tema está a suposição de que moedas paralelas à oficial podem gerar inflação. Na circulação da moeda nos moldes dos bancos comunitários, antes de mais nada, uma vez mais o lastro é a principal justificativa para refutar a hipótese de pressões inflacionárias. Mesmo sem este recurso, contudo, não parece plausível ocorrer, mormente em locais economicamente deprimidos, inflação por força de excesso de demanda, caso se argumente que o oferecimento de descontos nas compras em moeda local gere aumento na demanda. Quanto aos LETS, LIEATER (2001) alega que não é factível existir inflação se a todo crédito corresponde um débito, o que quer dizer, tal explanado no capítulo 3, que o

saldo em moeda paralela nestes sistemas, se são bem organizados, é nulo, e o valor das moedas se mantém preservado.

Inferimos de toda essa discussão que o envolvimento com o setor público depende sobretudo dos objetivos de cada SML, que como se observou acima, variam enormemente de caso a caso. SCHROEDER (2002) lembra que muitos LETS são resistentes à interferência estatal por temer uma perda de autonomia. Isto é compreensível quando se tem em conta que estes são sistemas organizados para serem auto-sustentáveis, o que é engendrado através das regras estabelecidas e da cobrança de taxas de manutenção. Em outros tipos de SML, no entanto, seu caráter fortemente compensatório ou sua atuação restrita pela falta de regulamentação sugerem o amparo de instituições públicas, como ocorre com as moedas sociais, foco do trabalho de campo aqui realizado.

6 – Notas Conclusivas

*“A espantosa realidade das coisas
É a minha descoberta de todos os dias.
Cada coisa é o que é,
E é difícil explicar a alguém o quanto isso me alegra,
E quanto isso me basta”*
Fernando Pessoa

Esta dissertação tratou de um tema ainda bastante incomum no meio acadêmico, desconhecido por alguns e considerado irrelevante para outros. De modo geral, a teoria econômica caminha da teoria para a prática, o que muitas vezes se mostra equivocado devido às limitações que os modelos impõem à realidade. Aqui, a situação é inversa: é a prática que impera, o que foi comprovado com o descobrimento de uma enorme diversidade de experiências existentes em todo o mundo, que proliferam a despeito do desconhecimento por grande parte da academia. Buscamos, então, mesmo que de forma exploratória e embrionária, descobrir de que forma a teoria poderia ser útil para esclarecer este fenômeno.

Ao estudar a existência de moedas paralelas às convencionais e limitadas no espaço, num mundo cada vez mais global, fica evidenciada uma prática de resistência à imposição de valores e normas externos e alheios à realidade do local. A tentativa de recuperação da capacidade de tomar decisões, como observamos no nosso caso, parte exatamente dos estratos mais prejudicados pelo avanço do capitalismo e seu rompimento de fronteiras. A decisão de usar uma moeda alternativa para comprar algo produzido internamente ou vendido na economia local é um ato de proteção frente a economias externas mais poderosas. Vimos também que não se trata de desconexão do sistema monetário formal, nem de tentativa de obtenção de soberania territorial.

Com a finalidade de sistematizar este fenômeno tão diverso, BLANC (2002) estabelece quatro principais racionalidades do que ele chama de “localismo monetário”, que entendemos ser o equivalente ao que foi definido aqui como Sistemas de Moeda Local: i) aqueles que visam a captação de lucros, dentre os quais podemos enquadrar os clubes empresariais supracitados; ii) os que buscam transformar a natureza das trocas, objetivo dos *Time Dollars*; iii) os que procuram a dinamização da atividade local, tais como os LETS; e iv) os que têm como finalidade a proteção do espaço econômico.

Normalmente, os SML não se enquadram puramente em apenas uma destas definições; antes, são uma composição de duas ou mais destas racionalidades. Entendemos que a moeda comunitária estudada com mais afinco neste trabalho atende mormente aos dois últimos propósitos: dinamização e proteção locais.

Indubtavelmente, o principal benefício do uso da moeda local no modelo que os bancos comunitários estipularam no Brasil é a manutenção da riqueza no local, ou melhor, a diminuição dos vazamentos e a conseqüente valorização da atividade econômica que se realiza na região. Como salienta DELILLE (2004), a concorrência com as grandes redes de comercialização e produção é muitas vezes desleal e deletéria, e neste contexto as moedas locais criam um mercado privilegiado onde predominam as preferências coletivas, criadas a partir da informação que estas moedas carregam sobre o potencial de desenvolvimento local e a importância da consciência no momento do consumo. Certamente, estas idéias foram corroboradas durante o estudo de caso, quando percebemos o quanto os usuários da moeda estavam cientes de que isso tinha como finalidade a melhoria da situação econômica e social do lugar onde habitavam.

Entre os problemas encontrados, destacam-se dois, considerados de maior relevância: a fragilidade da coesão social, que ameaça o sucesso das moedas locais, e a mal compreensão por parte do Estado, quando se sente ameaçado por esta criação. Para ambos, uma solução é a divulgação. O capital social precisa estar constantemente em processo de renovação, e o consentimento do Estado, mesmo que não necessariamente ativo em apoio, é peça fundamental.

Indispensável realçar, novamente, que não é a simples introdução de uma moeda local capaz de garantir por si só o desenvolvimento local, como lembra SILVA (2005). Também não é seguro concluir que as moedas locais têm o poder de eliminar a exclusão financeira. O que se intencionou foi tão somente apontar para a estreita relação entre estas duas características e mostrar que a criação de uma moeda própria se revela um instrumento criativo e proativo de comunidades que buscam amenizar suas privações. Esperamos ter esclarecido ao longo dos capítulos quão diversa é a ocorrência de moedas paralelas e quão relacionados estão estes fenômenos com as características de cada

lugar. Além disso, o desenvolvimento parece estar antes relacionado ao poder de mobilização de comunidades carentes do que à mera aplicação de projetos.

À guisa de conclusão, acreditamos ser cabível afirmar que a finalidade proposta, de associar a exclusão financeira com o surgimento das moedas locais, foi alcançada tanto teórica quanto pragmaticamente. O ensejo de mensurar numericamente os impactos da implantação de uma moeda em um local sujeito à exclusão, não só financeira mas também social e econômica, surgirá depois de passada a fase infante destes projetos. Não obstante, atentamos para a importância de se realizarem estudos de caso comparativos, inclusive em nível internacional, para consolidar uma sistematização, além de estudos de acompanhamento das experiências por um período de tempo maior. Se a ambição deste trabalho, que foi a de despertar o interesse acadêmico pelo assunto, for alcançada, esperamos que a pesquisa se desenvolva e possibilite uma análise mais abrangente, objetiva e concludente.

7 – Referências Bibliográficas

ALBAGLI, S. **Globalização e espacialidade: o novo papel do local.** In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. *Globalização e inovação localizada: experiências e sistemas locais no Mercosul.* Brasília: IBICT, 1999. p. 181-199

ALDRIDGE, T.; LEE, R.; LEYSHON, A.; THRIFT, N.; TOOKE, J.; WILLIAMS, C. (). **Evaluating LETS as a means of tackling social exclusion and cohesion.** , 1999 (ESRC Project Report). Disponível em: <<http://www.appropriate-economics.org/materials/evaluatinglets.html>>

AMADO, Adriana. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. **Estudos Econômicos**, v. 27, n. 3, p. 417-440, set. /dez. 1997.

AMIM, A. **Regional policy in a global economy.** 2006. (Paper for presentation at the International Seminar 'Comparing Regional Brasilia, 23 March 2006) Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/seminario/Brazil2006.pdf>> Acesso em: abril 2006.

AMIM, A.; CAMERON, A.; HUDSON, R. **Constructing the social economy through local community initiatives?** Durham, Eng. : University of Durham, Economic & Social Research Council, 2006. Disponível em: <<http://www.dur.ac.uk/~dgg0http://www6/index.htm>> Acesso em: mar/2006.

AMIM, A.; CAMERON, A.; HUDSON, R. The alterity of the social economy. In: LEYSHON, A.; LEE, R.; WILLIAMS, C. C. (Eds.). **Alternative economic spaces.** London: Sage, 2003, p. 27-54.

AMIM, A.; THIRFT, N. **Globalization, institutions and regional development in Europe.** Oxford: Oxford University, 1994. Cap. 1, Living in the global. p. 1-22.

BACEN. **Relatório de inflação.** Junho 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/reinf/port/2006/06/ri200606b2p.pdf>> Acesso em: jul/2006.

BACEN. **SISBACEN: Sistema de Informações do Banco Central.** 2006a <<http://www.bacen.gov.br/?SISBACEN>> Acesso em: out/2006.

BARONE, F. M.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65p.

BERTUCCI, J. O. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte.** 2005. 118 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/economia/dissertacoes/2005/Jonas_de_Oliveira%20Bertucci.pdf> Acesso em: maio 2006.

BLANC, J. Les monnaies parallèles, une composante normale des usages monétaires. **Transversales Science Culture**, n. 58, juil. /août 1999. Disponível em: <http://lefi.ish-lyon.cnrs.fr/membres/jblanc_0.htm>

BLANC, J. Formes et rationalités du localisme monétaire. **L'actualité économique**, v. 78, n. 3, p. 347-369, sept. 2002. Disponível em: <http://money.socioeco.org/documents/125pdf_Blanc2.pdf>. Acesso em: dez/2006.

BOWRING, F. LETS: An Eco-Socialist Initiative? **New Left Review**, n. 232, p. 91-111. Nov. /Dec. 1998.

BÚRIGO, F. L. **Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária**. Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://www.ifil.org/rcs/biblioteca/burigo.htm>>

CAHN, E. On LETS and Time Dollars. **International Journal of Community Currency Research**, Washington, v. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.le.ac.uk/ulmc/ijccr/vol4-6/5no2.htm>>

CALDWELL, C. Why do people join local exchange trading systems?. **International Journal of Community Currency Research**, Luton, v. 4, 2000. Disponível em: <<http://www.uea.ac.uk/env/ijccr/vol4/4no1.htm>>

CARVALHO, F. C de. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 4, p. 5-21, out/dez. 1986.

CARVALHO, F. C de; SOUZA, F. E.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; STUDART, R. **Economia monetária e financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 454p.

CARVALHO, F. C de. A Economia keynesiana e a moeda na economia moderna. In: CROCCO, M.; JAYME JR. , F. G. (Orgs.). **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 29-38.

CATO, M. S. Argentina in the red: what can the UK's regional economies learn from the Argentinian banking crisis? **International Journal of Community Currency Research**, Aberystwyth, UK, v. 10, p. 43-55. 2006. Disponível em: <<http://www.le.ac.uk/ulmc/ijccr/vol7-10/ijccr%2010no5.pdf>>. Acesso em: set/2006.

CHICK, V. Bancos e regiões: algumas lições da experiência européia. In: CROCCO, M.; JAYME JR. , F. G. (Orgs.). **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 79-90.

CONTI, S.; GIACCARIA, P. **Local development and competitiveness**. Dordrecht: Kluwer Academic, 2001. Cap. 10: A story still to be told.

CROCCO, M. O financiamento do desenvolvimento regional no brasil: diagnósticos e propostas. In: SICSÚ, J.; OREIRO, J.L.; PAULA, L.F. (Orgs.) **Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços**. Barueri, SP: Manole: Konrad Adenauer Stiftung, 2003. p. 295-329.

CROCCO, M.; JAYME JR., F. G. (Orgs.) **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Introdução, p. 11-26.

DELILLE, Pascale. **Systèmes d'échanges et systèmes monétaires complémentaires**. Londres: Chantier monnaies sociales, Alliance 21, 2004. Disponível em: <http://intersel.apinc.org/article.php3?id_article=506>. Acesso em: nov. 2006.

DeMEULENAERE, S. Yearly report of the worldwide database of complementary currency systems. 2005. **International Journal of Community Currency Research**, v. 10, p. 8-17, 2006. Disponível em: <<http://www.le.ac.uk/ulmc/ijccr/vol7-10/ijccr%2010no2.pdf>>.

DICKEN, P.; PECK, J.; TICKELL, A. Unpacking the global. In: LEE, R.; WILLS, J. **Geographies of economies**. London: Arnold, 1997, Cap. 20, p. 158-166.

DOW, S. C. **Money and the economic process**. Aldershot: Edward Elgar, 1993. 219 p.

DOW, S. C. Stages of banking development and the spatial development of financial systems. In: MARTIN, R. (Ed.). **Money and the space economy**. London: Wiley, 1999. p. 31-48.

DUARTE, P. A gente não quer só real: oito moedas sociais já circulam em comunidades pobres do país. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro: 03 de setembro de 2006.

FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. União monetária no Mercosul: uma avaliação crítica. In: CROCCO, M.; JAYME JR., F. G. (Orgs.). **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 133-144.

FERREIRA, A. L.; KAYANO, J.; ALMEIDA, M. A.; PETRUCCI, V. A. Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida. **Revista Polis**, n. 21, 1995. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/obras/arquivo51.pdf>> Acesso em: dez/2006.

FULLER, D.; JONAS, A. Alternative financial spaces. In: LEYSHON, A.; LEE, R.; WILLIAMS, C. C. (Eds.). **Alternative economic spaces**. London: Sage, 2003. p. 55-73.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, Nov. 1985.

HARVEY, D. **The urbanization of capital**. Oxford: Johns Hopkins University, 1985. 259p.

HIROTA, Y. **Community currencies in Japan**. 2003. Disponível em: <<http://www3.plala.or.jp/mig/>>. Acesso em: ago/2006.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios 2004**. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=763&id_pagina=1> Acesso em: dez/2006.

JACKSON, M. The problem of over accumulation: examining and theorizing the structural form of LETS. **International Journal of Community Currency Research**, Bendigo, Austrália, v. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.geog.le.ac.uk/ijccr/>>

JACOBS, J. **Cities and the wealth of nations: principles of economic life**. New York: Random House, 1984. 257 p.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 328 p.

KUMAR, A. (Coord.) **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Rio de Janeiro: IPEA, Banco Mundial, 2004. 628 p.

LAACHER, S. Nouvelles formes de sociabilité ou les limites d'une utopie politique: l'exemple des systèmes d'échange local. **International Journal of Community Currency Research**, Paris, França, v. 3, 1999. Disponível em: <<http://www.geog.le.ac.uk/ijccr/>>

LEE, R. Moral money? LETS and the social construction of local economic geographies in Southeast England. **Environment and Planning A**, v. 28, n. 8, p. 1377-1394, 1996.

LEE, R. Local money: geographies of autonomy and resistance? In: MARTIN, R. **Money and space economy**. New York: Wiley & Sons, 1999. p. 207-224.

LEVINE, R. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of Economic Literature**. v. 35, n. 2, p. 688-726, Jun. 1997.

LEVITT, Kari Polanyi. Reclaiming policy space for equitable economic development. **Post-Autistic Economics Review**, Ottawa, Canada, n. 38, Jul. 2006. Disponível em: <<http://www.paecon.net/PAERreview/issue38/Levitt38.htm>>

LEYSHON, A. Money and finance. In: SHEPPARD, E.; BARNES, T. **A Companion to economic geography**. Cornwall, UK: Blackwell, 2003. Cap. 26, p. 432-449.

LEYSHON, A.; LEE, R. Introduction: alternative economic geographies In: LEYSHON, A.; LEE, R.; WILLIAMS, C. C. (Eds.). **Alternative economic spaces**. London: Sage, 2003, p. 1-26.

LEYSHON, A.; THRIFT, N. Financial exclusion and the shifting boundaries of the financial system. **Environment and Planning A**, v. 28, n. 7, p. 1150-1156, July 1996.

LEYSHON, A.; THRIFT, N. **Money/space: geographies of monetary transformation**. London: Routledge, 1997. 424 p.

LI, W.; ZHOU, Y.; DYMSKI, G.; CHEE, M. Banking on social capital in the era of globalization: Chinese ethno banks in "Los Angeles. **Environment and Planning A**, v. 33, n. 11, p. 1923-1948, 2001.

LIEATER, B. **The future of money: creating new wealth, work and a wiser world**. London: Century, 2001. 382 p.

LINTON, M.; SOUTAR, A. **The LETSystem design manual**. Courtenay, CA: Landsman Community. 1994. Disponível em: <<http://gmlets.u-net.com/design/home.html>>. Acesso em: fev/2006.

LOPEZLLERA-MENDEZ, L.; DEMEULENAERE, S. Towards an economy in the hand ok the people: the tianguis tlaloc local currency system in Mexico. **International Journal of Community Currency Research**, México, v. 4, 2000. Disponível em: <<http://www.geog.le.ac.uk/ijccr/>>

MANCE, E. Redes de economia solidária. In: ECONOMIA solidária: desafios para um novo tempo. Salvador: FLEM, 2003. p. 71-82. (Cadernos FLEM; 5)

MARTIN, R. (Ed). **Money and the space economy**. London: Wiley, 1999. 337 p. Introduction.

MAZZEI, B. B.; ROCHA, E. E. Novas formas de relação entre o público e o privado: a economia solidária como possibilidade. ENCONTRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: DESENVOLVIMENTO LOCAL, TRABALHO E AUTONOMIA, 3, 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publica%C3%A7%C3%B5es/III%20Encontro/arquivos%20III%20Encontro/Des-1.htm>>. Acesso em: nov/2006.

MELO NETO, J.J. **Banco Palmas**: uma prática de socioeconomia solidária. (Ágora XXI/Banco Palmas.). Quito, Equador: Programa de gestão urbana UN/Habitat, mai. 2003. 39 p.

MELO NETO, João Joaquim de; MAGALHÃES, Sandra. **O poder do circulante local**: a moeda social no conjunto palmeira. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005.

MENEZES, M. S.; CROCCO, M. Avaliação das condições de financiamento do desenvolvimento regional no Brasil: notas preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11, 2005, Salvador, BA: **Planejamento, soberania e solidariedade** : perspectivas para o território e a cidade. Salvador: ANPUR, 2005. (Disponível em CD-ROM)

MUNDELL, R. A. **International economics**. New York: Macmillan, 1968. p. 177-186.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1-5, 1996.

NORTH, P. Exploring the politics of social movements through 'sociological intervention': a case study of local exchange trading schemes. **Sociological Review**, v. 46, n. 3, p. 564-582, 1998.

NUNES, R. E. S. A nova economia das Redes Solidárias. **Jornal dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro**, ago. 2001, 4 p. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/ruth_redesolidarias.pdf>

PACIONE, M. Local exchange trading systems as a response to the globalization of capitalism. **Urban Studies**, v. 34, n. 8, p. 1179-1199, 1997.

PACIONE, M. The other side of the coin: local currency as a response to the globalization of capital. **Regional Studies**, v. 33, n. 1, p. 63-72, 1999.

PACS - Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. **Moeda social e trocas solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras**. Rio de Janeiro: PACS, 2005. 92p. (Série Semeando Sócioeconomia, 8).

PARR, J.; BUDD, L. Financial services and the urban system: an exploration. **Urban Studies**. v. 37, n. 3, p. 593-610, 2000.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2000**. 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: out/2006.

PRIMAVERA, H. Riqueza, dinero y poder: el efímero “milagro argentino” de las redes de trueque. In: HINTZE, S. (Org). **Redes de trueque y economia solidária**. Sarmiento, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/libreria/sh-trueque/6.7.htm>>. Acesso em: ago. 2006.

PURDUE, D.; DURRSCHMIDT, J.; JOWERS, P.; O'DOHERTY, R. DIY Culture and extended milieux: lets, veggie boxes and festivals. **Sociological Review**, v. 45, n. 4, p. 645-667. 1997.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 257 p. Cap. 6: Capital social e desempenho institucional.

RAJAN, R. Separate and unequal. **Finance and development**, New York, v. 43, n. 1, p. 56-57, Mar. 2006.

RBC. Rede de Bancos Comunitários. **Banco comunitário: serviços financeiros solidários em rede**. Fortaleza : Instituto Palmas, 2006.

SANTOS, C. A. (Org) **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**. 2. ed. Brasília: Sebrae, 2004. 191p.

SCHRAVEN, J. The economics of local exchange and trading systems: a theoretical perspective. **International Journal of Community Currency Research**, Oxford, UK, v. 4, 2000. Disponível em: <<http://www.geog.le.ac.uk/ijccr/>>.

SCHRAVEN, J. Mutual credit systems and the commons problem: why community currency systems such as lets need not collapse under opportunistic behaviour. **International Journal of Community Currency Research**, Oxford, UK, v. 5, 2001a. Disponível em: <<http://www.geog.le.ac.uk/ijccr/>>

SCHRAVEN, J. **The economics of community currencies: a theoretical perspective**. Honours Thesis, Oxford University. 2001b Disponível em: <<http://www.jorim.nl/economicscommunitycurrencies.html>> Acesso em: maio 2006.

SCHROEDER, R. F. H. Talent Tauschring Hannover (TTH): experiences of a German lets and the relevance of theoretical reflections. **International Journal of Community Currency Research**, Hannover, AL, v 6, 2002. Disponível em: <<http://www.geog.le.ac.uk/ijccr/>>

SCHULLER, T.; BARON, S.; FIELD, J. Social capital: a review and critique. In: BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. (Eds.) **Social capital: critical perspectives**. New York: Oxford University, 2000. Cap. 1, p. 1-38.

SENAES. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.

SEYFANG, G. Tackling social exclusion with community currencies: learning from LETS to time banks. **International Journal of Community Currency Research**, Norwich, v. 6, 2002. Disponível em: <<http://www.geog.le.ac.uk/ijccr>> Acesso em: fev. 2006.

SICSÚ, J.;CROCCO, M. Em busca de uma teoria de localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia**, Niterói,v. 4, n. 1, p. 85-112. 2003.

SILVA, Janaína Carneiro. **Rubem Berta's complementary currency: an evaluation of the initial stage of the experience of a southern Brazilian local community on implementing its own complementary currency**. 2005. 57 f. Dissertação (Mestrado) - Westminster Business School, University of Westminster, 2005. Disponível em: <<http://www.strohalm.net/en/reportRB.html>>. Acesso em: nov/2006.

SILVA JR. , Jeová Torres. **Gestão, fato associativo e economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas**. 2005. 96 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia.

SINGER, P. Clubs de troc et economie solidaire. Buenos Aires. **Trueque**, v. 2, n. 3, p. 39-40, 1999.

SWYNGEDOUW, E. A. The heart of the place: the resurrection of locality in an age of hyperspace. **Geografiska Annaler**; Series B, Human Geography, v. 71, n. 1, p. 31-42, 1989.

SZRETER, S. Social capital, the economy and education in historical perspective. In: BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. (Eds.). **Social capital: critical perspectives**. New York: Oxford University , 2000. Cap. 3, p. 56-77.

VITÓRIA, ES. Prefeitura Municipal. **Informações do censo 2000**: dados do universo: município de Vitória. Vitória: Secretaria de Desenvolvimento da Cidade. 2002. Disponível em:<<http://www.vitoria.es.gov.br/home.asp>> Acesso em: ago/2006.

VITÓRIA, ES. Prefeitura Municipal. **Índice de Qualidade Urbana (IQU)**: bairros de Vitória;1991 e 2000. Vitória: Coordenadoria de Planejamento, 2004. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/estrategica/iqu1991a2000.htm>>. Acesso em: set. 2006.

WILLIAMS, C. C. Local exchange and trading systems in Australia: a new tool for community development? **International Journal of Community Currency Research**, Leeds, UK, v. 1, 1997. Disponível em:<<http://www.geog.le.ac.uk/ijccr/>>

WILLIAMS, C. C.; ALDRIDGE, T; TOOKE, J; LEE, R; LEYSHON, A; THRIFT. The role of the third sector in paving a 'Third Way': some lessons from local exchange and

trading schemes in the UK. **International Journal of Community Currency Research**, v. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.geog.le.ac.uk/ijccr/>>

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de Entrevistas e Formulário de caracterização dos usuários da moeda Bem

PRIMEIRA PARTE – Entrevista Semi-Estruturada com organizadores do projeto: Investigação sobre a Forma de Funcionamento do Sistema

Nome: _____

Telefone: _____

Roteiro:

- i) Qual o número de participantes?
- ii) A moeda tem validade no tempo?
- iii) Como é fabricada a moeda Bem? Qual o seu custo? Qual a medida de segurança para impedir falsificações?
- iv) Qual o tipo de incentivo para que as pessoas usem o Bem ao invés do Real?
- v) O que o comerciante ganha aceitando os Bens?
- vi) Pode-se trocar Bem por Real? Em quais circunstâncias? Quais as restrições?
- vii) Qual a relação do Banco Bem com o estado? Já teve problemas legais devido à emissão de moeda?
- viii) Qual a principal fonte de financiamento para o lastreamento da moeda local?
- ix) Como a introdução da moeda é encarada: oposição ao capitalismo ou modo complementar?

SEGUNDA PARTE – Entrevista estruturada com os receptores da moeda

A) Consumidor

Nome: _____

Telefone: _____

i) Sexo do entrevistado: 1.() F 2.() M

ii) Idade: _____

iii) Escolaridade: _____

iv) Como avalia a introdução da moeda local?

1. () ótima

2. () boa

3. () ruim

4. () péssima

v) Consegue comprar tudo que procura no comércio local com a moeda?

1. () sim

2. () não

Se não, que tipo de produto e/ou serviço não consegue obter? _____

vi) Qual a sua renda mensal em reais? _____

vii) Quantas unidades de moeda local usa por mês? _____

viii) Que vantagens vê no uso da moeda local?

1. () ganho de descontos / preços melhores nos comércios / serviços locais

2. () favorece o desenvolvimento da economia local

3. () aumenta a disponibilidade de Reais para compras fora do local

4. () melhoria da qualidade de vida

5. () melhoria do relacionamento entre as pessoas da comunidade

6. () não vê vantagens

7. () outros: _____

ix) Possui algum vínculo com alguma instituição financeira?

1. () Não 2. () Sim. Qual?

1. () banco privado

2. () banco público

3. () financeira

x) Se possui vínculo bancário, de que tipo ele é?

- 1.() conta corrente
- 2.() conta poupança
- 3.() aplicações
- 4.() outro: _____

xi) Já pediu empréstimo no Banco Bem?

- 1.() não
- 2.() sim.

xii) Foi aceito?

- 1.() não
- 2.() sim.

xiii) Já pediu empréstimo em bancos convencionais?

- 1.() não
- 2.() sim.

xiv) Foi aceito?

- 1.() não
- 2.() sim.

xv) Sente dificuldade de acesso ao sistema bancário?

- 1.() não
- 2.() sim. Por quê?
 - 1.() altos juros
 - 2.() exigências burocráticas
 - 3.() distância da residência até as agências bancárias
 - 4.() altas taxas para manutenção de contas
 - 5.() outros: _____

xvi) Acha que a moeda local melhorou sua situação financeira?

- 1.() muito
- 2.() pouco
- 3.() nada
- 4.() piorou

xvii) Acredita que a moeda tem condições de continuar existindo?

- 1.() sim
- 2.() não. Por quê? _____

B) Comércio e serviço locais

Nome: _____

Telefone: _____

i) Tipo de empreendimento: 1. () formal

2. () informal

ii) Qual sua atividade (marcar as principais):

1. () alimentação

2. () vestuário

3. () saúde

4. () cultura e lazer

5. () venda de eletrodomésticos

6. () consertos hidráulicos/mecânicos/elétricos

7. () serviços de limpeza / conservação

8. () outros: _____

iii) Como avalia a introdução da moeda local?

1. () ótima

2. () boa

3. () ruim

4. () péssima

iv) Aceita sempre a moeda local?

1. () sim 2. () não. Por quê? _____

v) Que vantagens vê no uso da moeda local?

1. () aumenta as vendas do negócio

2. () favorece o desenvolvimento da economia local

3. () melhora do relacionamento entre as pessoas da comunidade

4. () não vê vantagens

5. () outros: _____

vi) Possui algum vínculo com alguma instituição financeira?

1. () Não 2. () Sim. Qual?

1. () banco privado

2. () banco público

3. () financeira

vii) Se possui vínculo bancário, de que tipo ele é?

1. () conta corrente

2. () conta poupança

3. () aplicações

4. () outro: _____

viii) Já pediu empréstimo no Banco Bem?

1. () não

2. () sim.

ix) Foi aceito?

1. () não

2. () sim.

x) Já pediu empréstimo em bancos convencionais?

1. () não

2. () sim.

xi) Foi aceito?

1. () não

2. () sim

xii) Sente dificuldade de acesso ao sistema bancário?

1. () não

2. () sim. Por quê? 1. () altos juros

2. () exigências burocráticas

3. () distância das agências bancárias

4. () altas taxas para manutenção de contas

5. () outros: _____

xiii) Qual o rendimento bruto mensal do seu negócio? _____

xiv) Acha que a moeda local melhorou a situação financeira do seu negócio?

1. () muito

2. () pouco

3. () nada

4. () piorou

xv) Acredita que a moeda tem condições de continuar existindo?

1. () sim 2. () não. Por quê? _____

Anexo 2 – Banco Bem: fotos

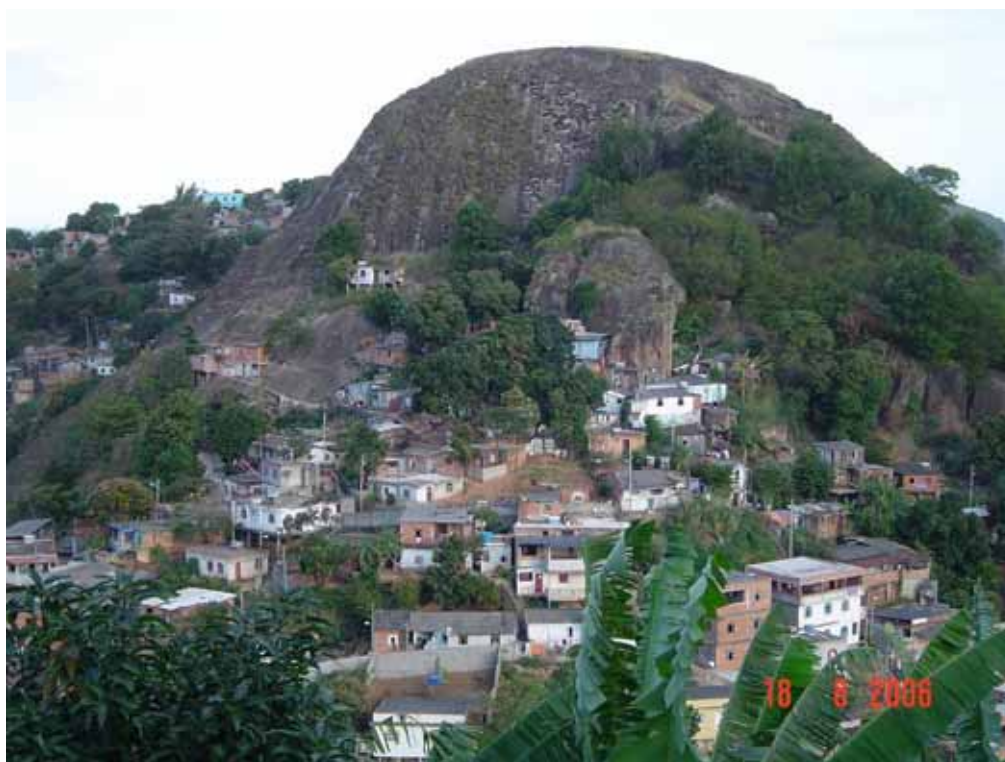


Foto 1: Morro São Benedito



Foto 2: Vista do alto do Morro São Benedito



Foto 3: Vista do alto do Morro São Benedito



Foto 4: sede do Banco Bem

Anexo 3 – As moedas



Ilustração 1: Cédula de B\$ 0,50 (cinquenta centavos de Bem) - frente e verso, tamanho reduzido



Ilustração 2: Cédulas da Moeda Terra (T\$0,50, T\$1,00, T\$2,00 e T\$5,00) – frente e verso, tamanho reduzido

Anexo 4 – Material de divulgação



Foto 5: *banner* de divulgação da moeda afixado na sede do Banco Bem



Ilustração 3: Adesivo afixado nos estabelecimentos que aceitam a moeda Bem em Vitória



Ilustração 4: Convite para a festa de lançamento da moeda Bem – frente e verso



Ilustração 5: Adesivo colado nos estabelecimentos comerciais que aceitam a moeda Terra em Vila Velha



Ilustração 6: Adesivo colado nos estabelecimentos comerciais que aceitam a moeda Terra em Vila Velha

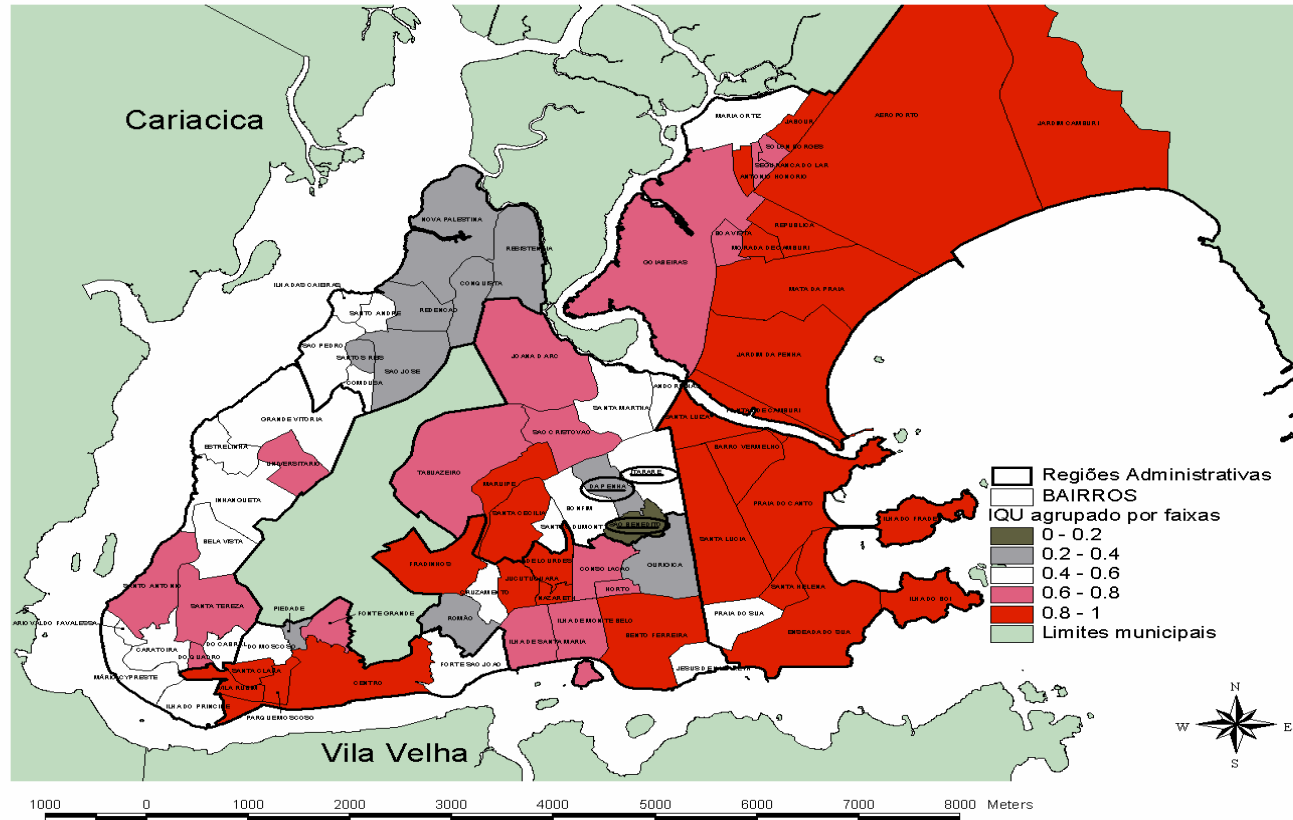


Ilustração 7: Convite para a festa de lançamento da moeda Terra – frente e verso

Anexo 5 – Mapas de Vitória e seus bairros: classificação pelo Índice de Qualidade Urbana em suas dimensões

Mapa 1: DIMENSÃO EDUCACIONAL

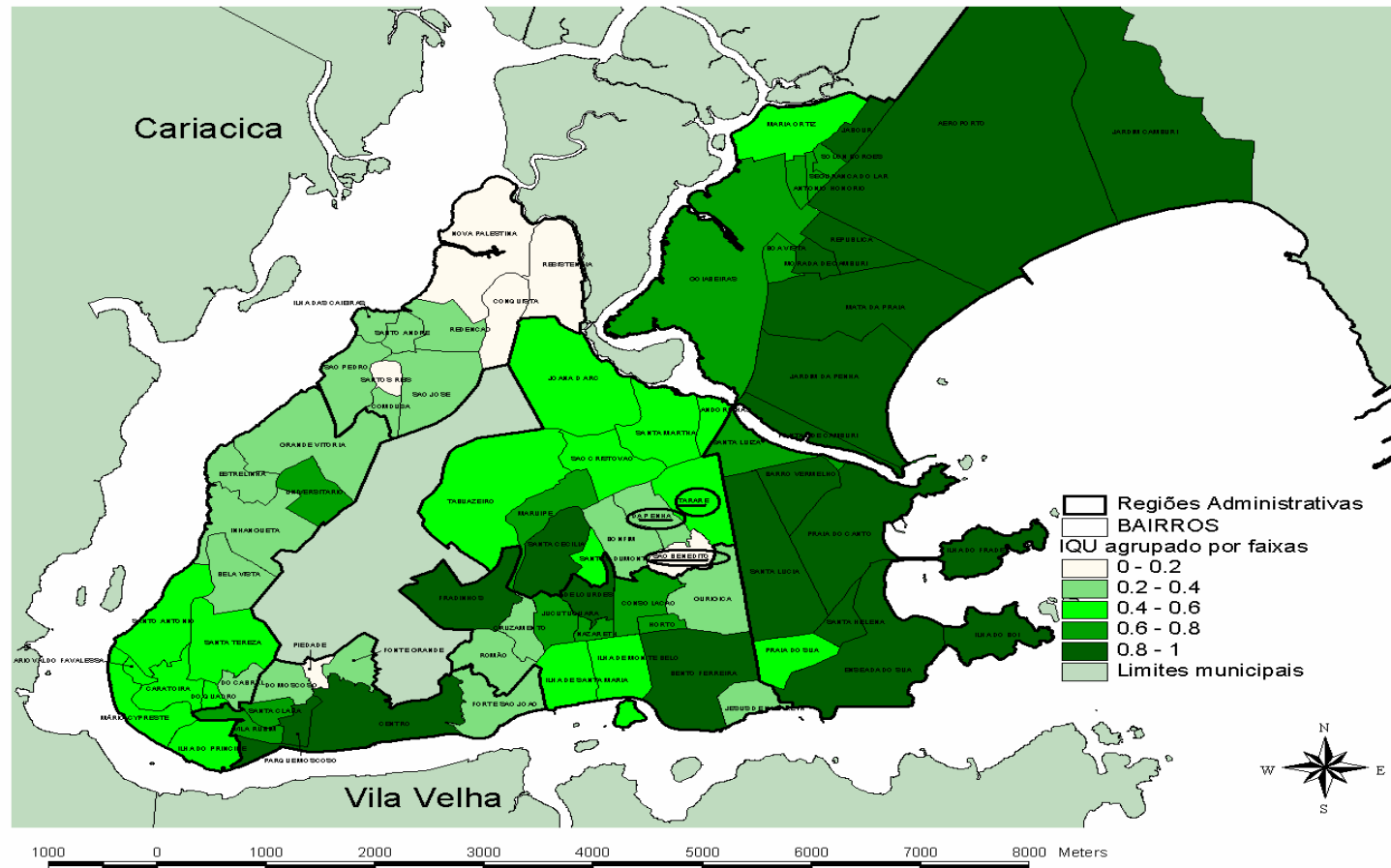
2000 - IQU % de responsáveis pelos domicílios com menos de 4 anos de estudo



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2004

Mapa 2: DIMENSÃO RENDA

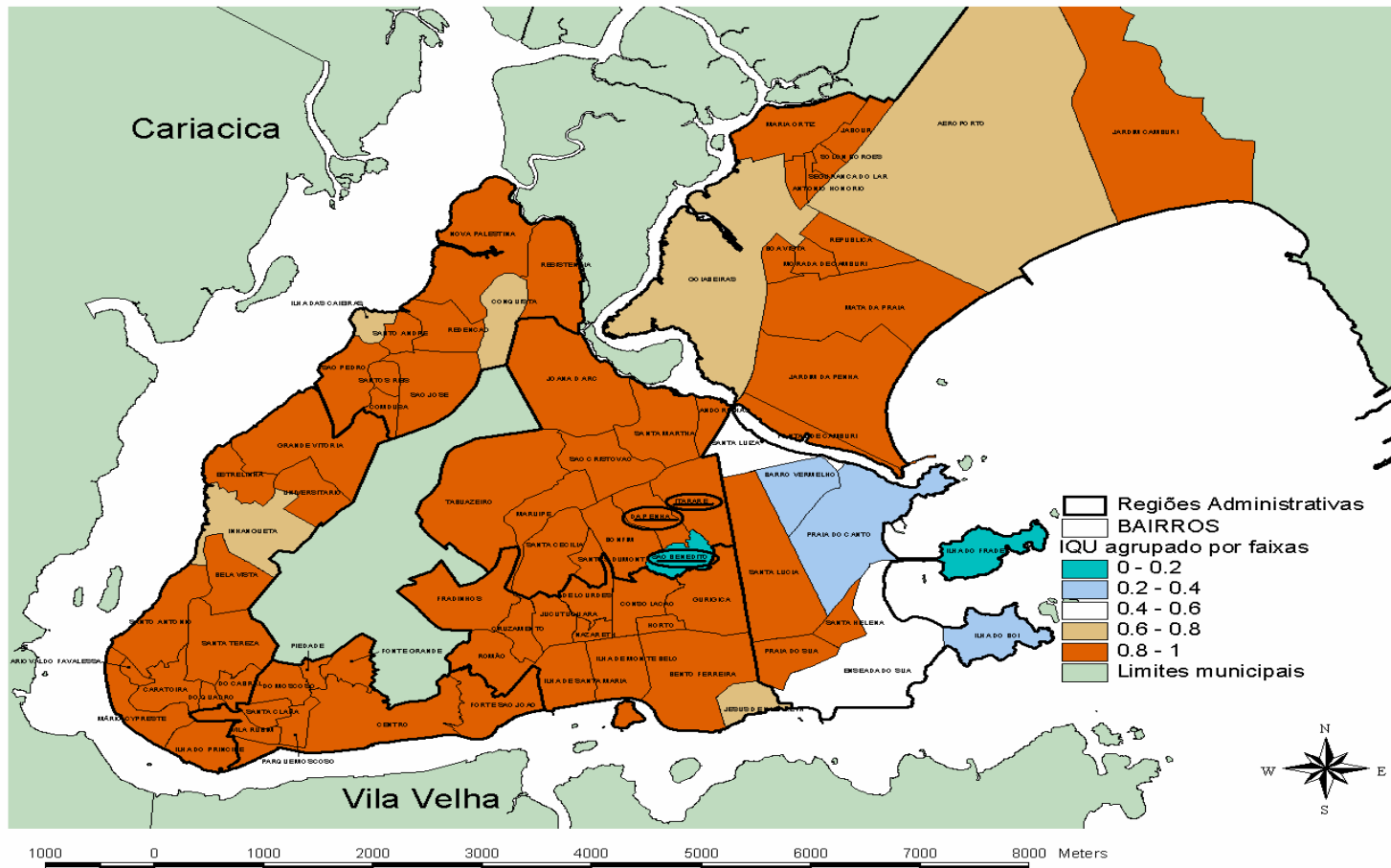
2000 - IQU % de responsáveis pelo domicílio com renda até 2 salários mínimos



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2004

Mapa 3: DIMENSÃO AMBIENTAL

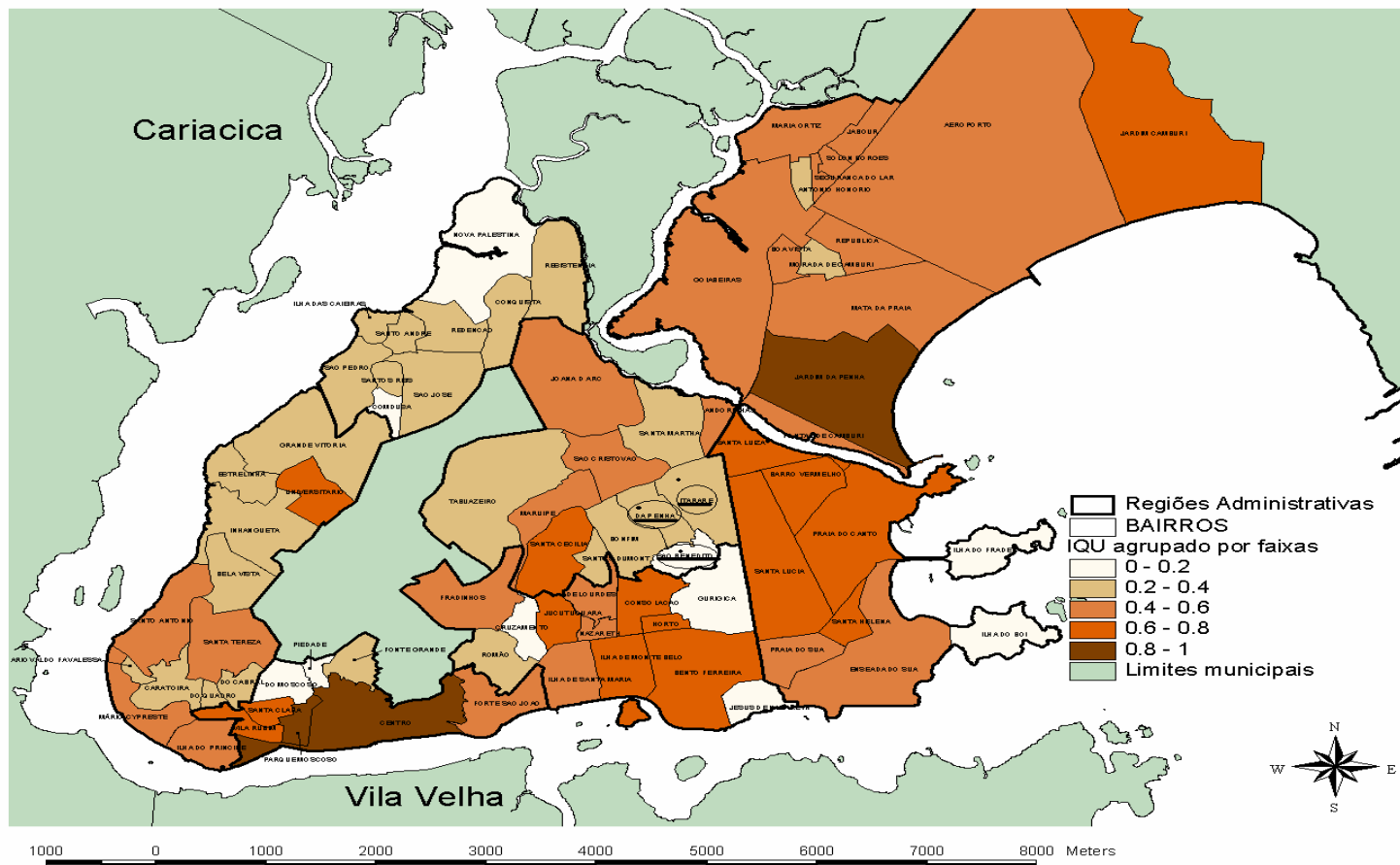
2000 - IQU % de domicílios ligados à rede geral de esgoto



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2004

Mapa 4: DIMENSÃO HABITACIONAL

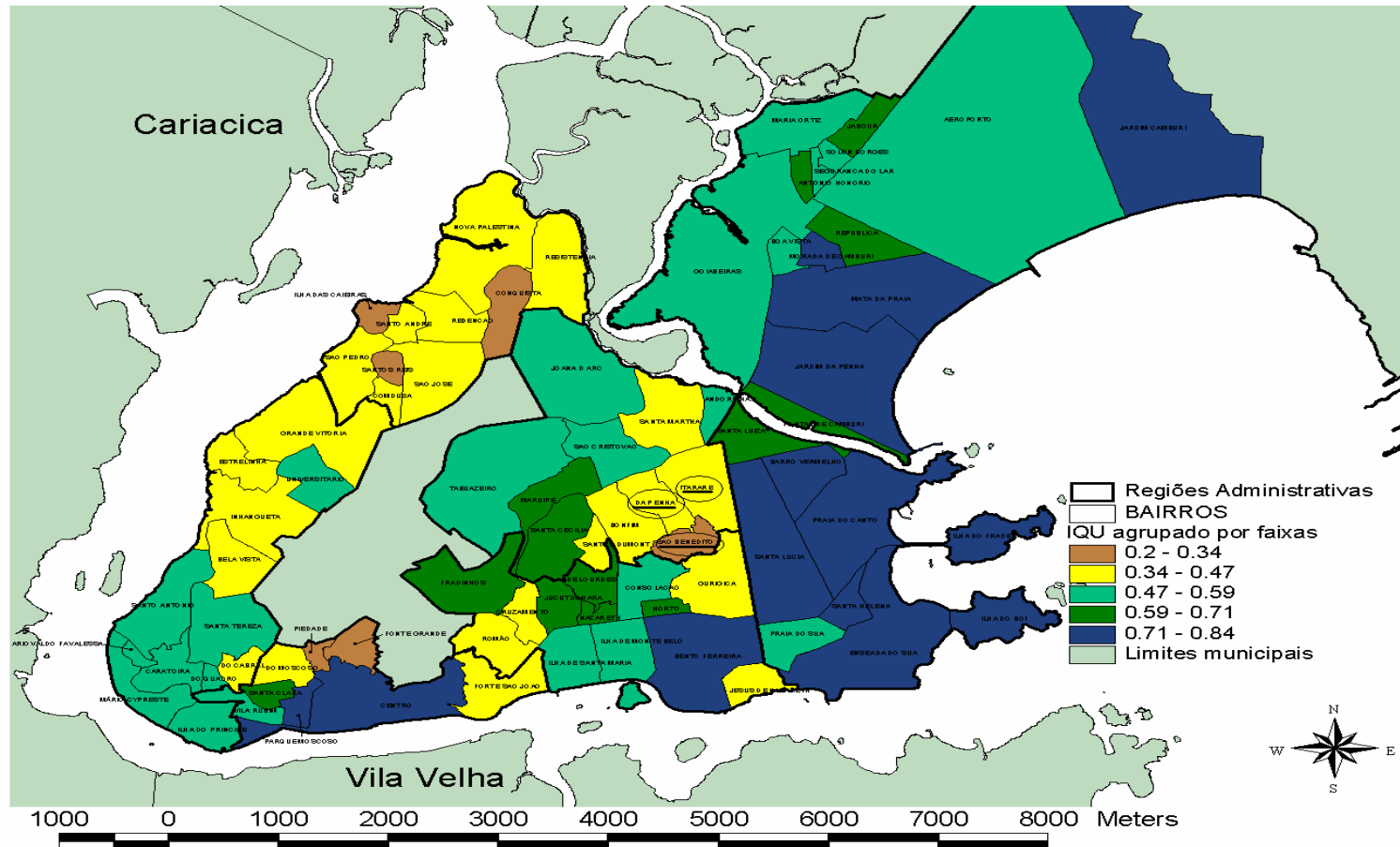
2000 - IQU número médio de pessoas por domicílio



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2004

Mapa 5: IQU MÉDIO

2000 - IQU Médio



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2004